



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/GO

## RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2013

Goiânia  
Março/2013



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/GO

## RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos Órgãos de Controle Interno e Externo como prestação de conta anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa nº 63, de 01/09/2010, Decisão Normativa TCU nº 72, de 15/05/2013, nº 127, de 15/05/2013, nº 175, de 09/07/13 e nº 132, de 02/10/2013 e das orientações do órgão de controle interno, conforme Portaria CGU nº 133, de 18/01/2013.

Goiânia  
Março/2014

## SUMÁRIO

### PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013 - CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO .....	017
<b>1. PARTE A – Item 1, do ANEXO II da DN TCU nº 127, de 15/05/2013 .....</b>	<b>018</b>
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	018
1.1.1. Relatório de Gestão Individual .....	018
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE .....	019
1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL .....	023
1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS .....	035
1.5. MACROPROCESSOS DE APOIO .....	039
1.6. PRINCIPAIS PARCEIROS .....	041
<b>2. PARTE A – Item 2, do ANEXO II da DN TCU nº 127, de 15/05/2013 .....</b>	<b>042</b>
2.1. PLANEJAMENTO DA UNIDADE .....	042
2.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	046
2.2.1. PROGRAMA TEMÁTICO .....	047
2.2.1.1. Análise Situacional .....	047
2.2.2. OBJETIVO .....	047
2.2.2.1. Análise Situacional .....	047
2.2.3. AÇÕES .....	047
2.2.3.1. AÇÕES – OFSS .....	047
2.2.3.2. AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS .....	059
2.2.3.3. AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA 2013 – Restos a Pagar Não Processados – OFSS .....	061
2.2.3.4. AÇÕES – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – OI .....	064
2.2.3.5. Análise Situacional .....	064
2.3. INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO .....	065
<b>3. PARTE A - Item 3, do ANEXO II da DN TCU nº 127, de 15/05/2013 .....</b>	<b>067</b>
3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA .....	067

3.2.	AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	068
3.3.	REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES .....	068
3.3.1.	POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL .....	068
3.3.2.	DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO MENSAL DE MEMBROS DE CONSELHOS.....	069
3.3.3.	DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DE DIRETORIA E DE CONSELHOS .....	069
3.3.4.	DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES .....	069
3.4.	SISTEMA DE CORREIÇÃO .....	069
3.5.	CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU .....	082
3.6.	INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS .....	082
<b>4.</b>	<b>PARTE A - Item 4, do ANEXO II da DN TCU nº 127, de 15/05/2013 .....</b>	<b>082</b>
4.1.	EXECUÇÃO DAS DESPESAS .....	082
4.1.1.	PROGRAMAÇÃO .....	083
4.1.1.1.	Análise Crítica .....	083
4.1.2.	MOVIMENTAÇÃO.....	083
4.1.3.	REALIZAÇÃO DA DESPESA .....	084
4.1.3.1.	DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL .....	084
4.1.3.2.	DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ .....	084
4.1.3.3.	DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL .....	084
4.1.3.4.	DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ .....	085
4.1.3.5.	DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO .....	085
4.1.3.6.	DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO .....	085
4.1.3.7.	Análise Crítica da Realização da Despesa .....	086
4.2.	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS .....	087
4.2.1.	ANÁLISE CRÍTICA .....	087
4.3.	MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....	087
4.3.1.	Análise Crítica .....	088

4.4.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS .....	088
4.4.1.	RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO .....	088
4.4.2.	QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS .....	088
4.4.3.	INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE .....	088
4.4.4.	INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE .....	088
4.4.5.	Análise Crítica .....	089
4.5.	SUPRIMENTO DE FUNDOS .....	089
4.5.1.	SUPRIMENTO DE FUNDOS – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO .....	089
4.5.2.	SUPRIMENTO DE FUNDOS – CONTA TIPO “B” .....	089
4.5.3.	SUPRIMENTO DE FUNDOS – CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (CPGF) .....	089
4.5.4.	PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS .....	090
4.5.5.	Análise Crítica .....	090
4.6.	RENÚCIAS SOB A GESTÃO DA UJ .....	091
4.7.	GESTÃO DE PRECATÓRIOS .....	091
<b>5.</b>	<b>PARTE A - Item 5, do ANEXO II da DN TCU nº 127, de 15/05/2013.....</b>	<b>091</b>
5.1.	ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE .....	091
5.1.1.	DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	092
5.1.1.1.	LOTAÇÃO.....	092
5.1.1.2.	SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	092
5.1.2.	QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO .....	093
5.1.2.1.	ESTRUTURA DE CARGOS E DE FUNÇÕES .....	093
5.1.2.2.	QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE .....	093
5.1.2.3.	QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE .....	093
5.1.3.	CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	094
5.1.4.	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS..	094
5.1.4.1.	CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA .....	094
5.1.4.2.	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	095
5.1.5.	CADASTRAMENTO NO SISAC .....	095
5.1.5.1.	ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC .....	095

5.1.5.2.	ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU .....	095
5.1.5.3.	REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC .....	095
5.1.5.4.	ATOS SUJEITOS À REMESSA AO TCU EM MEIO FÍSICO .....	095
5.1.6.	ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS.....	096
5.1.7.	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS .....	096
5.1.8.	INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS .....	096
5.2.	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS .....	097
5.2.1.	INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO .....	097
5.2.2.	AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS .....	097
5.2.3.	INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA .....	098
5.2.4.	INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO .....	098
5.2.5.	Análise Crítica dos Itens 5.2.3 e 5.2.4 .....	099
5.2.6.	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS .....	099
<b>6.</b>	<b>PARTE A - Item 6, do ANEXO II da DN TCU nº 127, de 15/05/2013 .....</b>	<b>100</b>
6.1.	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS .....	100
6.2.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO .....	105
6.2.1.	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.....	105
6.2.2.	DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL .....	106
6.2.3.	DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ .....	106
6.3.	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS ..	106
<b>7.</b>	<b>PARTE A - Item 7, do ANEXO II da DN TCU nº 127, de 15/05/2013 .....</b>	<b>106</b>
7.1.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) .....	107
7.2.	Análise Crítica .....	107
<b>8.</b>	<b>PARTE A - Item 8, do ANEXO II da DN TCU nº 127, de 15/05/2013 .....</b>	<b>107</b>
8.1.	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....	107
8.2.	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA .....	109

<b>9.</b>	<b>PARTE A - Item 9, do ANEXO II da DN TCU nº 127, de 15/05/2013</b> .....	110
9.1.	TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU .....	110
9.1.1.	DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO .....	110
9.1.2.	DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO .....	110
9.2.	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI .....	110
9.2.1.	RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO ATENDIDAS NO EXERCÍCIO .....	110
9.2.2.	RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO .....	112
9.3.	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA ..	112
9.4.	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTALECIDA NA LEI Nº 8.730/93 .....	112
9.4.1.	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI Nº 8.730/93.....	112
9.4.2.	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES .....	113
9.5.	MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO .....	113
9.6.	ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV .....	113
<b>10.</b>	<b>PARTE A - Item 10, do ANEXO II da DN TCU nº 127, de 15/05/2013</b> .....	113
<b>11 .</b>	<b>PARTE A - Item 10, do ANEXO II da DN TCU nº 127, de 15/05/2013</b> .....	114
11.1.	MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO .....	114
11.2.	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	114
11.2.1.	DECLARAÇÃO PLENA .....	114
11.2.2.	DECLARAÇÃO COM RESSALVA .....	114
11.3.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008 .....	114
11.4.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976 .....	114

11.5.	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS .....	115
11.5.1.	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL COMO INVESTIDA .....	115
11.5.2.	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA UJ COMO INVESTIDORA .....	115
11.6.	RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE .....	115
<b>12.</b>	<b>PARTE A - Item 12, do ANEXO II da DN TCU nº 127, de 15/05/2013 .....</b>	<b>115</b>
12.1.	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ .....	115
12.1.1.	NURAM – Núcleo de Acidentes e Medicina Rodoviária – SPF .....	115
12.1.2.	DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO REALIZADAS PELA UJ DURANTE O EXERCÍCIO .....	117
12.1.3.	CONTRATOS CELEBRADOS PELA UJ NO EXERCÍCIO .....	119
12.1.4.	PREGÕES ELETRÔNICOS DEFLAGRADOS PELA UJ NO EXERCÍCIO .....	123
12.1.5.	ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO DESENVOLVIDAS PELA UJ .....	124
12.1.6.	ATIVIDADES DE SAÚDE DESENVOLVIDAS PELA UJ .....	126
<b>13.</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>127</b>
 <b>ANEXOS</b>		
ANEXO I - DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV .....		131
ANEXO II - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UJ .....		132

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

RG – RELATÓRIO DE GESTÃO  
IN – INSTRUÇÃO NORMATIVA  
DN – DECISÃO NORMATIVA  
TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO  
AGU – ADVOCACIA - GERAL DA UNIÃO  
CGU – CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
UJ – UNIDADE JURISDICIONADA  
PRF – POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
MJ – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DPRF – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
1ª SRPRF/GO – 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS  
NUIINT - NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA  
NUCOM – NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO  
NUAI – NÚCLEO DE ASSUNTOS INTERNOS  
CADA – COMISSÃO DE ANÁLISE DE DEFESA DA AUTUAÇÃO  
JARI – JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES  
DEL – DELEGACIA  
SAF – SEÇÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA  
SPF – SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO  
SRH – SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
CR – CORREGEDORIA REGIONAL  
NUSEG – NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS  
NUPAT – NÚCLEO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL  
NUTEL – NÚCLEO DE TELEMÁTICA  
NUDOC – NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO  
NUOFI – NÚCLEO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
NMP – NÚCLEO DE MULTAS E PENALIDADES  
NOE – NÚCLEO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS  
CMR – CORPO DE MOTOCICLISTAS REGIONAL  
NUCAP - NÚCLEO DE CAPACITAÇÃO

NUAP – NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL  
NUAI – NÚCLEO DE ASSUNTOS INTERNOS  
RENACH – REGISTRO NACIONAL DE CARTEIRAS DE HABILITAÇÃO  
RENAVAM – REGISTRO NACIONAL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES  
AI – AUTO DE INFRAÇÃO  
EDA – *ENTERPRISE DIGITAL ASSISTANT* (ASSISTENTE DIGITAL CORPORATIVO)  
FETRAN – FESTIVAL TEMÁTICO PARA O TRÂNSITO  
LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
PLOA – PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
PPA – PLANO PLURIANUAL  
MPOG – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
UG – UNIDADE GESTORA  
ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS  
ANATEL – AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
SENASP – SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
SIASG – SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS  
SICAF – SISTEMA DE CADASTRO UNIFICADO DE FORNECEDORES  
SISCOM - SISTEMA DE MULTAS  
UCC – UNIDADE DE COMPRA CENTRALIZADA  
MPLS – “*MULTI PROTOCOL LABEL SWITCHING*”  
VOIP – VOZ SOBRE IP (PROTOCOLO DE INTERNET)  
PROSSERV - PROJETO SERVIDOR SAUDÁVEL, ESCOLHA RACIONAL E VIÁVEL  
SINPRF/GO – SINDICATO DOS POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS EM GOIÁS

## LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

### QUADROS

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL .	018
QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS .....	048
QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS .....	059
QUADRO A.2.2.3.3– AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2013–RESTOS A PAGAR – OFSS ..	061
QUADRO A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA .....	083
QUADRO A.4.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO .....	085
QUADRO A.4.1.3.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO .....	085
QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ....	087
QUADRO A.4.5.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) .....	089
QUADRO A.4.5.3 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR .....	089
QUADRO A.4.5.4 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF) .....	090
QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – APURADA EM 31/12 .....	092
QUADRO A.5.1.1.2–SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ ...	092
QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO) .....	093
QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 .....	093
QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 .....	093
QUADRO A.5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO .....	094
QUADRO A.5.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - APURADA EM 31/12 .....	095
QUADRO A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E	

HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA .....	098
QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA .....	098
QUADRO A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS .....	099
QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO .....	105
QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL .....	106
QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....	107
QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA .....	104
QUADRO A.9.2.1-RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	105
QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR .....	107

**TABELAS**

TABELA I – DISTRIBUIÇÃO DAS DELEGACIAS REGIONAIS .....	034
TABELA II – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS .....	035
TABELA III – MACROPROCESSOS DE APOIO .....	039
TABELA IV – PRINCIPAIS PARCEIROS .....	041
TABELA V – OBJETIVOS E RESULTADOS DA CR .....	069
TABELA VI – RELATÓRIO CORREICIONAL .....	070
TABELA VII – SITUAÇÃO DOS PROCESSOS .....	071
TABELA VIII – PROCESSOS POR DELEGACIA REGIONAL .....	072
TABELA XIX – RESUMO DOS PROCESSOS .....	072
TABELA X – SERVIDORES LOTADOS NA UJ ATUANDO EM PAD/SAD/SAI .....	073
TABELA XI – RECURSOS UTILIZADOS NA APURAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ....	074
TABELA XII – RECURSOS PARA ATIVIDADES CORREICIONAIS .....	074
TABELA XIII – FRENTES DE ATUAÇÃO CORREICIONAL .....	077
TABELA XIV – DEMONSTRATIVO DOS PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES .....	078
TABELA XV – PENALIDADES APLICADAS – 2013 .....	078
TABELA XVI – DOCUMENTOS EXPEDIDOS – 2013 .....	079
TABELA XVII – METAS DA ÁREA CORREICIONAL – 2014 .....	080
TABELA XVIII – INFORMAÇÕES SOBRE O USO DE VIATURAS .....	102
TABELA XIX – IDADE DA FROTA .....	103
TABELA XX – TIPOS DE CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL .....	109
TABELA XXI – DEMONSTRATIVO DE ACIDENTES – 2011 – 2013 .....	116
TABELA XXII – DETALHAMENTO DOS ACIDENTES – 2013 .....	117
TABELA XXIII – DISPENSAS DE LICITAÇÃO – 2013 .....	118
TABELA XXIV – INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO – 2013 .....	119
TABELA XXV – CONTRATOS CELEBRADOS PELA UJ .....	120
TABELA XXVI – PREGÕES ELETRÔNICOS DEFLAGRADOS PELA UJ .....	123
TABELA XXVII – ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO – 2013 .....	124
TABELA XXVIII – COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS FEDERAIS – 2013 .....	126

**GRÁFICOS**

GRÁFICO I – MAPA ESTRATÉGICO DA PRF – 2012 – 2020 .....	021
GRÁFICO II – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA .....	068
GRÁFICO III – EVOLUÇÃO DA FROTA – 2011 – 2013 .....	102
GRÁFICO IV – GASTOS COM GESTÃO DA FROTA – 2013 .....	103
GRÁFICO V – GASTOS COM MANUTENÇÃO DA FROTA – 2008 – 2013 .....	103
GRÁFICO VI – NÚMERO DE MORTOS – 2011 – 2013 .....	116
GRÁFICO VII – NÚMERO DE FERIDOS – 2011 – 2013 .....	116
GRÁFICO VIII – NÚMERO DE ACIDENTES REGISTRADOS – 2011 – 2013 .....	116

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

**Ministro da Justiça**  
José Eduardo Cardozo

**Secretária – Executiva**  
Márcia Pelegrini

**Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração**  
Valéria Grilanda Rodrigues Paiva

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**Diretora Geral**  
Inspetora Maria Alice Nascimento Souza

**1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**Superintendente**  
Inspetor Júlio Sêzar Gomes Ferreira

**Seção de Policiamento e Fiscalização**  
Inspetor Álvaro de Resende Filho

**Seção Administrativa e Financeira**  
Inspetor Marcelo Gomes Martins

**Seção de Recursos Humanos**  
Inspetor Francislay Joseph Bendô

**Corregedoria Regional**  
Inspetor Fabrício Rosa

**Chefe do Núcleo de Apoio Técnico**  
Inspetor Ramon de Macedo Pereira Sobrinho

**Chefe do Núcleo de Comunicação Social**  
Inspetor Newton Moraes de Souza

**Chefe do Núcleo de Inteligência**  
Inspetor Leonardo Lopes Peres

**Chefe do Núcleo de Operações Especiais**  
Inspetor Vinícius Veiga Fleury

**Chefe do Núcleo de Multas e Penalidades**  
Inspetor Cleosmar Alves da Silva

**Chefe do Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária**  
Inspetor Cleosmar Alves da Silva

**Chefe do Núcleo de Orçamento e Finanças**  
Inspetor Edvaldo Vieira Filho

**Chefe do Núcleo de Patrimônio e Material**  
Inspetor Roberto Ferreira Barbosa

**Chefe do Núcleo de Documentação**  
Inspetor Jozi Oda Filho

**Chefe do Núcleo de Serviços Gerais**  
Inspetor Wilton de Albuquerque Melo Jr

**Chefe do Núcleo de Telemática**  
Inspetor Wanderley José da Silva Jr

**Chefe do Núcleo de Administração de Pessoal**  
Inspetor Neivton Izidório da Rocha

**Chefe do Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal**  
Inspetor Helder Divino Camargo

**Chefe do Núcleo de Assuntos Internos**  
Inspetor Kauê Tolentino Passos

**MISSÃO INSTITUCIONAL**  
“Zelar pela Segurança Pública nas Rodovias Federais”

## INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Portaria CGU nº 133, de 18/01/2013, Decisão Normativa TCU nº 72, de 15/05/2013, nº 127, de 15/05/2013, nº 175, de 09/07/13 e nº 132, de 02/10/2013, que deverão compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao Exercício de 2013.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo 2070 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA, 2075 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO, 2112 – PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2125 – PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO e 2126 – PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, no exercício de 2013. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem como o impacto alcançado em função das ações implementadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

O Relatório de Gestão está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do Exercício de 2013 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2013 e as informações de todas as áreas que compõem a estrutura organizacional da UJ 200121 e as diversas áreas da Administração Central do DPRF/MJ, o que possibilita uma perspectiva macro, com acompanhamento setorizado, de sorte que a abordagem está centralizada na Gestão de Programas e Ações do Governo Federal.

Com o presente documento, a 1ª Superintendência de Rodoviária Federal em Goiás encerra o Exercício, enaltecendo sua missão institucional de preservar a vida e promover a segurança pública com cidadania como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias e estradas federais.

**1. PARTE A – ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013****1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA****1.1.1. RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL**

<b>QUADRO A.1.1. - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL</b>			
<b>Poder e Órgão de vinculação</b>			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 000316
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
Denominação completa: Primeira Superintendência de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: 1ª SRPRF/GO			
Código SIORG: 002820	Código LOA: 30107	Código SIAFI: 200121	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8421-8/00
Telefones/Fax de contato:	(062) 3216-8800	(062) 3216-8804	
Endereço eletrônico: <a href="mailto:sup.go@prf.gov.br">sup.go@prf.gov.br</a>			
Página da Internet: <a href="http://www.prf.gov.br">www.prf.gov.br</a>			
Endereço Postal: Rua P23A - Lote 4 - S/Nº – Setor dos Funcionários – CEP 74543-380 – Goiânia/Goiás			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>			
Art. 144,II e § 2º da Constituição Federal e Art.20, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.			
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>			
Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995 que estipula as atribuições da Polícia Rodoviária Federal, Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, que cria o Regimento Interno do DPRF/MJ e suas Superintendências Regionais, Lei 9.654, de 02 de junho de 1998, que cria a carreira de Policial Rodoviário Federal, alterada pelas Leis nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, 11.784/08, de 22 de setembro de 2008, e 12.269, de 21 de junho de 2010.			
<b>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
Não se aplica	Não se aplica		
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
200121	Primeira Superintendência de Polícia Rodoviária Federal		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>	<b>Código SIAFI da Gestão</b>		
200121	00001		

## 1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal tem a sua competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, pelo Decreto nº 1.655/95 e pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375, de 02.08.2007. A missão Constitucional da Polícia Rodoviária Federal, referenciada pela Carta Magna de 1988, em seu Art. 144, estabelece como fator primordial o patrulhamento das rodovias federais, que se estende em mais de 61.000 km de vias nacionais sob sua circunscrição.

*“Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:*

...

*II - polícia rodoviária federal*

...

*2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.”*

A seguir, dentro do **Art. 1º da Portaria nº 1.375, de 02.08.2007**, temos as finalidades da Unidade Jurisdicionada, a qual se subordina ao DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL/DPRF/MJ:

*Art. 1º O Departamento de Polícia Rodoviária Federal, órgão específico singular, integrante da Estrutura Regimental do Ministério da Justiça, a que se refere o Art. 2º, Inciso II, alínea "h", do Anexo I do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, tem por finalidade exercer as competências estabelecidas no §2º do Artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, no Artigo 20 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, no Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995, e, especificamente:*

*I - preservar a ordem, a segurança pública, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros, planejar e coordenar o policiamento rodoviário e executar operações relacionadas com os serviços de segurança pública, por meio do policiamento ostensivo das rodovias e estradas federais;*

*II - exercer os poderes de autoridade de trânsito, dentre os quais:*

*a) autuar infratores, adotar as medidas administrativas e aplicar as penalidades;*

*b) cobrar e arrecadar multas, taxas e valores, em razão da prestação dos serviços de apreensão, remoção e estadia de veículos, objetos e animais, que se encontrem irregularmente nas faixas de domínio das rodovias federais, podendo providenciar a alienação daqueles não reclamados, na forma da legislação em vigor;*

*c) realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, a escolta de veículos de cargas superdimensionadas, indivisíveis ou perigosas, podendo recolher os valores provenientes deste serviço; e*

*d) realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, serviços de guincho;*

*III - executar o policiamento, a fiscalização e a inspeção do trânsito e do transporte de pessoas e bens;*

*IV - planejar e executar os serviços de prevenção de acidentes e atendimento a vítimas nas rodovias e estradas federais;*

*V - realizar levantamentos de locais de acidentes, boletins de ocorrências, análise de disco diagrama, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros*

*procedimentos estabelecidos em Lei ou regulamentos, imprescindíveis à completa elucidação dos acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias e estradas federais;*

*VI - assegurar a livre circulação das vias, notadamente em casos de acidentes de trânsito e manifestações sociais e calamidades públicas;*

*VII - elaborar o termo circunstanciado de ocorrências a que faz referência o parágrafo único do Artigo 69 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, e disciplinando o seu preenchimento a ser aprovada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal;*

*VIII - manter articulação com os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, promovendo o intercâmbio de informações, objetivando o combate à violência no trânsito e a implementação de ações integradas de segurança pública;*

*IX - executar, promover e participar das atividades de orientação e educação para a segurança do trânsito, bem como desenvolver trabalho contínuo e permanente de prevenção de acidentes de trânsito;*

*X - informar ao órgão responsável pela manutenção, conservação e sinalização das vias, sobre as condições de tráfego que possam comprometer a segurança do trânsito, solicitando e adotando medidas emergenciais à sua proteção;*

*XI - promover processos de recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos, bem como demais atividades de ensino, na área de competência do Departamento;*

*XII - credenciar, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de guincho e remoção de veículos, de escolta de transporte de cargas superdimensionadas, indivisíveis, e de produtos perigosos;*

*XIII - assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário competente a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança; e*

*XIV - planejar e executar medidas de segurança para a escolta dos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado, Diplomatas estrangeiros e outras autoridades, nas vias federais, quando solicitado pela autoridade competente.*

A seguir, temos ainda outras atribuições da PRF constantes do **Decreto nº 1.655, de 03.10.1995:**

*I - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;*

*II - exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;*

*III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;*

*IV - executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;*

*V - realizar perícias, levantamentos de locais boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;*

*VI - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;*

VII - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;

VIII - executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;

IX - efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei nº 8.069 de 13 junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

X - colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis.

O elemento norteador dessas ações, iniciativas, empreendimentos, indicadores e metas é o planejamento estratégico, o qual ainda está em processo de finalização, mas seu mapa já permite o correto posicionamento dos gestores quanto ao emprego dos recursos públicos de forma ordenada e com alvo definido. Eis o mapa.

### GRÁFICO I – MAPA ESTRATÉGICO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – 2012 - 2020



Fonte: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MJ

As atividades operacionais da Polícia Rodoviária Federal são difundidas em todo o território nacional, dada a sua estruturação, que contempla uma unidade administrativa central, sediada em Brasília, com unidades administrativas regionais representadas por 21 (vinte e uma) Superintendências Regionais e 05 (cinco) Distritos, além de 147 (cento e quarenta e sete) sub-unidades administrativas, denominadas Delegacias, e 400 (quatrocentos) postos fixos de fiscalização, compreendendo uma estrutura que abrange todo o território nacional.

O desenvolvimento de suas atribuições constitucionais perpassa por duas principais vertentes: o Sistema de Segurança Pública e o Sistema de Segurança Viária, que estabelecem um conjunto de atividades consoantes os seus compromissos regimentais com a segurança pública e a valorização da vida. A 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal se insere no Sistema de Segurança Pública, com o Departamento de Polícia Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública e sua atuação no Estado de Goiás.

As características que diferenciam a PRF das demais instituições decorre do modal rodoviário, tendo em vista que esta representa o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade das rodovias do país, de modo presente em todo o território nacional, atuando por vezes como única identificação do Governo Federal com a população.

O patrulhamento ostensivo das rodovias federais, função que a Carta Magna atribui à Polícia Rodoviária Federal, concretiza-se por meio da presença física do agente público e da ação policial direta, visando a preservação da incolumidade pública e a manutenção da paz social, tanto nas vias sob sua responsabilidade quanto nas áreas adjacentes.

A instituição tem-se mostrado firme no combate aos mais diversos tipos de crimes que ocorrem no âmbito das rodovias e estradas federais e suas imediações. São notórios os resultados obtidos no combate à pirataria, ao contrabando e ao descaminho e, principalmente, ao tráfico de drogas, armas pessoais e animais silvestres. Cumpre salientar que este órgão policial atua ainda na recuperação de carros roubados ou furtados e na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

No tocante ao Sistema de Segurança Viária, a ação da PRF se insere em um conjunto de atribuições de prevenção a acidentes, educação para o trânsito, prestação de socorro às vítimas e uma política de proximidade do cidadão.

A ação da Polícia Rodoviária Federal, realizando o policiamento e a fiscalização de trânsito na malha viária de domínio da União, tem, nos últimos anos, contribuído decisivamente para a redução do número de acidentes, mortos e feridos, em relação ao aumento da frota nacional, bem como dos danos decorrentes dos mesmos, evitando que vidas sejam perdidas.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, tendo impacto direto na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com o tratamento das vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos físicos irreparáveis das vítimas, dentre outros. Assim, a PRF tem buscado ao longo dos anos uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, através da assistência direta e a orientação, através de campanhas educativas e ações junto àqueles que trafegam nas rodovias.

Neste diapasão, é que o Departamento de Polícia Rodoviária Federal/MJ, órgão central, vem delineando suas linhas de ação, buscando acompanhar esse processo evolutivo decorrente da diversificação das demandas sociais, dentre as quais, aquelas que requerem a ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente. Neste sentido, a Polícia Rodoviária Federal tem fornecido subsídios para que os Estados federados e entes do Governo Federal também implementem políticas públicas, a exemplo do Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, entre outros.

Assim, o planejamento de atuação da instituição tem-se desenvolvido no intuito de estabelecer ações integradas com os demais órgãos com a sociedade em geral, para, cada vez mais, prestar um serviço relevante e de qualidade à sociedade, beneficiária de todas as atividades empreendidas pela Polícia Rodoviária Federal.

### **1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL**

O Organograma Funcional da UJ está organizado da seguinte forma, consoante a Portaria nº 1.375, de 02.08.2007:

#### 1.3.1. Superintendências Regionais de Polícia Rodoviária Federal – SRPRF

1.3.1.1. Núcleo de Apoio Técnico - NUAT

1.3.1.2. Núcleo de Comunicação Social - NUCOM

1.3.1.3. Núcleo de Inteligência - NUINT

1.3.1.4. Seção de Policiamento e Fiscalização - SPF

1.3.1.5. Núcleo de Operações Especiais - NOE

1.3.1.6. Núcleo de Multas e Penalidades - NMP

1.3.1.7. Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária - NURAM

1.3.1.8. Seção Administrativa e Financeira - SAF

1.3.1.9. Núcleo de Orçamento e Finanças - NUOFI

1.3.1.10. Núcleo de Patrimônio e Material - NUPAT

1.3.1.11. Núcleo de Documentação - NUDOC

1.3.1.12. Núcleo de Serviços Gerais - NUSEG

1.3.1.13. Núcleo de Telemática - NUTEL

1.3.1.14. Seção de Recursos Humanos - SRH

1.3.1.15. Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal - NUCAP

1.3.1.16. Núcleo de Administração de Pessoal - NUAP

1.3.1.17. Corregedoria Regional - CR

1.3.1.18. Núcleo de Assuntos Internos - NUAI

1.3.1.19. Delegacia de Polícia Rodoviária Federal - DelPRF

1.3.1.20. Núcleo de Policiamento e Fiscalização - NPF

A seguir, temos as competências e atribuições de cada área acima mencionada,

consoante disposição contida na Portaria nº 1.375, de 02.08.2007:

**Art. 75. Às Superintendências Regionais de Polícia Rodoviária Federal, nos âmbitos das respectivas circunscrições, compete:**

*I - executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal;*

*II - conceder remoção a pedido, anuênios, adicional de periculosidade ou insalubridade, licença-prêmio, quintos/décimos, isenção de imposto de renda, averbação de tempo de serviço, abono de permanência e apostilamento de proventos, observada a respectiva legislação vigente;*

*III - emitir certidões por tempo de serviço dos servidores lotados na Unidade Regional;*

*IV - lotar servidores no âmbito da Unidade Regional;*

*V - conceder remoção, ex-officio, no âmbito da Unidade Regional, desde que não decorra ônus para a União;*

*VI - aprovar as ações de capacitação no âmbito de sua competência;*

*VII - aprovar e encaminhar o planejamento anual de ações de capacitação sob sua responsabilidade;*

*VIII - autorizar a participação de servidores, sob sua subordinação, nas ações de capacitação;*

*IX - autorizar a participação de servidores instrutores, sob sua subordinação, nas atividades de instrutória nas ações de capacitação da Regional e do Departamento;*

*X - encaminhar relatório de atividades de ações de capacitação ocorridas no âmbito de suas competências; e*

*XI - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.*

**Art. 76. Ao Núcleo de Apoio Técnico compete:**

*I - promover a devida instrução processual e procedimental, no âmbito do Gabinete do Superintendente;*

*II - prestar assistência ao Superintendente, no tocante à conformidade dos atos administrativos;*

*III - prestar acompanhamento administrativo nos processos e decisões judiciais de interesse da Superintendência;*

*IV - elaborar e orientar a confecção de minutas dos documentos a serem assinados pelo Superintendente;*

*V - prestar auxílio técnico às demais áreas da Superintendência e Delegacias, quando solicitado;*

*VI - reunir, organizar, zelar e manter atualizado todo o acervo de livros, revistas e demais publicações jurídico-legais da Superintendência; e*

*VII - providenciar a edição, publicação e distribuição do boletim de serviço regional, bem como a reprodução e distribuição às chefias da Regional de um exemplar do boletim de serviço central.*

**Art. 77. Ao Núcleo de Comunicação Social compete:**

*I - orientar e assistir ao Superintendente nos assuntos relativos à área de comunicação social;*

*II - promover e executar as atividades de relações-públicas, de divulgação e de publicidade oficial do Departamento, no âmbito da Superintendência;*

*III - providenciar, analisar e supervisionar a elaboração e distribuição de material de propaganda institucional;*

*IV - apurar, editar, redigir e difundir matérias do interesse da Superintendência;*

*V - programar e promover a execução de solenidades, além de orientar e acompanhar a realização de reuniões, encontros, simpósios, congressos e outros eventos do interesse da Superintendência; e*

*VI - promover a articulação da Superintendência com outros órgãos da Administração Pública, bem como manter cadastro atualizado de autoridades.*

**Art. 78. Ao Núcleo de Inteligência compete:**

- I - seguir as diretrizes instituídas pelo Coordenador de Inteligência do Departamento;*
- II - assessorar e manter o Superintendente informado sobre as atividades de inteligência;*
- III - apresentar relatório periódico das atividades de inteligência ao Superintendente e ao Coordenador de Inteligência;*
- IV - planejar, propor e coordenar as atividades de inteligência na Superintendência;*
- V - produzir conhecimentos resultantes do processamento completo das informações obtidas pela atividade de inteligência;*
- VI - intensificar a produção de conhecimentos para a atividade-fim, atuando em conjunto com as Delegacias e a Seção de Policiamento e Fiscalização da Superintendência;*
- VII - cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente à salvaguarda de assuntos sigilosos;*
- VIII - identificar, acompanhar e avaliar as ameaças reais ou potenciais à área de atuação da Superintendência;*
- IX - planejar e elaborar o Plano de Segurança Orgânica da sede da Superintendência, bem como nas Delegacias e Postos subordinados à Superintendência;*
- X - solicitar dados, informações e conhecimentos aos órgãos de inteligência, sobre assuntos de interesse da Superintendência;*
- XI - manter intercâmbio com órgãos públicos e entidades privadas, com vistas à obtenção de dados relacionados com a sua área de atuação;*
- XII - manter sob sua guarda toda a documentação encaminhada para os arquivos da área de inteligência;*
- XIII - receber, conferir e classificar documentos, expedientes e demais correspondências, bem como controlar o trâmite de correspondências enviadas e recebidas por meio de malotes específicos da área;*
- XIV - propor a aplicação de cursos de capacitação, especialização, seminários, palestras e outros eventos ligados à atividade de inteligência, apresentando projetos ao Coordenador de Inteligência do Departamento, por intermédio do Superintendente; e*
- XV - elaborar e propor o Plano Anual de Atividades de Inteligência na Superintendência.*

**Art. 79. À Seção de Policiamento e Fiscalização compete:**

- I - programar, determinar, supervisionar e executar as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens, controle e arrecadação de multas, prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, prevenção e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, credenciamento de escoltas, estatísticas e transitometria;*
- II - coletar, atualizar e repassar à Divisão de Patrimônio e Material informações pertinentes à estadia, alimentação, locomoção e outros dados necessários ao planejamento de apoio logístico, quando da realização de operações fora da circunscrição da Superintendência;*
- III - coordenar e controlar as atividades da Central de Informações Operacionais - CIOP, mantendo-a sob sua subordinação direta;*
- IV - orientar, supervisionar e controlar os serviços de escolta e segurança, nos deslocamentos de autoridades nacionais e estrangeiras, em articulação com os demais órgãos responsáveis, mantendo sob seu comando direto um corpo de motociclistas para a execução dessas tarefas;*
- V - organizar e manter atualizado o controle dos veículos e bens apreendidos; o cadastro de formulários destinados à apreensão de documentos, veículos, armas e outros objetos; bem como o cadastro dos documentos extraviados, cancelados*

ou danificados;

*VI - programar, orientar e executar comandos e operações especiais de prevenção e repressão às infrações de trânsito, objetivando a redução dos acidentes; e*

*VII - realizar levantamentos estatísticos e pesquisas das atividades operacionais desenvolvidas pela Superintendência, além de outros procedimentos necessários à consecução da missão institucional do Departamento, elaborando mapas, gráficos e relatórios demonstrativos para retratar a situação real das ações e serviços prestados ao longo das rodovias e estradas federais.*

**Art. 80. Ao Núcleo de Operações Especiais compete:**

*I - orientar, controlar e executar as atividades relativas ao policiamento rodoviário e às operações relacionadas com a segurança pública;*

*II - estudar, revisar e propor normas, instruções e regulamentações referentes a abordagem, bloqueio de estradas, controle de tráfego e demais ações de policiamento;*

*III - executar, controlar e avaliar as operações especiais desencadeadas pela Superintendência;*

*IV - apoiar outros órgãos do sistema de segurança pública, no desempenho de missões cujas características exijam táticas e procedimentos especiais, quando autorizado pelo superior hierárquico;*

*V - executar, acompanhar e promover trabalhos e operações de prevenção e repressão aos crimes de roubo e furto de veículos e cargas, tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, tráfico de armas, munições e produtos controlados, contrabando, descaminho, falsificação de produtos, adulteração de combustíveis, outros crimes contra o patrimônio, e demais delitos praticados nas rodovias e estradas federais;*

*VI - executar, acompanhar e promover ações específicas no combate ao trabalho escravo, à exploração sexual infanto-juvenil, ao tráfico de seres humanos, aos crimes ambientais, à lavagem de dinheiro, ao crime organizado, e demais delitos transnacionais que utilizem as rodovias e estradas federais para sua consecução;*

*VII - pesquisar, analisar e difundir o comportamento dos infratores, bem como organizar e manter atualizado o cadastro de informações sobre os crimes praticados nas rodovias e estradas federais, além de elaborar e difundir as resenhas sobre acontecimentos de relevância ocorridos em sua área de atuação em articulação com a área de Inteligência e Central de Informações Operacionais; e*

*VIII - coordenar e comandar os grupos especiais, tais como: grupos de operações com cães, grupos de controle de distúrbios, entre outros.*

**Art. 81. Ao Núcleo de Multas e Penalidades compete:**

*I - orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos;*

*II - organizar, controlar, orientar e distribuir às unidades da Superintendência, normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades;*

*III - organizar, controlar e manter atualizado o cadastro de registros de multas e o processamento das penalidades aplicadas, de acordo com as disposições legais;*

*IV - acompanhar e controlar a arrecadação de multas, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços;*

*V - controlar, orientar e manter cadastro atualizado de talões de autos de infração distribuídos, extraviados ou danificados;*

*VI - controlar, orientar e gerenciar processos de cancelamento de multas;*  
*VII - elaborar mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, de penalidades aplicadas e da arrecadação de multas, bem como manter registros de débitos existentes;*  
*VIII - preparar as informações técnicas atinentes aos processos judiciais acerca de multas, e*  
*IX - coordenar e prestar apoio técnico às Comissões Administrativas de Defesa de Autuação - CADA, e às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.*

**Art. 82. Ao Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária compete:**

*I - planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais, quais sejam:*

- a) atendimento pré-hospitalar e resgate*
- b) transporte inter-hospitalar;*
- c) transporte de órgãos;*
- d) apoio de saúde a operações da Unidade Regional;*
- e) apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos;*
- f) comandos de saúde preventivos para o trânsito;*
- g) atividades de medicina do tráfego;*
- h) investigação de causas motivadoras de acidentes de trânsito;*
- i) confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes.*

*II - realizar ou acompanhar cursos e treinamentos correlacionados às atividades elencadas no inciso I;*

*III - propor a aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades elencadas no inciso I;*

*IV - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiro; Devesa Civil e outros órgãos e instituições locais com atividades congêneres na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso I;*

*V - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com a segurança do trânsito, prevenção e levantamento de locais de acidentes;*

*VI - propor medidas para a redução dos índices de acidentes e preservação da integridade física dos usuários e dos servidores quando em serviço;*

*VII - manter arquivos atualizados de boletins de ocorrências;*

*VIII - preparar e fornecer os elementos necessários à elaboração de relatórios e coleta de dados estatísticos de acidentes de trânsito;*

*IX - orientar e fazer cumprir as normas de segurança relativas ao trânsito de produtos perigosos, elaborando planos e procedimentos para a condução ou atendimento a acidentes envolvendo esses produtos, bem como realizar estudos e análises sobre a legislação e as normas de segurança;*

*X - colaborar com a educação de trânsito ministrada nas escolas, empresas e órgãos oficiais;*

*XI - promover a realização de trabalhos de fotografia técnica, desenhos, plantas, croquis e demais meios necessários à ilustração e complementação dos serviços efetuados, assim como controlar, supervisionar e manter cadastro atualizado de formulários destinados a boletins de ocorrências; e*

*XII - realizar estudos e pesquisas sobre acidentes de trânsito, objetivando, principalmente, a determinação de pontos críticos, assim como orientar e controlar as tarefas relativas a levantamentos, consolidação, análise e divulgação de dados e informações, promovendo a realização periódica de censos e outros métodos necessários à identificação dos fenômenos do trânsito rodoviário.*

**Art. 83. À Seção Administrativa e Financeira compete:**

- I - programar, supervisionar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações;*
- II - elaborar edital, minuta de contratos e convênios, acompanhando as suas formalizações, no âmbito da Superintendência;*
- III - orientar e revisar os projetos básicos e termos de referência das áreas requisitantes, bem como os demais instrumentos pertinentes ao processo licitatório;*
- IV - coordenar e analisar os atos relacionados a procedimentos licitatórios, nas suas diversas modalidades, manifestando-se quanto ao atendimento da legislação pertinente;*
- V - comunicar os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitações no âmbito da Superintendência;*
- VI - indicar à autoridade competente os servidores que deverão atuar como pregoeiro, equipe de apoio, presidente e membros das comissões de licitação, gestores de contrato e comissão de recebimento de materiais/serviços no âmbito da Unidade Regional;*
- VII - prestar apoio administrativo ao pregoeiro e às comissões de licitação;*
- VIII - supervisionar e acompanhar os trabalhos de fiscalização e gestão contratual no âmbito da Superintendência;*
- IX - organizar e controlar o cronograma de realização de licitações, além de acompanhar a publicação de todos os atos relativos ao processo licitatório;*
- X - promover a fiscalização das construções, reformas e ampliações dos bens imóveis no âmbito da Unidade Regional; e*
- XI - desenvolver, implementar e coordenar o planejamento da Unidade Regional, considerando todas as áreas de atuação e encaminhando as demandas à Sede Central, em prazo estabelecido mediante instrução interna do Departamento.*

**Art. 84. Ao Núcleo de Orçamento e Finanças compete:**

- I - programar, orientar, controlar e executar as atividades inerentes à administração orçamentária e financeira;*
- II - elaborar demonstrativos sobre a execução orçamentária e financeira;*
- III - controlar e executar os recursos recebidos e praticar os procedimentos pertinentes à emissão de notas de empenho, à liquidação e ao pagamento das despesas;*
- IV - informar, para fins de licitação, a existência de disponibilidade orçamentária;*
- V - controlar o crédito disponível existente nos diversos elementos de despesas;*
- VI - controlar e processar os pagamentos de despesas do exercício, de restos a pagar e de exercícios anteriores;*
- VII - receber, registrar e devolver cauções dadas como garantia de contratos;*
- VIII - analisar, avaliar e efetuar conferência prévia de processos e outros documentos de pagamento;*
- IX - proceder à liquidação de processos de despesas e documentos de pagamentos;*
- X - analisar os processos de concessão de diárias, transporte, ajuda de custos e suprimentos de fundos;*
- XI - emitir ordens bancárias de pagamentos, de créditos ou de guias de recebimentos;*
- XII - manter atualizados os credenciamentos de ordenadores de despesa junto aos estabelecimentos bancários; e*
- XIII - manter atualizado o rol de servidores responsáveis pelo gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros e pela administração do patrimônio da Superintendência.*

**Art. 85. Ao Núcleo de Patrimônio e Material compete:**

- I - orientar, controlar e executar as atividades inerentes aos bens patrimoniais, mantendo o cadastro atualizado;*
- II - efetuar o levantamento das necessidades da Superintendência e propor a aquisição de bens móveis e imóveis;*
- III - receber, acompanhar, controlar, distribuir ou redistribuir os bens móveis;*
- IV - propor a recuperação, reparação ou substituição dos bens danificados integral ou parcialmente; a alienação dos bens móveis considerados prescindíveis ou de recuperação antieconômica e a baixa dos bens irrecuperáveis, de acordo com a legislação pertinente, elaborando os mapas de incorporação e baixa de bens;*
- V - promover o inventário patrimonial dos bens de responsabilidade da Superintendência;*
- VI - examinar os processos de alienação, bem como orientar e controlar a execução dos atos que envolvam a aquisição, alienação e recebimento de bens móveis e imóveis, e os registros contábeis de baixas, cessões e alienações;*
- VII - manter atualizado o cadastro de material permanente e de imóveis, com a respectiva documentação, inclusive termo de responsabilidade;*
- VIII - examinar, conferir, armazenar e escriturar a entrada e a saída de materiais e equipamentos, exercendo o controle físico-contábil dos estoques, bem como efetuar o levantamento das necessidades e propor a aquisição do material de consumo;*
- IX - manter em segurança os materiais estocados, observando as condições de armazenamento, de acordo com as determinações contidas em legislação pertinente, bem como indicar membros para compor comissão especial para efetuar o inventário e o recebimento de bens adquiridos;*
- X - atualizar, no Sistema de Patrimônio de Imóveis da União, as modificações físicas executadas nos imóveis em uso pela Superintendência;*
- XI - manter atualizada a situação física dos bens patrimoniais no sistema de controle interno do patrimônio; e*
- XII - manter atualizado o registro da identificação, quantitativo e numeração do manequim dos servidores lotados na Unidade Desconcentrada para pronto atendimento quando solicitado.*

**Art. 86. Ao Núcleo de Documentação compete:**

- I - controlar e executar as atividades inerentes à área administrativa, protocolo, arquivo, reprografia, recebimento e expedição de documentos;*
- II - receber, conferir, classificar, numerar, selecionar, distribuir, pesquisar, autuar e indexar documentos, processos, expedientes e demais correspondências;*
- III - manter sob sua guarda, em perfeitas condições de conservação, a documentação encaminhada para arquivo;*
- IV - manter registro, controlar, acompanhar e prestar informações sobre a tramitação de processos e documentos;*
- V - controlar o trâmite de correspondências enviadas por meio de malotes;*
- VI - promover a aquisição, supervisão e controle da distribuição do Diário Oficial, jornais, revistas e periódicos necessários ao desempenho da Superintendência;*
- VII - implementar e supervisionar a política de documentação e informação no âmbito da Superintendência, garantindo a recuperação das informações, o acesso aos documentos e a preservação de sua memória; e*
- VIII - normatizar e manter atualizado o acervo documental e de informações da Superintendência, assim como organizar e supervisionar a implantação das atividades de gestão de documentos das unidades administrativas vinculadas, estabelecendo normas gerais de trabalho.*

**Art. 87. Ao Núcleo de Serviços Gerais compete:**

*I - encaminhar pedidos relacionados com compras e suprimentos, aquisição de materiais e execução de serviços;*  
*II - elaborar e manter atualizado o catálogo de materiais e de especificações, bem como manter registro cadastral de fornecedores e prestadores de serviços;*  
*III - processar e efetuar compras isentas de licitação, na forma da legislação pertinente;*  
*IV - instruir os interessados sobre os documentos necessários à inscrição no cadastro de fornecedores;*  
*V - acompanhar e promover a execução das atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoas nas dependências da Unidade Regional;*  
*VI - promover e acompanhar a manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição;*  
*VII - promover medidas para manter atualizada a documentação de veículos;*  
*VIII - promover o gerenciamento da frota de veículos;*  
*IX - elaborar o Plano Anual de Aquisição de Veículos - PAAV no âmbito da sua Unidade Regional;*  
*X - informar imediatamente ao Chefe do Núcleo de Patrimônio e Material sobre qualquer alteração de situação física, temporária ou permanente, dos bens patrimoniais encaminhados para manutenção ou conserto, bem como sobre movimentações para estes fins; e*  
*XI - repassar periodicamente ao Chefe da Divisão de Administração e Serviços Gerais as informações relativas à manutenção e documentação das viaturas da Superintendência.*

**Art. 88. Ao Núcleo de Telemática compete:**

*I - planejar, coordenar e executar atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização;*  
*II - desenvolver estudos destinados à modernização das atividades de informática, telefonia e radiocomunicação;*  
*III - treinar e dar suporte técnico aos usuários de informática, telefonia e radiocomunicação no âmbito da Superintendência;*  
*IV - pesquisar, avaliar, propor especificações técnicas, testar e emitir parecer para aquisição e utilização de recursos de hardware, software e de telecomunicações, bem como sua implantação e operação;*  
*V - promover e supervisionar a execução dos serviços técnicos de instalação, manutenção nos equipamentos e programas de informática, telefonia e radiocomunicação; e*  
*VI - dar parecer sobre obras e reformas prediais que envolvam a estrutura física da rede lógica, de telefonia ou de radiocomunicação.*

**Art. 89. À Seção de Recursos Humanos compete:**

*I - programar, coordenar e executar as atividades das áreas de ensino, recursos humanos e legislação de pessoal; e*  
*II - planejar, coordenar, orientar e executar as seguintes atividades de saúde:*  
*a) concessão de plano de saúde;*  
*b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;*  
*c) Projeto Servidor Saudável a Escolha Racional e Viável - PROSSERV;*  
*d) apoio de saúde institucional;*  
*e) higiene e saúde no trabalho;*  
*f) perícias;*  
*g) doenças do trabalho;*  
*h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;*  
*i) medicina do trabalho;*  
*j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;*

*l) juntas médicas regionais.*

*III - prestar assistência social, médica, odontológica, psicológica, hospitalar, farmacêutica, de educação e de proteção à saúde dos servidores e de seus dependentes, dedicando atenção especial aos portadores de dependência química;*

*IV - auxiliar as atividades de saúde quando do recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;*

*V - realizar a inspeção de saúde para prática de atividades físicas;*

*VI - realizar ou acompanhar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas;*

*VII - propor aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades acima elencadas; e*

*VIII - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiros; Defesa Civil e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso II.*

**Art. 90. Ao Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal compete:**

*I - orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores;*

*II - auxiliar na realização de concursos públicos e outros processos seletivos, cursos e estágios;*

*III - realizar estudos e pesquisas com a finalidade de elaborar e propor normas complementares à legislação afeta à área de pessoal;*

*IV - analisar, elaborar e opinar sobre propostas, projetos e demais atos de natureza normativa sobre a sua área de competência;*

*V - planejar e executar as atividades pertinentes à capacitação dos servidores administrativos que não obtiveram índice satisfatório na avaliação da GDATA;*

*VI - instruir e emitir pareceres em consultas relacionadas com a interpretação e aplicação da legislação na área de pessoal;*

*VII - executar as atividades relativas a avaliações dos servidores para fins de homologação do estágio probatório e concessão de Progressão Funcional e da GDATA;*

*VIII - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como elaborar diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos da Superintendência;*

*IX - instruir processos judiciais acerca da legislação de pessoal, visando fornecer à Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais os subsídios necessários à elaboração das informações jurídico-legais necessárias à defesa da União; e*

*X - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.*

**Art. 91. Ao Núcleo de Administração de Pessoal compete:**

*I - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como propor diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos do Núcleo;*

*II - auxiliar o Chefe do Distrito na verificação da legalidade dos atos e da motivação das decisões atinentes a sua competência;*

*III - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com registros funcionais, lotação, movimentação, incorporações de vantagens, preparação e controle de pagamento;*

*IV - cadastrar e manter atualizados os registros e assentamentos funcionais dos*

*servidores ativos, inativos e pensionistas;*

*V - controlar e registrar a frequência dos ativos, comunicando à autoridade competente as faltas que impliquem em infração disciplinar;*

*VI - prestar informações e fornecer certidões, declarações, cópias de documentos nas condições autorizadas por lei;*

*VII - adotar providências para a expedição e controle de identidades funcionais;*

*VIII - controlar, registrar e programar as férias dos servidores, lavrar apostilas, termos de posse, organizar e manter atualizados os registros de lotação de servidores requisitados e cedidos;*

*IX - controlar e adotar medidas para a efetivação de remoção a pedido no âmbito de sua competência;*

*X - instruir processos referentes a exercícios anteriores, processos de cessão, redistribuição, remoção ex-offício, disponibilidade e reversão de servidores, e demais processos relacionados a direitos e vantagens dos servidores;*

*XI - analisar processos de aposentadoria e pensões, elaborar títulos concessórios e declaratórios de inatividade e apostilas declaratórias referentes às alterações de proventos;*

*XII - promover as alterações e controlar a folha de pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionista;*

*XIII - fornecer dados referentes ao pagamento e emitir fichas financeiras dos servidores do Distrito Regional, quando solicitado, nas condições autorizadas por lei;*

*XIV - acompanhar junto ao órgão competente as alterações no sistema de pagamento;*

*XV - calcular e informar a margem consignável para fins de empréstimos em consignação;*

*XVI - elaborar os cálculos para pagamentos referentes à ajudas de custo, auxílio-creche, alimentação, transporte, exercícios anteriores e demais direitos e vantagens dos servidores do Distrito Regional;*

*XVII - adotar providências para a avaliação e a concessão da progressão funcional aos servidores, nos termos da legislação pertinente;*

*XVIII - planejar, coordenar, orientar e executar, em nível nacional, as seguintes atividades de saúde:*

*a) acompanhamento da concessão de plano de saúde;*

*b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;*

*c) Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável - PROSSERV;*

*d) apoio de saúde institucional;*

*e) higiene e saúde no trabalho;*

*f) perícias de saúde;*

*g) doenças do trabalho;*

*h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;*

*i) atividades de medicina do trabalho;*

*j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;*

*l) Junta médica nacional;*

*m) juntas médicas regionais;*

*n) auxiliar o recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;*

*o) inspeção de saúde para prática de atividades físicas;*

*p) auxiliar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades de saúde;*

*q) proposição de aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades de saúde;*

*r) representação local junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades acima elencadas no inciso XXV.*

*XIX - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.*

**Art. 92. À Corregedoria Regional compete:**

*I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correccionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;*

*II - proceder à análise de atuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, a jurisprudência e decisões administrativas vigentes;*

*III - acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares e orientar, no âmbito da Unidade Regional, na interpretação e cumprimento da legislação pertinente;*

*IV - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;*

*V - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;*

*VI - elaborar e manter atualizado os relatórios da área correccional da Unidade Regional;*

*VII - organizar e manter atualizado cadastro de informações correccionais de servidores da Superintendência;*

*VIII - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;*

*IX - orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;*

*X - elaborar estatísticas de interesse da área correccional e relatórios de gestão;*

*XI - prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correccionais;*

*XII - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência;*

*XIII - auxiliar na gestão do orçamento correccional;*

*XIV - elaborar minutas de portarias e informações pertinentes; e*

*XV - elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.*

**Art. 93. Ao Núcleo de Assuntos Internos compete:**

*I - auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional;*

*II - executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;*

*III - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional;*

*IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores;*

*V - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; e*

*VI - operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.*

**Art. 94. Às Delegacias de Polícia Rodoviária Federal compete:**

*I - executar e controlar as atividades de segurança, fiscalização, policiamento, investigação e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas;*

*II - controlar e orientar os procedimentos de autuação e adoção de medidas administrativas;*

*III - controlar as condições do trânsito nas rodovias e estradas federais e executar outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da delegacia;*

*IV - zelar pela segurança do trânsito e dos usuários, por meio do policiamento ostensivo ao longo das rodovias e estradas federais sob sua circunscrição, bem como realizar comandos especiais e de rotina;*

*V - adotar as medidas adequadas para assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, notadamente em casos de acidentes;*

*VI - zelar pela observância das disposições legais e regulamentares quanto ao alinhamento, recuo e gabarito das construções às margens das rodovias e estradas federais ou de obras e instalações que possam interferir na segurança do trânsito;*

*VII - adotar medidas de prevenção e repressão aos crimes contra a pessoa, a vida, o patrimônio público e de particulares, o meio ambiente, a administração pública, em especial o contrabando e o descaminho, e demais delitos previstos na legislação penal em vigor, nas estradas e rodovias federais;*

*VIII - controlar e executar os serviços referentes às áreas administrativas, de pessoal, de protocolo e arquivo, zeladoria, material e patrimônio;*

*IX - baixar atos normativos relativos à regulamentação de atividades, em sua área de circunscrição, após devidamente autorizado pelo Superintendente ou Chefe de Distrito; e*

*X - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.*

**Art. 95. Ao Núcleo de Policiamento e Fiscalização compete controlar, executar e orientar os serviços referentes às áreas de policiamento, fiscalização, segurança, operações rotineiras e especiais, levantamento de acidentes, autuações, medidas administrativas, controle das condições do trânsito nas rodovias e estradas federais, bem como outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da Delegacia.**

Ainda dentro do organograma funcional da 1ª SUP DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL vinculam-se, além das Seções e Núcleos que compõem a sua estrutura administrativa, 07 (sete) Delegacias Regionais e 13 (treze) postos policiais espalhados ao longo das rodovias federais conforme localização a seguir:

**TABELA I - DISTRIBUIÇÃO DAS DELEGACIAS REGIONAIS**

DELEGACIA	MUNICÍPIO SEDE	ABRANGÊNCIA
1ª Delegacia PRF – GOIÂNIA	Goiânia	a) Posto PRF Leônidas Sisterolli – BR – 060 – saída para Brasília; b) Posto PRF João Batista de Lima – BR – 060 – saída para Rio Verde; c) Posto PRF Clayton Santos – BR – 153 – saída para São Paulo.
2ª Delegacia PRF – ANÁPOLIS	Anápolis	a) Posto PRF de Anápolis – BR – 060; b) Posto PRF de Jaraguá – BR – 153.
3ª Delegacia PRF – MORRINHOS	Morrinhos	a) Posto PRF de Morrinhos – BR – 153; b) Posto PRF de Itumbiara – BR – 153.
4ª Delegacia PRF – RIO VERDE	Rio Verde	a) Posto PRF de Rio Verde – BR – 060;

5ª Delegacia PRF – JATAÍ	Jataí	a) Posto PRF de Jataí – BR – 364; b) Posto PRF de São Simão – BR – 364;
6ª Delegacia PRF – CATALÃO	Catalão	a) Posto PRF de Catalão.
7ª Delegacia PRF – PORANGATU	Porangatu	a) Posto PRF de Uruaçu – BR – 153; b) Posto PRF de Porangatu – BR – 153.

Fonte: SPF – Seção de Policiamento e Fiscalização

#### 1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

O quadro abaixo apresenta os dez principais macroprocessos finalísticos da Instituição. Todos eles estão vinculados aos Objetivos de Governo (OG) contidos no Programa Temático Segurança Pública com Cidadania (2070).

Naturalmente, dada a transversalidade dos Programas Temáticos, esses macroprocessos, por vezes, dialogam com outros programas governamentais. Entretanto, para efeito didático só registraremos os OGs do Programa Temático 2070. No final de cada Macroprocesso, restará registrado, de forma sucinta, como foi sua condução por esta UJ.

No item 2, deste relatório, será tratado amiúde a estratégia de atuação. Portanto, as informações no campo do quadro a seguir a sucinta e apenas traz linhas gerais.

**TABELA II – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS**

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
<b>Macroprocesso 1</b>	<b>ATENDIMENTO AO CIDADÃO</b>
<b>Cliente</b>	Usuários da rodovia, vítimas envolvidas em acidentes, condutores alvo de fiscalização.
<b>Necessidades Do cliente</b>	Levantamento circunstanciado do acidente, segurança no local de sinistro, resgate de vítimas e apoio ao atendimento pré-hospitalar de urgência, informações para familiares/próximos, auxílio ao usuário da rodovia em situações diversa, análise de defesa da autuação ou recurso de multa, fornecimento de cópia de BAT (Boletim de Acidente de Trânsito), acesso a central de emergência, informações sobre condições da estrada, saúde nas estradas.
<b>Produtos/ Serviços</b>	Sinalização, orientação e segurança do trânsito no local do acidente, serviços de primeiros socorros e remoção, informação sobre ocorrência às pessoas indicadas pelo condutor/vítima, Guarda e remoção de bens (veículo, carga, entre outros), Expedição de BAT, informações estatísticas sobre trafegabilidade e acidentes em rodovias federais, análise de defesas e recursos, comandos de saúde nas rodovias.
<b>Resultados</b>	Garantia de cuidados físicos e patrimoniais, redução de risco de morte, apoio psicossocial em situação crítica, consistência/regularidade/continuidade e assertividade de informações estatísticas para atuação institucional, garantia a ampla defesa e o contraditório.
<b>OG</b>	0833
As defesas das autuações foram e são apresentadas em qualquer Unidade da PRF. Em Sede de defesa da autuação a análise foi efetuada pelas Comissões de Defesa da Autuação (CADA). Em caso de Recurso por penalidade já imposta, a análise foi efetuada pela Junta Administrativa de Recursos de Infração (JARI). Os demais serviços foram prestados diuturnamente pelas equipes escaladas nos Postos de Fiscalização e em patrulhamento da rodovia. Os BATs foram registrados em Sistema Informatizado (BR Brasil), ficando o interessado de posse do número da ocorrência, com a qual, somada ao número de seu CPF, o habilitou a retirar a partir de 72 horas cópia do BAT em qualquer lugar que	

<b>DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS</b>	
tenha acesso a INTERNET. Essas cópias também puderam ser retiradas em qualquer Unidade da PRF. Outro ponto de destaque foram os Comandos de Saúde realizados nas rodovias.	
<b>Macroprocesso 2</b>	<b>CONDIÇÕES DAS RODOVIAS E REGULARIDADE DA FAIXA DE DOMÍNIO</b>
<b>Cliente</b>	Usuário da rodovia, DNIT e ANTT.
<b>Necessidades Do cliente</b>	Conhecimentos adequados e suficientes para decisões sobre ações corretivas e de resgate das condições físicas e de trafegabilidade das rodovias federais; faixas de domínio das rodovias federais livres de uso inadequado e não autorizado.
<b>Produtos/ Serviços</b>	Informações sobre condições físicas e de trafegabilidade das rodovias federais, serviços de fiscalização, notificação e de apoio à regularização do uso das faixas de domínio.
<b>Resultados</b>	Rodovia livre de poluição visual e construções que coloquem em risco a segurança e fluidez do trânsito.
<b>OG</b>	0833
Além das informações diárias sobre qualquer alteração nas condições de trafegabilidade das rodovias, fato imediatamente comunicado ao órgão rodoviário da União, anualmente é realizado levantamento minucioso das condições dessas vias, cujo relatório é oferecido ao DNIT, de modo a permitir a atualização do sítio daquele órgão na INTERNET. Esse levantamento organizado se faz com o emprego dos Núcleos de Inteligência. As invasões da faixa de domínio, quando ocorrem, são imediatamente notificadas a seus causadores e ao DNIT, procedendo-se ao embargo da obra.	
<b>Macroprocesso 3</b>	<b>CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS DE ESCOLTA</b>
<b>Cliente</b>	Empresas de escolta de cargas excedentes. Usuário da rodovia.
<b>Necessidades Do cliente</b>	Regularidade e legalidade das atividades de escolta e similares.
<b>Produtos/ Serviços</b>	Autorização para serviços de escolta e similares.
<b>Resultados</b>	Segurança no transporte de cargas excedentes, superdimensionadas ou especiais.
<b>OG</b>	0833
Foi designada uma Comissão Regional de Credenciamento de Escolta, a qual restou incumbida os serviços de recebimento de requerimentos, instrução processual, encaminhamento para a Coordenação-Geral de Operações para emissão da Credencial de Escolta, vistorias, habilitação dos motoristas de escolta e a fiscalização desses serviços.	
<b>Macroprocesso 4</b>	<b>EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA A SEGURANÇA DO TRÂNSITO</b>
<b>Cliente</b>	Usuários, população linceira às rodovias federais; Instituições de ensino, organizações sociais e agentes multiplicadores e sociedade de modo geral.
<b>Necessidades Do cliente</b>	Conhecimentos sobre legislação, segurança de trânsito e correlatos, entender os riscos que envolvem a prática a direção veicular e perceber a diferença que o comportamento de cada indivíduo faz na segurança da coletividade.
<b>Produtos/ Serviços</b>	Informações sobre legislação de trânsito e correlatas, campanhas e palestras educativas sobre o tema, matérias publicadas da mídia com o foco em serviço.
<b>Resultados</b>	Desenvolver no cidadão comportamento adequado para a utilização segura do trânsito.
<b>OG</b>	0833
Por intermédio da área de comunicação social da UJ, este recebe e processa todos os pedidos de palestras, campanhas, comandos educativos, etc. Quanto a informação de caráter geral, foi amplamente utilizado o apoio da mídia (jornais, rádio e TV). Todas as Operações vinculadas à segurança do trânsito foram divulgadas e nesse momento era discorrido sobre o comportamento esperado de cada condutor. A contratação dos serviços de clípagem eletrônica (rastreamento de mídia televisiva) apoiou e muito a UJ no sentido de se manifestar sempre que a instituição PRF era provocada por terceiros, seja no sentido positivo ou negativo das ações da instituição, permitindo que a UJ pudesse esclarecer	

<b>DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS</b>	
qualquer de suas ações e dar uma satisfação à sociedade.	
<b>Macroprocesso 5</b>	<b>INFORMAÇÃO, INTELIGÊNCIA E ANÁLISE DE RISCOS</b>
<b>Cliente</b>	Usuários, ABIN, Polícias (Judiciárias e Militares), Ministério Público, Forças Armadas, Secretarias de Segurança Pública, Receitas (Federal e Estadual), Órgãos públicos de controle, Órgãos de imprensa.
<b>Necessidades Do cliente</b>	Conhecimento atualizado para ações estratégicas de segurança pública envolvendo rodovias federais, insumos operacionais e informacionais para abertura de inquérito policial e informações sobre ocorrências com potencial de risco de práticas criminosas, conhecimento de deslocamentos de veículos, pessoas, grupos sociais, entre outros, com riscos potenciais aos usuários das rodovias federais e populações de entorno, conhecimento sobre fatos e ocorrências de interesse público e social em rodovias federais.
<b>Produtos/ Serviços</b>	Informações de inteligência, informações circunstanciada, serviços de apreensão de suspeitos e de produtos, informações operacionais sobre ocorrências com potencial de risco e sobre movimentações e práticas irregulares ou criminosas em rodovias federais, informações de interesse público sobre acidentes, apreensões, prisões, campanhas e outras ocorrências em rodovias federais.
<b>Resultados</b>	Agilidade e assertividade de informações para decisões de segurança pública com o devido tratamento de sigilo e segurança da informação, legalidade das informações e conhecimentos gerados, preservação de bens, consistência em inquéritos e investigações, preservação da ordem pública, consistência, credibilidade e assertividade de informações para divulgação.
<b>OG</b>	0825, 0830, 0832, 0833
As equipes de policiais escalados ao longo das rodovias federais goianas, no uso de suas atribuições, figuraram como fonte de informação sobre acontecimentos, prisões, suspeições, monitoramento de veículos, identificação de pessoas, dentre outros. Por outro lado, o Núcleo de Inteligência da UJ recebeu e tratou essas informações, agregando-as aos acompanhamentos de assuntos de interesse da Instituição e do Sistema de Segurança por si realizados, difundindo esses conhecimentos, bem como recebeu informações de outros órgãos integrantes do SISBIN. As informações sem necessidade de sigilo, a exemplo de possível interdição de rodovia, são divulgadas a fim de diminuir o efeito surpresa aos usuários da via ou mesmo evitá-las.	
<b>Macroprocesso 6</b>	<b>FISCALIZAÇÃO, FLUIDEZ E SEGURANÇA DO TRÂNSITO</b>
<b>Cliente</b>	Usuários das rodovias federais, população lindeira, sociedade em geral.
<b>Necessidades Do cliente</b>	Trafegar pelas rodovias federais com segurança e fluidez no trânsito.
<b>Produtos/ Serviços</b>	Serviços de fiscalização, orientação e sinalização de trânsito nas rodovias federais.
<b>Resultados</b>	Segurança e fluidez do trânsito (redução da violência no trânsito).
<b>OG</b>	0833
A fiscalização do trânsito foi fator primordial para a prevenção de ocorrência de acidentes. Para tanto foi estabelecido metas de fiscalização, cartão programa com o planejamento do patrulhamento diário, comando de fiscalização, operações em datas especiais (feriados e finais de semana prolongados), além das operações planejadas pelo órgão central que são difundidas para cada UJ e exigido o seu devido cumprimento.	
<b>Macroprocesso 7</b>	<b>ESCOLTA E BATEDOR</b>
<b>Cliente</b>	Usuários, Presidência da República, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores, Poder Judiciário.
<b>Necessidades Do cliente</b>	Apoio em operações de segurança do Presidente da República e outras autoridades, Apoio para deslocamentos de comboios e cargas militares, segurança de dignitários.
<b>Produtos/ Serviços</b>	Serviços de Segurança, meios e efetivos para apoio operacional especializado, Serviço de escolta e batedor;

<b>DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS</b>	
<b>Resultados</b>	Segurança de dignitários nos deslocamentos rodoviários, segurança e proteção em deslocamentos de cargas, comboios e contingentes militares, bem como de cargas especiais que exijam a presença da PRF.
<b>OG</b>	0833
A PRF integrou todos os trabalhos de segurança de dignitários em visita à sua circunscrição, em especial membros do Poder Judiciário. Esse trabalho foi realizado em parceria com as demais Instituições Polícias e de Inteligência.	
<b>Macroprocesso 8</b>	<b>OPERAÇÕES DE COMBATE AO CRIME</b>
<b>Cliente</b>	Condutores de veículos, pedestres, passageiros, transportadores de passageiros e cargas, população da circunvizinhança das rodovias federais, vítimas de acidentes e crimes, proprietários de veículos acidentados, Poder Judiciário, Ministério Público, Polícias Judiciárias, Polícias Militares, Receitas (Federal e Estadual), ANTT, DNIT, Vigilância Sanitária, sociedade em geral.
<b>Necessidades Do cliente</b>	Prevenção de crimes e segurança patrimonial e pessoal em rodovias federais, apoio operacional circunstancial para abordagens, fiscalizações, cumprimento de mandados, diligências e outras situações similares, segurança para a realização de grandes eventos.
<b>Produtos/ Serviços</b>	Apoio e proteção pessoal e patrimonial, fiscalização/policiamento ostensivo das rodovias federais, serviços de segurança para diligências e abordagens operacionais de controle, fiscalização, enfrentamento ao furto e roubo de veículos, roubo de cargas, assalto a ônibus, tráfico de drogas e armas, contrabando e descaminho, crimes fiscais, ambientais e sanitários, bem como contra a dignidade humana (trabalho em situação análoga à escravidão, tráfico de seres humanos, exploração sexual de crianças e adolescentes).
<b>Resultados</b>	Segurança pessoal e patrimonial quando em trânsito em rodovias federais e fortalecimento do enfrentamento ao tráfico de drogas, armas e crimes contra a dignidade do ser humano.
<b>OG</b>	0825; 0832; 0833
Foram realizadas diversas Operações com o foco no enfrentamento ao tráfico de drogas e armas na região de fronteira (Operação Sentinela). Esse enfrentamento também permeia a atividade das equipes com atividade diárias nas escalas de serviço, pois o produto do ilícito se movimenta e a criminoso se locomove. Portanto, não raro, na atividade rotineira de fiscalização foram retirados criminosos de circulação, bem como efetuada apreensão de drogas, veículos furtados/roubados, contrabando e o descaminho, dentre outros.	
<b>Macroprocesso 9</b>	<b>FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS</b>
<b>Cliente</b>	Condutores e passageiros de veículos em viagem, transportadores de passageiros e cargas, usuários da rodovia.
<b>Necessidades Do cliente</b>	Conhecimento básico sobre normas de transporte, condições das rodovias, rotas de viagem, distâncias e localização de cidades e pontos turísticos, linhas, horários e itinerários de ônibus.
<b>Produtos/ Serviços</b>	Informações sobre legislação, trafegabilidade, distâncias e rotas de viagem, localização de cidades e pontos turísticos, horários e itinerários de linhas de ônibus, fiscalização das dimensões e peso dos veículos de carga, fiscalização do transporte de produtos perigosos, fiscalização do transporte coletivo de passageiros.
<b>Resultados</b>	Viagem segura para os passageiros do transporte coletivo, adequação do transporte de produtos perigosos, redução de danos a vias por excesso de peso.
<b>OG</b>	0825; 0833.
A fiscalização do transporte integrou a ações diárias de trabalho, mas teve atenção especial com a realização de operações específicas de fiscalização do transporte de produtos perigosos, em face do risco que o sinistro envolvendo os veículos que transportam tais substâncias traz ao meio ambiente e aos próprios usuários da via pública.	
<b>Macroprocesso 10</b>	<b>COMANDO E CONTROLE</b>
<b>Cliente</b>	Usuários da rodovia, população linceira, sociedade em geral

<b>DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS</b>	
<b>Necessidades Do cliente</b>	Atendimento otimizado de ocorrências (menor tempo de resposta), contato de emergência, presença e disponibilidade do policiamento ostensivo.
<b>Produtos/ Serviços</b>	Acompanhamento e controle centralizado do atendimento das ocorrências, atendimento a chamadas de emergência, acionamento otimizados das equipes em campo, acompanhamento dos Indicadores e Metas.
<b>Resultados</b>	Otimização dos atendimentos aos chamados de emergência, diminuição do tempo de resposta, fortalecimento da prevenção por meio presença e intervenção do policiamento nos pontos previamente definido.
<b>OG</b>	0825; 0833.
As ações de comando e controle foram realizadas pela Seção de Policiamento por meio da CIOP – Central de Informações Operacionais, a qual atendeu os chamados de emergência, acionando as equipes em campo para o atendimento.	

Fonte: DPRF/MJ

Esse 10 (dez) macroprocessos obedecem aos quatro eixos de atuação da PRF: atendimento ao usuário da via; fiscalização de trânsito; educação para o trânsito e enfrentamento à criminalidade. Restou evidenciado que o principal mecanismo para a execução dessas tarefas é o policiamento ostensivo.

O policiamento ostensivo está equilibrado em quatro vertentes, são elas: a visibilidade, a disponibilidade, a pronta intervenção e o monitoramento e controle viário. Todos os macroprocessos finalísticos, bem como os macroprocessos de apoio que veremos a seguir trabalham para que essa tarefa seja desempenhada a contento.

## **1.5. MACROPROCESSOS DE APOIO**

O quadro abaixo apresenta os 04 (quatro) principais macroprocessos de apoio da Instituição. No final de cada Macroprocesso, restará registrado, de forma sucinta, com foi sua condução por esta UJ.

**TABELA III – MACROPROCESSOS DE APOIO**

<b>QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO</b>	
<b>Macroprocesso 1</b>	<b>DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL</b>
<b>Cliente</b>	Servidores policiais e do quadro de apoio
<b>Necessidades Do cliente</b>	Capacitação continuada, acompanhamento de saúde, concessão de benefícios, progressão funcional.
<b>Produtos/ Serviços</b>	Serviços de capacitação, saúde, perícias médicas, recepção de demanda por concessão de benefícios, análise de direitos, administração de pessoal, geração de folha de pagamento.
<b>Resultados</b>	Servidor em condições globais de prestar o melhor serviço à sociedade
<b>OG</b>	0825, 0830, 0833.
Os trabalhos de análise das demandas por concessão de benefícios e administração de pessoal, bem com a geração e controle da folha de pagamento caminhou na rotina que lhe é peculiar. O Projeto Patrulha da Saúde, implementado pela Seção de Recursos Humanos, buscou verificar a condição de saúde dos servidores e os estimular à práticas saudáveis de alimentação e atividade física. A capacitação regional ficou um pouco prejudicada pelo baixo efetivo disponibilizado, vez que o órgão central empenhou muitos recursos e esforços para formação do contingente de novos	

<b>QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO</b>	
<p>policiais. Foi realizado o programa Patrulha da Saúde em 5 delegacias com seus respectivos postos nesta regional, onde atendemos de forma satisfatória. Observou-se a satisfação e comentários de todos os servidores e o reconhecimento em saber que a administração se preocupa com a saúde e o bem-estar do seu servidor. Foram realizados um total parcial de 151 exames dos níveis de Colesterol, Triglicérides e Glicemia onde constatou-se que há uma preocupação e cuidado com a própria saúde por parte da maioria, porém ainda há resultados preocupantes. Houve uma adesão significativa, no ano em curso até a presente data, um total de 31 servidores ao programa de Educação Física Institucional.</p>	
<b>Macroprocesso 2</b>	<b>APOIO LOGÍSTICO</b>
<b>Cliente</b>	Principalmente a Atividade Finalística.
<b>Necessidades Do cliente</b>	Manutenção de viaturas, equipamentos (radares, bafômetros, rádios, armamento, etc.), abastecimento da frota, aferição de equipamentos, manutenção (limpeza e conservação das estruturas físicas).
<b>Produtos/ Serviços</b>	Viaturas mantidas e abastecidas, equipamentos mantidos, calibrados e aferidos.
<b>Resultados</b>	Frota e equipamentos em condições de serem empregados no patrulhamento e fiscalização.
<b>OG</b>	0825, 0830, 0833.
<p>Foi mantido o contrato de manutenção para toda a frota da UJ. O abastecimento continua sendo feito por meio do contrato nacional com a TICKET SERVIÇOS S.A, ficando um servidor da UJ responsável pelo controle, acompanhamento e fiscalização deste contrato de abastecimento. Os equipamentos que necessitam de manutenção, calibração e aferição, em especial radares e etilômetros, foram alvos de contratos específicos de acordo com a demanda apresentada. Esteve vigente durante todo o ano contrato de limpeza e conservação das instalações físicas, bem como de vigilância e segurança armada. O contrato de manutenção dos equipamentos de rádio comunicação da UJ também foi mantido. Durante o exercício foram distribuídas viaturas novas para todas as Delegacias e recolhidas as mais antigas e antieconômicas para futuro leilão público, cujo leiloeiro oficial foi contratado ainda no exercício de 2013.</p>	
<b>Macroprocesso 3</b>	<b>INFRAESTRUTURA FÍSICA E SERVIÇOS DE TI</b>
<b>Cliente</b>	Servidores do órgão e usuários que buscam os serviços da PRF.
<b>Necessidades Do cliente</b>	Instalações físicas adequadas para a realização das atividades diárias e para o atendimento ao público, serviço de transmissão de dados e voz disponível e com qualidade, cobertura de sinal de rádio, funcionamento e acesso aos sistemas informatizados corporativos.
<b>Produtos/ Serviços</b>	Consultas a sistemas, transmissão e recepção de informação, contatos de voz, recebimento de chamadas de emergência por telefonia gratuita para o usuário.
<b>Resultados</b>	Ambiente adequado para o cumprimento da missão, dotado de capacidade de prover comunicação por dados e voz com o público interno e externo.
<b>OG</b>	0825, 0830, 0833.
<p>Foram encerradas as manutenções prediais de 05 (cinco) Bases Operacionais contratadas ainda em 2012. Foram contratadas em 2013 as manutenções prediais da sede da 1ª SRPRF/GO e do Posto PRF João Batista de Lima, localizado no município de Abadia de Goiás. Outras 3 (três) Bases Operacionais, Goiânia, Jataí e Catalão, passaram por reformas e adequações contratadas ainda em 2012 cujo encerramento da obra de Goiânia ocorreria no findar do exercício de 2013 e as demais foram prorrogadas para o fim de janeiro de 2014. Foi contratada ainda a reforma e adequação da sede da 7ª Delegacia PRF de Porangatu, cuja estrutura foi totalmente comprometida. A referida obra foi executada devendo ser concluída em março de 2014, mediante aditivo de prorrogação de prazo. Os serviços de tecnologia da informação deverão ser bastante melhorados em função de uma licitação em âmbito nacional deflagrada pelo nosso órgão central em Brasília, licitação esta ocorrida em dezembro de 2013. Os demais contratos de telefonia fixa local, longa distância, móvel celular e a manutenção dos serviços de transferência de dados via Palm Top foram mantidos em plena execução durante o exercício.</p>	
<b>Macroprocesso 4</b>	<b>CORREIÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA.</b>

<b>QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO</b>	
<b>Cliente</b>	Esse macroprocesso está no limiar ente o finalístico e o meio, pois o maior beneficiado por ele é o cidadão - usuário. Entretanto, neste caso, o classificamos como meio e delimitamos a clientela como servidores do órgão, pois a todos interessam trabalharem em uma Instituição sadia, livre de vícios que desabone sua imagem.
<b>Necessidades Do cliente</b>	Cumprir e fazer cumprir as normas e regulamentos, trabalhar em um ambiente onde a sua conduta seja buscada e apoiada, orgulhar de pertencer a uma Instituição sólida e respeitada pela sociedade, onde grassa o respeito mútuo e a disciplina consciente.
<b>Produtos/ Serviços</b>	Fomentar ambiente de trabalho que privilegie a boa conduta, a disciplina, respeito mútuo e zelo pela coisa pública.
<b>Resultados</b>	Orgulho de pertencer a uma Instituição admirada e respeitada pelo cidadão.
<b>OG</b>	0825, 0830, 0833.

Este é um dos macroprocessos também conduzido pela UJ de forma bastante eficiente, pois já é tradição a eficiência da área responsável, bem como o rigor adequados em qualquer apuração face de eventual desvio de conduta por parte dos servidores da UJ, naturalmente, sem descuidar dos direitos e garantias constitucionais, fato que afasta qualquer eventual sentimento de impunidade. Mas também foi dada extrema importância para o trabalho preventivo com realização de reuniões, debates, orientações prévias, AGS – Acompanhamento Gerencial de Serviço, dentre outras.

Fonte: DPRF/MJ

## **1.6. PRINCIPAIS PARCEIROS**

No exercício de 2013, a UJ contou com a colaboração de vários parceiros na execução dos seus objetivos estratégicos, atuando nas mais diversas áreas, quais sejam:

**TABELA IV – PRINCIPAIS PARCEIROS**

<b>ÓRGÃO PARCEIRO</b>	<b>ÁREA DE ATUAÇÃO</b>
ASSOCIAÇÃO DOS CAMINHONEIROS DO ESTADO DE GOIÁS	COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS
SENAT – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE	COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS
PREFEITURAS MUNICIPAIS	COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS
HDT – HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS	COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS
SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE	COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS
SAMU – SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA	CAMPANHAS EDUCATIVAS
CBM – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	CAMPANHAS EDUCATIVAS
CMTC – COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO – ANÁPOLIS/GO	CAMPANHAS EDUCATIVAS
SINDICATO DAS EMPRESAS DE ÔNIBUS DE GOIÁS	CAMPANHAS EDUCATIVAS/COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS
DETRAN – GO	CAMPANHAS EDUCATIVAS
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS	OPERAÇÕES POLICIAIS/CAMPANHAS EDUCATIVAS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS	OPERAÇÕES POLICIAIS
CELG – CENTRAIS ELÉTRICAS DE GOIÁS	CAMPANHAS EDUCATIVAS

RECEITA FEDERAL DO BRASIL	OPERAÇÕES POLICIAIS EM APOIO AO CONTRABANDO E DESCAMINHO
MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM GOIÁS	OPERAÇÕES POLICIAIS
MPE – MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL EM GOIÁS	OPERAÇÕES POLICIAIS
MPE – MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL EM GOIÁS	PARCERIA QUE REDUNDOU NO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 009/2012. ELABORAÇÃO DO TCO – TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA POR PARTE DA PRF

Fonte: NUCOM - Núcleo de Comunicação Social

## **2. PARTE A – ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013**

### **2.1. PLANEJAMENTO DA UNIDADE**

A abrangência do Plano de Ações da UJ compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada exercício financeiro em curso. O plano estratégico da UJ está estritamente vinculado com suas competências institucionais, legais ou normativas, principalmente aquelas previstas pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, pelo Decreto nº 1.655/95 e pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375/2008, de 02 de agosto de 2007.

O plano estratégico da unidade está vinculado ao Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, onde a UJ executa seu orçamento através dos seguintes Programas de Governo: 2070 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA, 2075 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO, 2112 – PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2125 – PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO e 2126 – PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. Dentro dos mencionados programas estão inseridas várias ações de responsabilidade da UJ, as quais serão detalhadas em tópico específico do Relatório.

As rodovias e estradas federais representam um fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade da Polícia Rodoviária Federal presente em todo o país em contato direto e, principalmente identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para redução do número de vítimas de acidentes de

trânsito, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda a necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização perante a população.

Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo do número de veículos em circulação, ao acréscimo do número de condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento das mercadorias em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade no país.

Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligações nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal.

Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte - CNT, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal.

Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias e estradas federais para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de um local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais, ela ocorre no seio de nossa sociedade.

O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois combaterá a consequência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já interferirá na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia.

Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa.

Outro fator que se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de práticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, frequentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas.

Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária

repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 (três mil e quinhentos) municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui auto sustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

Ao longo de 2013, a 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente. A 1ª SRPRF/GO, por meio do policiamento ostensivo de ronda nos 2.851,5 Km de rodovias e estradas federais goianas, desenvolveu ações de fiscalização em pontos críticos e assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito.

Entre os fatores conjunturais que contribuíram para o aumento dos acidentes de trânsito nas rodovias destacam-se: aumento no tráfego de veículos nos feriados prolongados, a explosão de vendas de veículos automotores, alavancada pelas baixas taxas de juros e pela dilatação dos prazos de financiamento, abarrotando as rodovias federais, aumentando a probabilidade de acidentes.

A 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, plenamente integrada ao RENAINF em 2007, banco de dados que integra todos os Detrans do país, pôs fim à impressão de impunidade que existia nas rodovias brasileiras. Os motoristas infratores flagrados pela PRF recebem suas multas em qualquer lugar do país.

Por mais um ano, a 1ª Superintendência de Polícia rodoviária Federal combateu sistematicamente a exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias. O *Guia para Localização de Pontos Vulneráveis à Exploração Infanto-Juvenil*, confeccionado anualmente pela Coordenação Geral de Operações do DPRF/MJ, também mereceu destaque. O trabalho de pesquisa teve a parceria da Organização Internacional do Trabalho (OIT), além do Escritório contra Drogas e Crime da ONU. Através do mapeamento de toda a malha viária

federal em Goiás, identificou-se todos os pontos críticos para que haja o combate efetivo à exploração sexual de menores.

Trabalhadores em regime de servidão viram, mais uma vez, a 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal como aliada no emprego de ações de repressão ao trabalho escravo, em apoio ao Ministério do Trabalho e ao Ministério Público Federal.

Inserida no PRONASCI (Programa Nacional de Segurança com Cidadania), do Ministério da Justiça, a Polícia Rodoviária Federal apresentou uma nova proposta de fiscalização das rodovias. Pelo novo formato, o policial rodoviário federal utilizará bases itinerantes de policiamento, distribuídas pela malha viária do Brasil. O modelo prevê ainda mais viaturas e utilização de equipamentos eletrônicos, cabendo ao tradicional posto de fiscalização apenas apoio às necessidades mais específicas de policiamento.

As viaturas são o principal instrumento de trabalho do policial rodoviário federal, e devido ao grande uso, os veículos são depreciados em menos de quatro anos, sendo necessário um plano contínuo de aquisição de novas viaturas, sob pena de diminuição da capacidade operacional e aumento exponencial dos gastos com manutenção de veículos.

As instalações físicas e edificações que compõem o acervo patrimonial da 1ª SRPRF/GO são originárias do extinto DNER, hoje DNIT, cujas datas de construção obedeciam a padrões arquitetônicos das décadas de 60 e 70, estando por demais ultrapassados os conceitos de ergonomia e estruturação física. Neste sentido, a 1ª SRPRF/GO, através de um plano de obras e reformas e diretrizes estabelecidas pelo próprio DPRF/MJ, promoveu algumas reformas e manutenções prediais em 8 (oito) Bases Operacionais da 1ª SRPRF/GO.

A Tecnologia da Informação é primordial nas atividades rotineiras de policiamento e fiscalização, pois através do uso da rede de dados é possível identificar indivíduos com mandatos de prisão em aberto, averiguar dados de veículos suspeitos, além de cadastrar acidentes e multas em tempo real. Para realização dessas atividades, a 1ª SRPRF/GO mantém uma extensa rede de dados interligando todos os postos, delegacias, Superintendências e sede do Departamento.

O Exercício de 2013 também ficou marcado pela continuidade do projeto Sistemas de Tecnologia Integradas, com a utilização dos computadores de mão (EDA's), com acesso à Internet e aos bancos de dados de trânsito e segurança pública (Renainf, Infoseg), o que possibilitou ao policial consultar em campo, indivíduos e veículos, agilizando a fiscalização, bem como a realização de notificações em meio eletrônico, reduzindo a incidência de erros no preenchimento dos autos de infração.

## **2.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS**

As informações sobre programação orçamentária e financeira e resultados alcançados deverão ser apresentadas em conformidade com as orientações consignadas nos seguintes subtópicos e demais parâmetros fixados neste subitem:

- a) PROGRAMA TEMÁTICO;

- b) OBJETIVO;
- c) AÇÃO.

Em cada subtópico há especificação de quadro no qual as informações devem ser registradas, sendo também emitida a análise situacional sobre resultados observados e fatores intervenientes que concorreram para esses resultados.

### **2.2.1. PROGRAMA TEMÁTICO**

O Quadro A.2.2.1 – PROGRAMA TEMÁTICO, reproduz em parte a estrutura de informação constante do Anexo I da Lei do PPA 2012 - 2015 e acrescenta informações referentes às leis orçamentárias e ao acompanhamento da execução, inclusive de restos a pagar, de forma a possibilitar uma visão geral dos valores planejados e efetivamente direcionados a cada programa.

Todavia, a informação não se aplica à UJ, mas sim à nossa UO 200109, órgão central em Brasília/DF, motivo do não preenchimento do Quadro A.2.2.1.

#### **2.2.1.1. ANÁLISE SITUACIONAL**

Não se aplica à UJ.

### **2.2.2. OBJETIVO**

O Quadro A.2.2.2 – OBJETIVO reproduz em parte a estrutura de informação constante do Anexo I da Lei do PPA 2012-2015 e visa possibilitar o cotejo dos resultados anualmente alcançados com as metas previstas por objetivo ao final do PPA.

Todavia, a informação não se aplica à UJ, mas sim à nossa UO 200109, órgão central em Brasília/DF, motivo do não preenchimento do Quadro A.2.2.2.

#### **2.2.2.1. ANÁLISE SITUACIONAL**

Não se aplica à UJ.

### **2.2.3. AÇÕES**

As informações referentes a Ações serão prestadas observando a esfera orçamentária: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS (Quadros 2.2.3.1 a 2.2.3.3) e Orçamento de Investimentos (Quadro 2.2.3.4), segundo as especificações descritas a seguir. Após a apresentação dos quadros, deverá ser consignada a análise dos dados apresentados, objeto do subitem 2.2.3.5.

#### **2.2.3.1. AÇÕES - OFSS**

O Quadro 2.2.3.1. dispõe sobre as dimensões física e financeira da execução da ação, considerando, inclusive, os valores executados a título de restos a pagar no decorrer do exercício, em razão da significância que tal dado tem atingido para demonstração dos resultados gerados pela gestão.

**QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	200G		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal					
<b>Iniciativa</b>	Construção, ampliação e reformas de postos, delegacias e sedes administrativas que dão suporte direto ao desenvolvimento das atividades da Instituição, dotando-as de instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a adequada integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país. <b>Código:</b> 03E1					
<b>Objetivo</b>	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material. <b>Código:</b> 0830					
<b>Programa</b>	<b>Código:</b> 2070		<b>Tipo:</b> Segurança Pública com Cidadania			
<b>Unidade Orçamentária</b>	30107 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
<b>Ação Prioritária</b>	(X) Sim ( ) Não		Caso positivo: (X)PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	-	326.131,32	205.514,27	205.514,27	-	120.617,05
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Obras e Instalações		Unidade	-	-	-	
Obras e Instalações		Unidade	-	-	-	
Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica		Unidade	237.298,95	-	205.514,27	
Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica		Unidade	88.832,37	-	-	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
251.674,47	251.674,47	-	-	-	-	

Fonte: NUOFI - Núcleo de Orçamento e Finanças

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	20IC <b>Tipo:</b> Atividade

<b>Título</b>	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON					
<b>Iniciativa</b>	Aquisição de equipamentos voltados ao emprego operacional e administrativo das instituições de Segurança Pública nas fronteiras brasileiras (aquisição de scanners veiculares, sistema de monitoramento e controle, sistemas de inteligência e interceptação de sinais; veículos, embarcações e aeronaves voltados ao emprego operacional; equipamentos de proteção individual; equipamentos de radiocomunicações e videoconferência; mobiliário e materiais diversos para atividades a serem realizadas nas fronteiras; reforma e construção de bases policiais e Delegacias de Polícia existentes em área de fronteira; construção de próprios nacionais residenciais); Capacitação de operadores de segurança pública para as áreas de fronteiras; Pagamento de Diárias e Passagens para realização de operações nas áreas de fronteiras, realização de capacitação de operadores de segurança, cursos, seminários, eventos, grupos de trabalho e de encontros técnicos. <b>Código:</b> 03DO					
<b>Objetivo</b>	Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório. <b>Código:</b> 0825					
<b>Programa</b>	<b>Código:</b> 2070		<b>Tipo:</b> Segurança Pública com Cidadania			
<b>Unidade Orçamentária</b>	30107 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
-	-	134.085,43	128.466,90	128.466,90	-	5.618,53
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da Meta</b>		<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>			
			<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>	
Diárias – Pessoal Civil		Servidor	83.807,75	-	83.807,75	
Diárias – Pessoal Civil		Servidor	17.265,16	-	17.265,16	
Passagens e Despesas com Locomoção		Servidor	28.422,52	-	27.393,99	
Equipamentos e Material Permanente		Unidade	4.590,00	-	-	
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 1/1/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: NUOFI - Núcleo de Orçamento e Finanças

<b>Identificação da Ação</b>	
<b>Código</b>	2723 <b>Tipo:</b> Atividade
<b>Título</b>	Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

<b>Iniciativa</b>	<p>Composição e manutenção de equipes de saúde, unidades de suporte básico e avançado de vida, destinadas ao atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignatários e a outros órgãos, apoio de saúde a unidades e operações da PRF, estudos e investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas, realização de comandos de saúde nas rodovias federais e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade supracitada; aquisição de materiais e equipamentos relacionados à finalidade da ação; execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realização de operações e comandos específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); intensificação do policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenção e atendimento de ocorrências de acidentes de trânsito; combate às infrações e crimes de trânsito; execução de escoltas, bem como credenciamento de empresas especializadas para tal fim; controle do trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); manutenção e abastecimento de viaturas e aeronaves; execução e manutenção de atividades de Cinotecnia (operações com cães; planejamento e execução de atividades de contagem volumétrica de trânsito, controle de trânsito de veículos pesados, controle de velocidade, monitoramento de veículos e da frota de viaturas, implantação de novas tecnologias para fiscalização de veículos e de condutores e manutenção e aferição de equipamentos relacionados à ação; realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias; pagamento de diárias e passagens, aquisição de material didático; aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais destinadas às atividades da Polícia Rodoviária Federal; coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros; locação de veículos e aquisição de equipamentos de inteligência; mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna; realização de operações policiais e especiais sistemáticas para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, entre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais, realizadas isoladamente ou integradas com outros Órgãos, como Polícia Federal, Polícias Judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, entre outros; prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.</p> <p><b>Código:</b> 03EH</p>					
<b>Objetivo</b>	<p>Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.</p> <p><b>Código:</b> 0833</p>					
<b>Programa</b>	<b>Código:</b> 2070		<b>Tipo:</b> Segurança Pública com Cidadania			
<b>Unidade Orçamentária</b>	30107 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não</b>

						Processados
-	-	3.243.236,88		2.540.597,57	-	802.507,04
Descrição da Meta			Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Diárias – Pessoal Civil			854.319,61	-	854.319,61	
Equipamentos e Material Permanente			523.696,48	-	-	
Material de Consumo			1.366.772,48	-	1.197.605,51	
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica			Unidade	33.965,90	-	33.965,90
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica			Unidade	428.265,03	-	418.489,17
Passagens e Despesas com Locomoção			Servidor	36.217,38	-	36.217,38
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
389.302,20	283.047,44	99.819,40	-	-	-	

Fonte: NUOFI - Núcleo de Orçamento e Finanças

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	7U23 <b>Tipo:</b> Projeto					
<b>Título</b>	Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para a Realização dos Grandes Eventos					
<b>Iniciativa</b>	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA A REALIZAÇÃO DOS GRANDES EVENTOS					
<b>Objetivo</b>	Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos. <b>Código:</b> 0832					
<b>Programa</b>	<b>Código:</b> 2070 <b>Tipo:</b> Segurança Pública com Cidadania					
<b>Unidade Orçamentária</b>	30101 – Ministério da Justiça					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	-	564.955,52	564.955,52	564.955,52	-	-
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	

Diárias – Pessoal Civil		Servidor	564.955,52	-	564.955,52
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>		
<b>Valor em 1/1/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>
-	-	-	-	-	-

Fonte: NUOFI - Núcleo de Orçamento e Finanças

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	8698 <b>Tipo:</b> Atividade					
<b>Título</b>	Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação					
<b>Iniciativa</b>	<p>Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do Órgão, despesas com telefonia fixa e móvel. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliação e manutenção da rede de dados e de te telefonia do órgão, de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados, de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação, visando a manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação e comunicação do Polícia Rodoviária.</p> <p><b>Código:</b> 03E1</p>					
<b>Objetivo</b>	<p>Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.</p> <p><b>Código:</b> 0830</p>					
<b>Programa</b>	<b>Código:</b> 2070 <b>Tipo:</b> Segurança Pública com Cidadania					
<b>Unidade Orçamentária</b>	30107 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	-	1.029.951,00	804.283,93	804.283,93	-	225.667,07
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado

Despesas de Exercícios Anteriores	Serviço	14.080,25	-	14.080,25	
Equipamentos e Material Permanente	Unidade	146.209,40	-	11.144,40	
Material de Consumo	Unidade	33.875,55	-	33.875,55	
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Serviço	-	-	-	
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Serviço	835.785,80	-	745.183,73	
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>		
<b>Valor em 1/1/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>
119.189,51	90.324,35	17.114,46	-	-	-

Fonte: NUOFI - Núcleo de Orçamento e Finanças

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	86A1 <b>Tipo:</b> Atividade					
<b>Título</b>	Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal					
<b>Iniciativa</b>	Fornecimento de apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão de obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações JARI, pagamento de JETON às JARIs e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos. Com o objetivo de prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte. <b>Código:</b> 03EH					
<b>Objetivo</b>	Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática. <b>Código:</b> 0833					
<b>Programa</b>	<b>Código:</b> 2070 <b>Tipo:</b> Segurança Pública com Cidadania					
<b>Unidade Orçamentária</b>	30107 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	-	41.929,13	41.929,13	41.929,13	-	-
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado

Diárias – Pessoal Civil		Servidor	41.929,13	-	41.929,13
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>		
<b>Valor em 1/1/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>
-	-	-	-	-	-

Fonte: NUOFI - Núcleo de Orçamento e Finanças

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	20UB		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário					
<b>Iniciativa</b>	Realização da verificação da observância das normas técnicas constantes da legislação em vigor, da execução permanente da fiscalização da prestação do serviço delegado, de serviços regulares e serviços especiais de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, além de coibir o transporte irregular, aplicando autuações e zelando pela boa qualidade dos serviços prestados, e do transporte rodoviário de carga, aplicando autuações por descumprimento à legislação quanto ao excesso de peso, nas rodovias federais concedidas, vale pedágio obrigatório, transporte rodoviário internacional de cargas e ao registro nacional do transportador rodoviário de cargas. Essas medidas tem o objetivo de garantir a qualidade e a segurança nos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e de cargas. <b>Código:</b> 00WD					
<b>Objetivo</b>	Propiciar maior segurança ao usuário e a conservação da infraestrutura rodoviária, por meio da fiscalização e da utilização de sistemas e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem contínua. <b>Código:</b> 0280					
<b>Programa</b>	<b>Código:</b> 2075		<b>Tipo:</b> Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário			
<b>Unidade Orçamentária</b>	39250 – Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
-	-	164.574,42	-	-	-	164.574,42
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da Meta</b>		<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>			
			<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>	
Material de Consumo		Unidade	138.691,19	-	-	
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		Serviço	25.883,23	-	-	
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 1/1/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	

-	-	-	-	-	-
---	---	---	---	---	---

Fonte: NUOFI - Núcleo de Orçamento e Finanças

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2907		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária					
<b>Iniciativa</b>	Verificação dos encargos previstos em contratos e convênios; controle por resultados, com ênfase na observância das especificações, dos parâmetros e dos padrões de qualidade estabelecidos e das normas técnicas aplicáveis; homologação dos reajustes e tarifas de pedágio e revisão destas; expansão da capacidade da rodovia; modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações vinculadas às rodovias. Envolve, também, o exame dos encargos previstos em convênios de delegação que se referem à execução de obras e serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação e melhoramento da rodovia, dos seus respectivos acessos e áreas de serviços. A fiscalização visa assegurar rodovias em boas condições de trafegabilidade aos usuários, mediante o controle do cumprimento das disposições contratuais e das metas estabelecidas nos contratos celebrados com as empresas concessionárias e nos convênios de delegação com os Estados da Federação. <b>Código:</b> 009T					
<b>Objetivo</b>	Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha. <b>Código:</b> 0130					
<b>Programa</b>	<b>Código:</b> 2075		<b>Tipo:</b> Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário			
<b>Unidade Orçamentária</b>	39250 – Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	-	266.118,48	-	-	-	266.118,48
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Material de Consumo		Unidade	266.118,48	-	-	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: NUOFI - Núcleo de Orçamento e Finanças

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	2000 <b>Tipo:</b> Atividade

<b>Título</b>	Administração da Unidade					
<b>Iniciativa</b>	Com a finalidade de constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas, a ação compreende: serviços administrativos ou de apoio; manutenção e uso de frota veicular; manutenção e conservação de bens imóveis próprios da União, cedidos ou alugados; despesas com tecnologia de informação e comunicações, sob a ótica "meio", que incluem o desenvolvimento de sistemas de informações, aquisição de equipamentos e contratação de serviços técnicos e administrativos de apoio, desde que voltados à administração geral de cada Órgão; capacitação de servidores em temas e ferramentas de uso geral; despesas com viagens e locomoção, incluindo aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins; realização de estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas; demais atividades-meio necessárias à gestão e à administração da unidade.					
<b>Objetivo</b>	Não possui.					
<b>Programa</b>	<b>Código:</b> 2112		<b>Tipo:</b> Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça			
<b>Unidade Orçamentária</b>	30107 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
-	-	2.996.534,11	2.535.819,47	2.535.819,47	-	460.714,64
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da Meta</b>		<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>			
			<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>	
Despesas de Exercícios Anteriores		Serviço	10.430,66	-	10.430,66	
Diárias – Pessoal Civil		Servidor	299.296,25	-	299.296,25	
Equipamentos e Material Permanente		Unidade	144.041,33	-	27.683,89	
Indenizações e Restituições		Servidor	73.810,55	-	73.810,55	
Locação de Mão de Obra		Funcionário	1.439.469,44	-	1.319.282,20	
Material de Consumo		Unidade	242.932,39	-	153.373,95	
Obrigações Tributárias e Contributivas		Serviço	350,12	-	320,29	
Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar		Servidor	31.561,17	-	31.561,17	
Outros Servidores de Terceiros – Pessoa Jurídica		Serviço	51.673,66	-	34.162,51	
Outros Servidores de Terceiros – Pessoa Jurídica		Serviço	609.911,12	-	492.840,58	
Passagens e Despesas com Locomoção		Servidor	93.057,42	-	93.057,42	
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>				<b>Execução Física - Metas</b>		

Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
651.885,08	551.134,42	23.047,51	-	-	-

Fonte: NUOFI - Núcleo de Orçamento e Finanças

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2004		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
<b>Iniciativa</b>	Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.					
<b>Objetivo</b>	Não possui.					
<b>Programa</b>	Código: 2112		<b>Tipo:</b> Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça			
<b>Unidade Orçamentária</b>	30107 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	-	1.484,00	1.484,00	1.484,00	-	-
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Indenizações e Restituições		Servidor	1.484,00	-	1.484,00	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: NUOFI - Núcleo de Orçamento e Finanças

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	14VN		<b>Tipo:</b> Projeto			
<b>Título</b>	Apoio à Realização de Grandes Eventos					
<b>Iniciativa</b>	Apoio à modernização das forças de segurança pública e de defesa do território e patrimônio nacionais, e da infraestrutura de espaços públicos, por meio de aquisição de equipamentos, uso de tecnologia, realização de cursos para os profissionais que atuarão nos grandes eventos, implantação de centros de operações e melhoria de espaços públicos.					

	Além disso, coordenação e supervisão, estimulando a integração entre os órgãos federais, estaduais e municipais.					
<b>Objetivo</b>	Não possui.					
<b>Programa</b>	<b>Código:</b> 2125		<b>Tipo:</b> Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão			
<b>Unidade Orçamentária</b>	47101 – Ministério do Orçamento e Gestão					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
-	-	539.438,97	539.438,97	539.438,97	-	-
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da Meta</b>		<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>			
			<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>	
Diárias – Pessoal Civil		Servidor	467.752,93	-	467.752,93	
Passagens e Despesas com Locomoção		Servidor	51.620,04	-	51.620,04	
Material de Consumo		Unidade	20.066,00	-	20.066,00	
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 1/1/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: NUOFI - Núcleo de Orçamento e Finanças

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	8785		<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC				
<b>Iniciativa</b>	Esses gastos compreendem as seguintes despesas em apoio à implementação do PAC: serviços administrativos; aquisição, manutenção e uso de frota veicular; aquisição de mobiliário, tecnologia da informação (contratação de serviços, aquisição de hardware e software); sistemas de informações gerenciais; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); capacitação de agentes envolvidos com a viabilização dos empreendimentos, serviços de consultoria técnica, pesquisa de satisfação e monitoramento e avaliação da implantação e funcionamento dos empreendimentos e demais atividades necessárias à gestão dos empreendimentos do PAC, no âmbito do próprio Órgão e/ou em parceria com outras entidades do Governo Federal. Constituir um centro de custos para contabilizar os gastos com a gestão do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do PAC.				
<b>Objetivo</b>	Não possui.				
<b>Programa</b>	<b>Código:</b> 2126		<b>Tipo:</b> Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes		

<b>Unidade Orçamentária</b>		39253 – Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL.				
<b>Ação Prioritária</b>		(X) Sim ( ) Não Caso positivo: (X)PAC			( ) Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
-	-	34.958,76	34.958,76	34.958,76	-	-
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da Meta</b>			<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>		
				<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>
Diárias – Pessoal Civil			Servidor	34.958,76	-	34.958,76
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 1/1/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: NUOFI - Núcleo de Orçamento e Finanças

### 2.2.3.2. AÇÕES/SUBTÍTULOS - OFSS

Conforme já consignado, as informações constantes do Quadro 2.2.3.2 – Ações/Subtítulos – OFSS somente serão elaboradas nos casos em que a UJ seja responsável apenas por um ou mais subtítulos da ação. Se a UJ foi responsável por executar integralmente a ação, deve utilizar o Quadro 2.2.3.1.

#### QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS

<b>Identificação da Ação</b>	
<b>Código</b>	200G <b>Tipo:</b> Atividade
<b>Descrição</b>	Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal.
<b>Iniciativa</b>	Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas. <b>Código:</b> 03E1
<b>Objetivo</b>	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material. <b>Código:</b> 0830
<b>Programa</b>	Segurança Pública com Cidadania. <b>Código:</b> 2070
<b>Unidade Orçamentária</b>	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Ação Prioritária							
( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria							
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5433 – Anápolis/GO	-	-	34.600,00	4.300,00	4.300,00	-	30.300,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
5433 – Anápolis/GO	Aquisição, por dispensa de licitação, de 01 (um) projeto de engenharia da Rede Elétrica Rural para extensão da rede existente junto a futura Base Operacional de Anápolis/GO		Und	1	-	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: NUOFI - Núcleo de Orçamento e Finanças

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2723 <b>Tipo:</b> Atividade						
<b>Descrição</b>	Policciamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais.						
<b>Iniciativa</b>	Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à criminalidade e à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das operações especiais e de inteligência e do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro. <b>Código:</b> 03EH						
<b>Objetivo</b>	Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática. <b>Código:</b> 0833						
<b>Programa</b>	Segurança Pública com Cidadania. <b>Código:</b> 2070						
<b>Unidade Orçamentária</b>	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

0052 – Goiás	-	-	99.867,73	-	-	-	99.867,73
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0052 – Goiás	Aquisição de Viatura Oficial marca Renault, modelo Fluence descaracterizado	Und	2	-	2		
0052 – Goiás	Aquisição de Fogões a Gás	Und	13	-	13		
0052 – Goiás	Aquisição de Micro-ondas	Und	13	-	13		
0052 – Goiás	Umificador e Purificador de Ambiente	Und	10	-	10		
0052 – Goiás	Aquisição de Purificador de Água	Und	13	-	13		
0052 – Goiás	Aquisição de Ar Condicionado	Und	1	-	1		
0052 – Goiás	Aquisição de TV 32”	Und	12	-	12		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: Núcleo de Orçamento e Finanças

### 2.2.3.3. AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA 2013 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - OFSS

O Quadro 2.2.3.3 – Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS será consignado no relatório de gestão nos casos em que a UJ tiver executado, em 2013 e a título de restos a pagar não processados, ações não mais previstas na LOA 2013.

#### QUADRO A.2.2.3.3 – AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2013 - RESTOS A PAGAR – OFSS

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	8623 <b>Tipo:</b> Atividade
<b>Título</b>	Reforma e Modernização de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal.
<b>Iniciativa</b>	Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas. <b>Código:</b> 03E1
<b>Objetivo</b>	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com

ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material. <b>Código:</b> 0830					
<b>Programa</b>		Segurança Pública com Cidadania <b>Código:</b> 2070			
<b>Unidade Orçamentária</b>					
<b>Ação Prioritária</b>		( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria			
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Meta</b>		
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizado</b>
1.424.894,87	302.695,88	-	Reforma e Adequação da Base Operacional Leônidas Sisterolli – 1ª Delegacia PRF de Goiânia.	Und	1
	578.641,78	-	Reforma e Adequação das Bases Operacionais de Jataí e Catalão – 5ª e 6ª Delegacias PRF, respectivamente.	Und	2

Fonte: NUOFI - Núcleo de Orçamento e Finanças

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	8698		<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação.				
<b>Programa</b>	Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal <b>Código:</b> 1386				
<b>Unidade Orçamentária</b>	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Meta</b>		
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizado</b>
49.000,00	49.000,00	0,00	Instalação de Enlace de Dados (rádio digital ponto-a-ponto)	percentual	100%

Fonte: NUOFI - Núcleo de Orçamento e Finanças

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	2723		<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais.				
<b>Programa</b>	Segurança Pública nas Rodovias Federais <b>Código:</b> 0663				
<b>Unidade Orçamentária</b>	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Meta</b>		

Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
71.449,28	48.452,88	0,00	Aquisição de fardamento, tipo gandola, manga longa, masculino e feminino.	Und	1528
	10.883,18	0,00	Aquisição de fardamento, tipo calças operacionais.	Und	382
	12.113,22	0,00	Aquisição de fardamento, tipo gandalas, manga longa, masculino e feminino. Aditivo de 25%.	Und	382

Fonte: NUOFI - Núcleo de Orçamento e Finanças

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	2346		<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.				
<b>Programa</b>	Qualidade dos Serviços de Transporte <b>Código:</b> 1463				
<b>Unidade Orçamentária</b>	39250 – Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
43.532,72	43.532,72	0,00	Aquisição de fardamento, tipo calças operacionais	Und	1528

Fonte: NUOFI - Núcleo de Orçamento e Finanças

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	2346		<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.				
<b>Programa</b>	Transporte Rodoviário <b>Código:</b> 2075				
<b>Unidade Orçamentária</b>	39250 – Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
37.375,98	75,74	1.271,42	Manutenção da Frota – material	Und	
	672,46		Manutenção da Frota – serviço	Und	
	30.856,36		Manutenção da Frota – serviço	Und	
	1.500,00		Manutenção da Frota – serviço	Und	
	3.000,00		Manutenção da Frota – material	Und	

Fonte: NUOFI - Núcleo de Orçamento e Finanças

**2.2.3.4. AÇÕES – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - OI**

As informações referentes à ação integrante do OI serão consignadas no relatório de gestão com base no quadro A.2.2.3.4, o qual dispõe sobre as dimensões física e financeira da execução.

Não houve ocorrências no exercício, motivo do não preenchimento do Quadro A.2.2.3.4.

**2.2.3.5. ANÁLISE SITUACIONAL**

A execução orçamentária e financeira da UJ segue a diretrizes impostas pelo nosso órgão central, qual seja, a UO 200109 – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. No âmbito regional, a UG 200121, apenas executa os créditos originários da Unidade Orçamentária.

Todavia, no exercício de 2013, conseguimos executar melhorias na infraestrutura da UJ, contemplando gastos na Ação 200G do Programa 2070. Os recursos dispendidos decorreram de demandas antigas e que, com a diretriz do DPRF/MJ, conseguimos contratar e executar 3 (três) reformas e adequações, 4 (quatro) manutenções prediais pontuais e 1 (uma) reforma e adequação em uma sede de Delegacia.

Pela natureza da atividade da UJ, o maior dispêndio ocorreu nas Ações 2723 e 2000, ambas do Programa 2070. Ao todo, mais de R\$ 6.300.000,00 (seis milhões e trezentos mil reais) foram empenhados para despesas com: aquisição de material permanente, diárias, materiais de consumo, passagens aéreas, aquisição de serviços diversos, locação de mão de obra terceirizada, etc.

A execução do plano de metas ou de ações da UJ visa basicamente o seguinte:

- a) DIMINUIÇÃO DO NÚMERO DE ACIDENTES E DE MORTOS; e
- b) REFORÇAR AS AÇÕES DE COMBATE À CRIMINALIDADE.

O principal fator interveniente que prejudicou o bom desenvolvimento das Ações de Governo foram os contingenciamentos de recursos e o baixo efetivo de policiais. Embora tenha ocorrido um Concurso Público para provimento de vagas ao cargo de Policial Rodoviário Federal, houve um grande número de aposentadorias de policiais que entraram para os quadros do órgão em 1994, 1996 e 1998 e que já possuíam tempo de contribuição fora do órgão.

Com relação ao contingenciamento de recursos, a gestão ocorreu no sentido de priorizar as ações ostensivas de policiamento nas rodovias e estradas federais, com o pagamento de diárias aos policiais para realizarem as operações policiais. Quanto à infraestrutura predial, foram priorizadas as demandas com reformas e manutenções nas Bases Operacionais que estavam com sérios problemas estruturais.

Apesar das demandas serem cada vez maiores e os recursos orçamentários serem escassos e/ou limitados, obrigou a UJ a gerir, de forma participativa e cautelosa, os recursos

existentes e disponibilizados pelo órgão central.

O principal fator para se alcançar a diminuição do número de mortos nas rodovias e estradas federais e reforçar as ações de combate à criminalidade, embora com pouco efetivo e os recursos limitados, foi a concentração dos esforços dos policiais em ações pontuais onde houve maior incidência de acidentes de trânsito e de ilícitos diversos.

Com relação aos Restos a Pagar, um valor significativo do orçamento executado pela UJ foi inscrito em restos a pagar devido principalmente à execução orçamentária acima da média na iminência do encerramento do exercício. Entretanto, cabe ressaltar, que a UJ executou as despesas conforme descentralização da Unidade Orçamentária.

A existência dos valores inscritos deve-se ao fato de que os fornecedores não apresentaram as notas fiscais fatura tempestivamente, como é o caso dos empenhos referentes a serviços de telecomunicações e também ao fato dos empenhos ocorridos às vésperas do encerramento do prazo limite para empenho, ocasionando a inscrição destes valores em Restos a Pagar, uma vez que os beneficiários destes empenhos não conseguiriam executar seus compromissos ainda dentro do exercício financeiro em curso.

Há eventos positivos e negativos nos processos de inscrição de despesas em restos a pagar. Como evento negativo se pode citar o volume de contratações e o consequente número de empresas que não cumprem as obrigações firmadas, cujas situações são apuradas em processos próprios e acabam gerando transtornos para a administração.

O fator positivo é a possibilidade de se licitar num determinado período do ano e, pela peculiaridade do material ou do serviço, conseguir recebê-los no exercício seguinte, não deixando de ser adquirido o bem ou o serviço.

### 2.3. INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO

Com relação aos resultados da gestão, notadamente aqueles que transcendem a execução orçamentária ou são auferidos por mecanismos não diretamente afetos ao PPA e ao orçamento, informamos que não houve ocorrências no exercício de 2013 de metas fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça. Com relação aos indicadores desenvolvidos pela UJ para acompanhar o desempenho da gestão, as respectivas fórmulas e os índices registrados foram os seguintes:

#### PROGRAMA 2070 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

#### TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES E DE MORTOS – 2013

<b>Taxa Variação de Acidentes</b>		
<b>Meta Anual Acidentes/ 1.000.000 veic</b>	<b>Realizado</b>	<b>Atingimento</b>
<b>5856</b>	<b>6081</b>	<b>96,30%</b>

<b>Fórmula do Cálculo</b>											
O indicador Taxa de Variação de Acidentes será aferido pelo número de acidentes registrados na Unidade Regional relativo à quantidade de veículos da frota nacional.											
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>											
O aumento do número de acidentes durante o ano de 2013 ocorreu, principalmente pela redução significativa do efetivo devido a convocações para a Copa das Confederações e jornada Mundial da Juventude, que refletiu não só durante a realização dos eventos, mas durante todo o segundo semestre com acúmulos de horas trabalhadas e remarcação de férias para participação nos eventos. Mesmo com a redução do efetivo conseguimos conter o avanço dos índices de gravidade dos acidentes devido a vários fatores tais como: estado de conservação das rodovias; intervenções pontuais no traçado da via, em pontos com alto índice de acidentes; intensificação da fiscalização com os etilômetros e o uso de radares fotográficos de última geração a partir de novembro/13; intensificação da fiscalização nos períodos de feriados e férias e escolares; com ênfase na região metropolitana da capital goiana. O resultado poderia ter sido melhor senão fosse pelo baixo efetivo de policiais rodoviários federais das Delegacias Regionais, com algumas aposentadorias e afastamentos por licenças médicas, bem como a vacância de policias que assumiram outros cargos públicos em função de aprovação em concurso público, além das convocações como citado anteriormente.											
<table border="1" style="margin: auto;"> <thead> <tr> <th colspan="3"><b>Taxa Variação de Mortos</b></th> </tr> <tr> <th><b>Meta Anual Mortos / 1.000.000 veic</b></th> <th><b>Realizado</b></th> <th><b>Atingimento</b></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;"><b>400</b></td> <td style="text-align: center;"><b>328</b></td> <td style="text-align: center;"><b>121,90%</b></td> </tr> </tbody> </table>			<b>Taxa Variação de Mortos</b>			<b>Meta Anual Mortos / 1.000.000 veic</b>	<b>Realizado</b>	<b>Atingimento</b>	<b>400</b>	<b>328</b>	<b>121,90%</b>
<b>Taxa Variação de Mortos</b>											
<b>Meta Anual Mortos / 1.000.000 veic</b>	<b>Realizado</b>	<b>Atingimento</b>									
<b>400</b>	<b>328</b>	<b>121,90%</b>									
<b>Fórmula do Cálculo</b>											
O indicador Taxa de Mortalidade será aferido pelo número de mortes registradas na Unidade Regional relativo à quantidade de veículos da frota nacional.											
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>											
Houve uma diminuição na taxa de mortalidade. A utilização dos radares influenciou muito na diminuição desta taxa, por promover a limitação da velocidade e por consequência a diminuição da gravidade do acidente. Além do uso dos radares, a fiscalização direcionada e focada em situações e locais de maior risco foram fundamentais para essa redução. Houve também a intensificação do uso dos equipamentos tipo etilômetro no combate aos crimes decorrentes de embriaguez ao volante.											

Fonte: SPF - Seção de Policiamento e Fiscalização

Com relação à infraestrutura da UJ, foi estabelecido o CAIF – COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS de todas as Bases Operacionais. Este índice, leva em consideração 3 (três) fatores, quais sejam:

- a) POSTOS ADEQUADOS FISICAMENTE;
- b) POSTOS ADEQUADOS QUANTO À TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO; e
- c) POSTOS COM VIATURAS ADEQUADAS.

Este índice melhorou bastante se comparado com o apurado em 2012, ou seja, consideramos que nossas instalações físicas, de TI e de viaturas possuem 76,39 pontos num total de 100 pontos a serem obtidos.

O CAIF de 2013 ficou da seguinte forma:

<b>CAIF – COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS</b>													
		Postos Adequados Fisicamente					Postos Adequados Quanto a TI				Postos com Viaturas Adequadas		
		Espaço Físico	Aspecto Externo	Instalações	Infra Estrutura	SOMA PONTOS/4	Equip Informática	Rede DPRF/Internet	Sistema de Rádio	SOMA PONTOS/3	Qtde Suficiente?	Idade Adequada?	SOMA PONTOS/2
1ª Del – GO	PST 01 LEÓNIDAS SISTEROLI	10	8	8	8	8,50	8	7	8	7,67	8	8	8,00
1ª Del – GO	PST 02 – GUAPÓ	10	8	8	8	8,50	8	7	8	7,67	8	8	8,00
1ª Del – GO	PST 03 – CLEYTON SANTOS	10	8	8	8	8,50	8	7	8	7,67	8	8	8,00
2ª Del – GO	PST 01 ANÁPOLIS	6	5	5	6	5,50	8	7	8	7,67	8	8	8,00
2ª Del – GO	PST 02 – JARAGUÁ	10	10	8	8	9,00	8	7	8	7,67	8	8	8,00
3ª Del – GO	PST 01 MORRINHOS	10	10	8	8	9,00	8	7	8	7,67	8	8	8,00
3ª Del – GO	PST 02 ITUMBIARA	10	10	8	8	9,00	8	7	8	7,67	8	8	8,00
4ª Del – GO	PST 01 – RIO VERDE	10	10	8	8	9,00	8	7	8	7,67	8	8	8,00
5ª Del – GO	PST 01 – JATAÍ	8	8	8	8	8,00	8	7	8	7,67	8	8	8,00
5ª Del – GO	PST 02 – SÃO SIMÃO	6	5	5	5	5,25	8	7	8	7,67	8	8	8,00
6ª Del – GO	PST 01 – CATALÃO	8	8	8	8	8,00	8	7	8	7,67	8	8	8,00
7ª Del – GO	PST 01 PORANGATU	6	5	5	5	5,25	8	7	8	7,67	8	8	8,00
7ª Del – GO	PST 02 – URUAÇU	6	5	5	5	5,25	8	7	8	7,67	8	8	8,00
						7,25				7,67			8

**CAIF 76,39**

Fonte: INFRAESTRUTURA PREDIAL – 1ª SRPRF/GO

### **PROGRAMA 2075 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO**

Não há indicador de desempenho.

### **PROGRAMA 2112 – PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

Não há indicador de desempenho.

### **PROGRAMA 2125 – PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

Não há indicador de desempenho.

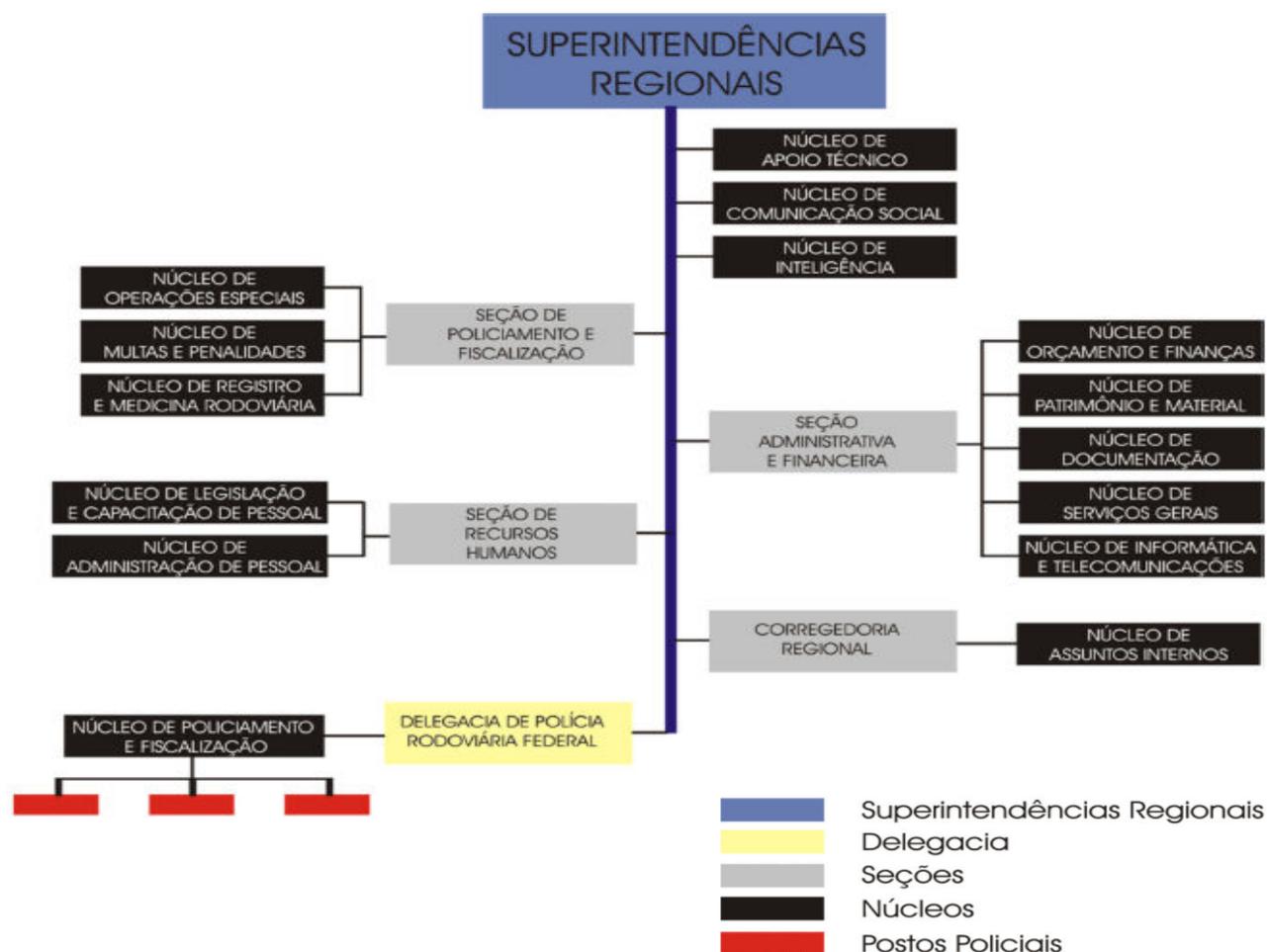
### **PROGRAMA 2126 – PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**

Não há indicador de desempenho.

## **3. PARTE A – ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013**

### **3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA**

A Estrutura de Governança da UJ é baseada no seguinte esquema organizacional:

**GRÁFICO II – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA**

No âmbito da estrutura de governança da UJ, contamos com o apoio da CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU/GO, como órgão de controle interno e do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU, como órgão de controle externo.

### 3.2. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Não se aplica à UJ motivo do não preenchimento do Quadro A.3.2. A UJ não possui em sua estrutura uma área encarregada especificamente do acompanhamento do sistema de controle interno, esta estruturação se encontra presente no âmbito do órgão central, DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MJ, em Brasília/DF.

### 3.3. REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES

Não se aplica à UJ.

#### 3.3.1. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Não se aplica à UJ.

### **3.3.2. DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO MENSAL DE MEMBROS DE CONSELHOS**

Não se aplica à UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.3.3.2.

### **3.3.3. DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DE DIRETORIA E DE CONSELHOS**

Não se aplica à UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.3.3.3.

### **3.3.4. DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES**

Não se aplica à UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.3.3.4.

## **3.4. SISTEMA DE CORREIÇÃO**

Em relação à estrutura e Sistema de Correição da Unidade Jurisdicionada, todos os trabalhos são pautados com base nas atribuições constantes do Art. 92 da Portaria nº 1.375-MJ, de 2 de agosto de 2007, que instituiu o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, além da Instrução Normativa nº 001/CG, de 27 de janeiro de 2010. A Corregedoria Regional tem como finalidade principal zelar pela boa conduta ética e moral de todos servidores, no uso de suas atribuições, em efetivo serviço, para que a lisura do serviço público seja perene e indeclinável.

Assim, deve realizar ações preventivas e repressivas, coibir quaisquer ilícitos que possam ser praticados por servidores lotados na Regional. Também deve reagir aos desvios de condutas detectados pela administração ou particulares, por meio de procedimentos administrativos disciplinares, apurando a prática de possíveis ilícitos, o que pode culminar na aplicação de penalidades ao servidor infrator, buscando manter um estado de legalidade dos servidores para com a Administração. A Corregedoria Regional, empenhada em desempenhar suas atribuições regimentais e cumprir de forma eficaz e eficiente sua missão institucional, buscou estabelecer as seguintes metas e seus resultados no decorrer do exercício de 2013.

**TABELA V – OBJETOS E RESULTADOS DA CORREGEDORIA REGIONAL**

<b>OBJETIVOS</b>	<b>RESULTADO</b>
1) Manter atualizado o mapa cartorial.	êxito
2) Reduzir o número de ocorrências geradoras de ações de correição (quantificadas pelo número de entrada de procedimentos autuados de natureza correicional envolvendo servidores do dprf) em no mínimo 10% até o final de 2013.	sem êxito
3) Melhorar os índices de nível de qualidade técnica das corregedorias – parte 1	êxito
4) Melhorar o nível de suporte logístico e de recursos humanos.	êxito

5) Reduzir o número de procedimentos disciplinares pendentes nas corregedorias em, no mínimo, 20% até o final de 2013.	sem êxito
6) Melhorar os índices de nível de qualidade técnica das corregedorias – parte 2	êxito
7) Organizar treinamentos de servidores para atuação na área correicional de forma a que o banco de talentos corresponda a, pelo menos, 10% do efetivo total da regional.	êxito
8) Promover o aproveitamento, ao longo do exercício, de, no mínimo, 50% do efetivo capacitado desde os dois exercícios anteriores.	sem êxito
9) Manutenção da qualidade da gestão burocrática	êxito

Fonte: CR – Corregedoria Regional

A execução das metas acima estabelecidas, implica no melhor esclarecimento e definição do que realmente representam dentro das ações desencadeadas pela Corregedoria Regional no exercício de 2013, como exposto a seguir:

#### 1) MANTER ATUALIZADO O MAPA CARTORIAL

O Mapa Cartorial é uma importante ferramenta de controle da seção e que visa divulgar, de forma detalhada e em números, a evolução dos resultados decorrentes das ações implementadas pela seção nas rotinas de trabalho.

Dentro do Mapa Cartorial encontramos informações valiosas tais como o Relatório Correicional, a Planilha de Levantamentos de Processos, Tipos de Infração Disciplinar, Situação do Processo, Processos por Delegacia e os Tipos de Processos, Banco de Talentos, Entrada e Saída de Recursos (atividades da regional ou de outra regional) e o Desempenho das Ações (Macro - Objetivos). A seguir, dados do Mapa Cartorial de Dezembro/2013 e o acumulado de 2013.

### TABELA VI - RELATÓRIO CORREICIONAL

SITUAÇÃO EM 31/12/2013

PROCESSOS	
Nº Processos no Início do Exercício - (01/01/13)	15
Processos na Unidade no Mês Vigente - (31/12/13)	31
ENTRADA DE PROCESSOS	
Denúncias/Representações Autuadas	40
Denúncias/Representações Recebidas Outras Unidades	0
Denúncias/Representações Recebidas da Comissão de Ética	0
Processos Desapensados	0
Processos Desarquivados por Fatos Novos	0
Outras Entradas de Processos (inclusive processos encontrados)	10
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>

<b>PROCESSOS INSTAURADOS</b>	
Sindicância Administrativa Investigativa	4
Sindicância Administrativa Disciplinar	1
Processo Administrativo Disciplinar	8
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>
<b>PROCESSOS ENCERRADOS SEM INSTAURAÇÃO</b>	
Processos Arquivados por Falta de Objeto	31
Processos Arquivados por Litispendência	0
Remetidos a Outras Unidades	0
Processos Apensados	0
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>
<b>PROCESSOS ENCERRADOS COM INSTAURAÇÃO</b>	
Processos Arquivados sem Punição	5
Processos Encerrados com Punição, Prescritos ou Não	2
Processos Instaurados Encaminhados a Outras Unidades	0
Processos Apensados	0
Processos com Nulidade	0
Processos com Relatório Parcial (Sobrestado)	0
SAD sem Punição que Resultaram em PAD	0
SAI que resultaram em SAD ou PAD	0
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>

Fonte: CR – Corregedoria Regional

**TABELA VII – SITUAÇÃO DOS PROCESSOS**

<b>SITUAÇÃO DOS PROCESSOS</b>			
<b>SITUAÇÃO DO PROCESSO</b>	<b>QTDE</b>	<b>TIPO DE INFRAÇÃO</b>	<b>QTDE</b>
Aguardando Diligências Preliminares	17	Acidente envolvendo viatura	1
Aguardando Análise	5	Extravio/ Furto/ Dano de material de terceiros sob a responsabilidade da PRF	2
Aguardando Instauração	0	Falta de urbanidade/Abuso de autoridade	6
Instaurado	7	Omissão ou atraso injustificado de atendimento de acidente de trânsito	2
SAI, SAD ou PAD Aguardando Julgamento (Sup ou CG)	0	Corrupção / Concussão / Extorsão	1
SAI, SAD ou PAD (Aguardando Julgamento na CJ-MJ)	0	Processos Relacionados à Improdutividade do Serviço	0
Outros (especificar em Observações)	0	Outros	17
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>TOTAL</b>	<b>29</b>

Fonte: CR – Corregedoria Regional

**TABELA VIII – PROCESSOS POR DELEGACIA REGIONAL**

DELEGACIA	TOTAL DE PROCESSOS
1ª Delegacia	11
2ª Delegacia	8
3ª Delegacia	2
4ª Delegacia	2
5ª Delegacia	2
6ª Delegacia	0
7ª Delegacia	2
Sede	2
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>

Fonte: CR – Corregedoria Regional

**TABELA IX - RESUMO DOS PROCESSOS**

Nº PROCESSO	SITUAÇÃO DO PROCESSO	ASSUNTO
08662003032/2012-27	Em investigação preliminar	Extravio/ Furto/ Dano de material de terceiros sob a responsabilidade da PRF
08662007194/2012-34	Instaurado – Sindicância Investigativa	Descumprimento de ordem legal
08662007578/2012-57	Instaurado – PAD	Disparo de arma de fogo
08662000464/2013-67	Em análise - exame de admissibilidade	Maus-tratos / Abuso de autoridade
08662001856/2013-43	Em investigação preliminar	Disparo de arma de fogo
08662003100/2013-39	Instaurado – PAD	Ausentar-se do serviço sem prévia autorização
08662003105/2013-61	Em investigação preliminar	Corrupção / Concussão / Extorsão
08662003103/2013-72	Instaurado – PAD	Ausentar-se do serviço sem prévia autorização
08662005377/2013-04	Instaurado – PAD	Falta ao serviço
08662005550/2013-66	SAI, SAD ou PAD aguardando análise de mérito	Descumprimento de ordem legal
08662004631/2011-87	Em investigação preliminar	Maus-tratos / Abuso de autoridade
08662006217/2012-93	Em análise - exame de admissibilidade	Omissão em atendimento a acidente
08662006551/2013-28	Em análise - exame de admissibilidade	Maus-tratos / Abuso de autoridade

08662007143/2013-93	Em investigação preliminar	Erros em procedimentos de fiscalização
08662006449/2013-22	Instaurado – PAD	Descumprimento de norma
08662007290/2013-63	Em investigação preliminar	Descumprimento de norma
08662005001/2013-91	Em investigação preliminar	Extravio/ Furto/ Dano de material de terceiros sob a responsabilidade da PRF
08662007656/2013-02	Em investigação preliminar	Maus-tratos / Abuso de autoridade
08662007766/2013-66	Em análise - exame de admissibilidade	Maus-tratos / Abuso de autoridade
08662007952/2013-03	Em investigação preliminar	Maus-tratos / Abuso de autoridade
08662007437/2013-15	Em investigação preliminar	Uso indevido dos sistemas informatizados
08662006405/2013-15	Em investigação preliminar	Acidente envolvendo viatura
08662007979/2013-98	Em investigação preliminar	Extravio/ Furto/ Dano de material de terceiros sob a responsabilidade da PRF
08662008001/2013-43	Em investigação preliminar	Atraso lançamento de BAT
08662008302/2013-77	Em investigação preliminar	Omissão em atendimento a acidente
08662008376/2013-11	Em análise - exame de admissibilidade	Transporte de equipamentos eletrônicos e mercadorias diversas sem documentação legal.
08662008836/2013-01	Em investigação preliminar	Cometimento de infração de trânsito
08662008851/2013-41	Em investigação preliminar	Disparo de arma de fogo
08662008260/2013-74	Em investigação preliminar	Irregularidades envolvendo escoltas

Fonte: CR – Corregedoria Regional

### TABELA X - SERVIDORES LOTADOS NA UJ ATUANDO EM PAD/SAD/SAI

(situação em dezembro/2013)

Nome do Servidor	Local de Atuação
CÉLIO CONSTANTINO DA COSTA	Diversos
CLODOALDO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR	Diversos
IVONE PINTO CALDEIRA	Diversos
ALFEU FRANÇA RODRIGUES JÚNIOR	1ª SRPRF/GO
RODRIGO OLIVEIRA DOS REIS	1ª SRPRF/GO
DAISY FILOMENA PASSOS DE ARAÚJO	1ª SRPRF/GO
WELLINGTON FRAGA DE OLIVEIRA	1ª SRPRF/GO
FERNANDO ANDRADE MARTINS MORAIS	1ª SRPRF/GO
RICARDO DE JESUS TELES	1ª SRPRF/GO
<b>TOTAL DE SERVIDORES QUE ATUARAM EM PAD/SAD/SAI DURANTE TODO O ANO DE 2013</b>	<b>09</b>

Fonte: CR – Corregedoria Regional

**TABELA XI - RECURSOS UTILIZADOS NA APURAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS**

Valor	Interessado	NC	Mês
R\$ 1,00	CR	-	Janeiro
R\$ 5.627,69	CG	458	Janeiro
R\$ 937,62	CG	590 e 597	Janeiro
R\$ 4.510,86	CG	622	Janeiro
R\$ 160,05	CR	834	Fevereiro
R\$ 4.839,05	CR	868	Fevereiro
R\$ 5.627,69	CG	1573	Março
R\$ 5.000,00	CR	1639	Março
R\$ 5.883,65	CG	1790	Março
R\$ 4.583,19	CG	2027	Março
R\$ 13.475,35	CG	2080	Março
R\$ 2.659,40	CG	2867	Abril
R\$ 6.117,60	CG	3115	Abril
R\$ 4.583,19	CG	2424	Abril
R\$ 5.000,00	CR	2801	Abril
R\$ 302,39	CG	3955	Maio
R\$ 1.500,00	CR	-	Novembro
R\$ 1.200,00	CG	8614	Novembro
R\$ 414,49	CR	-	Novembro

Fonte: CR – Corregedoria Regional

Para uma melhor compreensão, a Corregedoria Regional – CR, desenvolve atividades no atendimento das demandas internas, com processos administrativos disciplinares, sindicâncias, diligências, AGS (Avaliações Gerenciais de Serviço), etc, com recursos oriundos do DPRF/MJ para serem dispendidos no interesse da Regional. A sigla CG indica atividades oriundas tanto do DPRF/MJ como de outras Superintendências, onde disponibilizamos mão de obra para atender demandas externas (outras regionais), com recursos oriundos específicos do DPRF/MJ, sem a utilização dos recursos ou de sua parte, destinados à 1ª SRPRF/GO. Percebe-se, pelo exposto, que o atendimento a demandas externas têm sido corriqueiro e, até mesmo, superior ao atendimento das próprias demandas internas.

**TABELA XII - RECURSOS PARA ATIVIDADES CORREICIONAIS**

ANO	RECURSOS DISPONIBILIZADOS – ATIVIDADES PRÓPRIAS (R\$)	VARIAÇÃO (%)
2004	R\$ 109.966,22	(-) 11,60%
2005	R\$ 75.224,05	(-) 31,59%
2006	R\$ 32.819,34	(-) 56,37%
2007	R\$ 29.058,32	(-) 13,71%
2008	R\$ 31.599,40	(+) 8,74%
2009	R\$ 13.181,14	(-) 58,28%
2010	R\$ 29.904,63	(+) 126,87%
2011	R\$ 11.938,48	(-) 60,01%
2012	R\$ 9.158,54	(-) 23,28%
2013	R\$ 26.409,55	(+) 188,36%

Fonte: CR - Corregedoria Regional

Comparando-se o exercício de 2013 com o de 2012, verificamos que houve um considerável acréscimo na disponibilização de recursos, na ordem de 188,36%. Considerando que em 2012 várias demandas internas restaram prejudicadas devido à intensa utilização de mão de obra de nossos servidores para atender demandas do nosso órgão central em Brasília, o DPRF/MJ, verificamos que o planejamento de 2013 foi bem-sucedido no que diz respeito à retomada das diligências, investigações e AGS – ACOMPANHAMENTO GERENCIAL DE SERVIÇO previstas.

No entanto, levando em consideração diversos eventos que comprometerão os servidores lotados tanto na CR quanto no NUIAI, a previsão para 2014 no que diz respeito à realização de investigações, diligências e Acompanhamento Gerencial de Serviço (AGS) não é das mais otimistas. Atualmente, todos os servidores do NUIAI encontram-se mobilizados para desenvolver as atividades da CRIS – Comissão Regional de Investigação Social, visando cumprir o cronograma das etapas do último concurso público para provimento de cargo de Policiais Rodoviários Federais e seu respectivo Curso de Formação Policial, pelo qual passarão, no mínimo, cerca de 1200 candidatos, alguns dos quais com investigação social em curso no Estado de Goiás.

Durante os meses de fevereiro, março, abril e maio, grande parte dos servidores da Seção serão empregados como instrutores no Curso de Operações em Assuntos Internos e no Curso de Formação Profissional. Além disso, nos meses de junho e julho ocorrerá a Copa do Mundo 2014, evento que mobilizará praticamente todo o efetivo da PRF. Assim, com a mão de obra comprometida, deduz-se facilmente que haverá dificuldades para manter nossas metas em 2014.

## **2) REDUZIR O NÚMERO DE OCORRÊNCIAS GERADORAS DE AÇÕES DE CORREIÇÃO (QUANTIFICADAS PELO NÚMERO DE ENTRADA DE PROCEDIMENTOS AUTUADOS DE NATUREZA CORREICIONAL ENVOLVENDO SERVIDORES DO DPRF) EM NO MÍNIMO 10% ATÉ O FINAL DE 2013**

Durante o exercício de 2013, a Corregedoria Regional autuou 50 (cinquenta) processos, sendo a maior parte oriunda de denúncias ou representações de usuários das vias públicas. No exercício de 2012, findou-se o ano com um total de 30 (trinta) processos que deram entrada na seção, ou seja, houve um aumento da ordem de 66,67%, ou 20 (vinte) processos em números absolutos.

Considerando a larga divulgação de meios eletrônicos, como Internet e o nosso Portal Ouvidoria, e a natural acessibilidade aos meios de se registrar supostas irregularidades, acredita-se que tal aumento de denúncias e, conseqüentemente, de processos, é perfeitamente normal, embora represente um aumento considerável. É de comum entendimento dos membros da Seção que, provavelmente, quase todos os órgãos públicos devam ter experimentado um aumento na quantidade de denúncias envolvendo servidores públicos, e, analisando a realidade atual, difícil realizar qualquer prognóstico de diminuição destas.

Há de se ressaltar que grande parte das reclamações/denúncias advindas de usuários da rodovia, objetivavam, na verdade, apenas a anulação dos procedimentos adotados pelos policiais, tais como a aplicação de multas e/ou retenção de veículos. Portanto, embora a meta não tenha sido atingida, a situação ainda é considerada favorável.

### **3) MELHORAR OS ÍNDICES DE NÍVEL DE QUALIDADE TÉCNICA DAS CORREGEDORIAS – Parte 1**

No ano de 2013, 50 (cinquenta) processos deram entrada em nossos registros, tendo saído outros 35 (trinta e cinco), dentre os quais, alguns remanescentes de exercícios anteriores. Deste total de saídas, 31 (trinta e um) foram arquivados por falta de objeto, 3 (três) PADs foram julgados, sendo aplicadas penalidades referentes a 02 (dois) deles, bem como 01 (uma) sindicância arquivada sem ocorrência de penalidade. Ressaltando que, dos processos autônomos instaurados em nossa regional no ano de 2013, foram iniciados 8 (oito) PADs e 5 (cinco) Sindicâncias, sendo 04 (quatro) delas investigativas e 01 (uma) punitiva.

Vale lembrar que, seguindo o que preceitua a Controladoria-Geral da União na Portaria CGU nº 335/2006 que trata da Investigação Preliminar, todos os procedimentos instaurados são submetidos a uma avaliação prévia que consiste no recebimento, análise, diligências preliminares, onde, se verificada a possível irregularidade funcional, há a Informação contendo o juízo de admissibilidade que sugere designação de comissão para instauração do procedimento.

Considerando a proporção entre o volume de entrada de processos em relação ao quadro de recursos humanos da seção e ao banco de talentos, acreditamos que a Corregedoria Regional da 1ª SRPRF/GO possui um nível muito bom de qualidade técnica, não tendo sido recebida nenhuma informação ou orientação de nulidade ou vício de qualquer dos procedimentos realizados durante o ano de 2013.

### **4) MELHORAR O NÍVEL DE SUPORTE LOGÍSTICO E DE RECURSOS HUMANOS**

A Seção conta apenas com duas salas com as áreas de 18,7 m<sup>2</sup> e 19,78m<sup>2</sup>, utilizadas, respectivamente pela Corregedoria Regional e pelo Núcleo de Assuntos Internos, onde um total de 8 (oito) policiais desempenham suas atribuições. Além disso, contamos com colaboradores eventuais que atuam em PADs e Sindicâncias de forma esporádica.

O espaço físico disponibilizado para a Corregedoria Regional está longe de ser ideal, pois além das atribuições cotidianas, existe a necessidade de realização de audiências e reuniões das comissões que atuam nos procedimentos disciplinares. A falta de uma sala específica para desempenho dessas atividades tem um grande impacto negativo no desempenho das atribuições regimentais da Seção. Mesmo já tendo sido durante os últimos anos reiteradas vezes solicitada a disponibilização de um espaço para estes fins, tal demanda ainda não foi atendida.

O baixo efetivo policial vem contribuindo para dificultar a composição de Comissões Disciplinares, devido à dificuldade de se retirar o servidor de suas atividades policiais rotineiras para atuar na área correicional, sem que haja prejuízo na atividade-fim. Os equipamentos presentes na Seção, embora fora do número ideal, têm atendido à demanda, com algumas necessidades pontuais.

No tocante à meta estipulada, podemos concluir que há uma necessidade premente de se efetivar um espaço físico destinado exclusivamente ao trabalho das comissões de processos disciplinares, que possa receber também audiências realizadas no curso dos procedimentos disciplinares.

### **5) REDUZIR O NÚMERO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES PENDENTES NAS CORREGEDORIAS EM, NO MÍNIMO, 20% ATÉ O FINAL DE 2013**

Considerando que em 31 de dezembro de 2012 tínhamos quinze procedimentos disciplinares pendentes e que em 31 de dezembro de 2013 chegamos a 31 (trinta e um), a meta não foi cumprida. Como alhures referido, a ampla divulgação de meios de acesso para realização de denúncias culminou no aumento dos processos autuados e, conseqüentemente, não foi possível reduzir os procedimentos disciplinares.

Para os anos vindouros, em estimativa realistas não se vislumbra expectativa de melhoria neste quesito, até pelo momento vivido pela sociedade brasileira hodierna, em que são incentivadas formas de atacar condutas inadequadas praticadas por servidores públicos, visando a melhoria do serviço prestado de um modo geral. Neste diapasão, a seara correcional é ponto sensível, tendente a absorver, ao menos inicialmente, um maior número de demandas para apuração de possíveis irregularidades. Os recursos mencionados foram usados, conforme atribuições regimentais, em três frentes:

**TABELA XIII - FRENTES DE ATUAÇÃO CORREICIONAL**

<b>ATIVIDADE</b>	<b>OBJETIVO</b>
Ação Preventiva	Reuniões com o efetivo, visando esclarecer dúvidas e orientar os servidores. Estivemos presentes em reuniões nas Delegacias, realizando palestras e apresentações com o efetivo.
Ação de Supervisão	Inspeções nos locais de trabalho (delegacias, postos e equipes de ronda) conforme diretrizes do Acompanhamento Gerencial de Serviço (AGS), previsto na Instrução Normativa CG nº 01/2010. Desenvolvida a contento.
Ação Apuratória e Investigativa	Instrução de procedimentos disciplinares e investigações em busca de autoria e materialidade de possíveis irregularidades disciplinares. Embora tenham sido realizadas maiores diligências em relação ao ano passado, tal ação ainda foi bastante prejudicada pela constante ausência dos servidores do NUAI, convocados para diversas frentes de trabalhos extras (CRIS/Curso de Formação/Operações, etc).

Fonte: CR – Corregedoria Regional

Os dois primeiros itens acima foram regularmente cumpridos. Apenas as ações investigativas, em sede diligências preliminares, sofreram prejuízos em virtude do pequeno efetivo à disposição da Regional, conforme já anteriormente mencionado. Ainda assim, houve considerável evolução em relação ao ano anterior.

### **6) MELHORAR OS ÍNDICES DE NÍVEL DE QUALIDADE TÉCNICA DAS CORREGEDORIAS – Parte 2**

Em função do efetivo de recurso humano lotado na Corregedoria Regional, acreditamos que o índice de aproveitamento das ações da seção estão dentro daquilo que se espera, pois contamos um baixo número de procedimentos a serem analisados, diligenciados ou instaurados. A seguir temos um quadro demonstrativo dos procedimentos disciplinares de 2013, comparando-os com os de 2012:

**TABELA XIV - DEMONSTRATIVO DOS PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES**

<b>PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES - 2012</b>	<b>QTDE</b>	<b>PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES - 2013</b>	<b>QTDE</b>
Sindicâncias instauradas em 2012	4	Sindicâncias instauradas em 2013	5
Processos Adm Disciplinares instaurados em 2012.	3	Processos Adm Disciplinares instaurados em 2013.	8
Sindicâncias remanescentes de 2011 concluídas em 2012.	4	Sindicâncias remanescentes de 2012 concluídas em 2013.	0
Processos Adm Disciplinares remanescentes de 2011 concluídos em 2012.	0	Processos Adm Disciplinares remanescentes de 2012 concluídos em 2013.	0
Processos Adm Disciplinares concluídos em 2012.	1	Processos Adm Disciplinares concluídos em 2013.	3
Sindicâncias concluídas em 2012.	8	Sindicâncias concluídas em 2013.	1
Execução de Carta Precatória em 2012.	3	Execução de Carta Precatória em 2013.	2

Fonte: CR - Corregedoria Regional

Também é importante citar que foram cumpridas 02 (duas) Cartas Precatórias para realização de audiências/diligências, desonerando a União dos custos do deslocamento de comissões processantes oriundas de outra Regional.

**TABELA XV - PENALIDADES APLICADAS – 2013**

<b>PENALIDADES APLICADAS 2012</b>	<b>QTDE</b>	<b>PENALIDADES APLICADAS 2013</b>	<b>QTDE</b>
Arquivamento	18	Arquivamento	31
Advertência	3	Advertência	1
Suspensão	2	Suspensão	1
Demissão	0	Demissão	0
Cassação de Aposentadoria	0	Cassação de Aposentadoria	0

Fonte: CR - Corregedoria Regional

#### **7) ORGANIZAR TREINAMENTOS DE SERVIDORES PARA ATUAÇÃO NA ÁREA CORREICIONAL DE FORMA A QUE O BANCO DE TALENTOS CORRESPONDA, PELO MENOS, 10% DO EFETIVO TOTAL DA REGIONAL**

Numa autoavaliação, nota-se que a 1ª SRPRF/GO possui 46 (quarenta e seis) servidores no Banco de Talentos, ou seja, 12% do efetivo total da Regional. Em 2013, foram treinados ou atualizados 14 (quatorze) servidores. Foi realizada gestão junto à CGU para possibilitar capacitação para membros de PAD/SAD em Goiânia-GO, eliminando necessidade de alto custo de capacitação, desonerando a União, e ainda dando cumprimento à meta de ter ao menos 10% dos servidores capacitados para atuarem em processos administrativos, algo que não vinha sendo atingido nos últimos anos.

## **8) PROMOVER O APROVEITAMENTO, AO LONGO DO EXERCÍCIO, DE, NO MÍNIMO, 50% DO EFETIVO CAPACITADO DESDE OS DOIS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Tal meta não foi atingida, já que houve o aproveitamento de 16 (dezesesseis) servidores ao longo do ano, e totalizamos 46 (quarenta e seis) servidores capacitados. No entanto, há de se considerar a grande quantidade de servidores capacitados este ano 14 (quatorze), e também o fato de que vários dos servidores capacitados, mesmo convidados a participar de ações correccionais, por motivos diversos, entre particulares e funcionais, não puderam contribuir. Assim sendo, consideramos esta meta com um índice satisfatório de cumprimento.

Cumpra esclarecer ainda que a corregedoria encerrou 2013 com um passivo de 31 (trinta e um) procedimentos em situação de diligências preliminares, em análise, instaurados e em andamento. Assim, considerando a citada demanda processual, o efetivo de 48 (quarenta e oito) servidores participantes do Banco de Talentos é mais do que suficiente para comporem comissões disciplinares. No entanto, há de se ressaltar a considerável dificuldade de se contar com membros com experiência para presidir comissões. Os processos instaurados têm se concentrado na presidência de poucos servidores. Face a tal dificuldade, buscamos conceder maior experiência prática a alguns dos membros para futuramente comporem comissões na condição de presidentes.

É importante também salientar que, em função do baixo efetivo da regional, ao todo 380 (trezentos e oitenta) servidores, incluindo os administrativos, a seção tem evitado compor comissões com servidores de uma única Delegacia Regional, com o intuito de minimizar o prejuízo causado à atividade finalística daquela unidade. Tem-se buscado mesclar servidores de várias delegacias ou mesmo da sede da Superintendência, fato este que impede a utilização de todo o Banco de Talentos. Desta forma, busca-se manter, quase que inalterada, as rotinas de trabalho dos policiais nas rodovias federais.

## **9) MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DA GESTÃO BUROCRÁTICA**

Durante o exercício de 2013 a Corregedoria Regional, a título de conhecimento, promoveu as seguintes atividades burocráticas:

**TABELA XVI - DOCUMENTOS EXPEDIDOS – 2013**

<b>ITEM</b>	<b>TIPO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
1	TERMOS DE AUTUAÇÃO	36
2	MEMORANDOS EXPEDIDOS	54
3	OFÍCIOS EXPEDIDOS	28
4	INFORMAÇÕES	45
5	DESPACHOS	39
6	CERTIDÕES APOSENTADORIA	4
7	CERTIDÕES DISCIPLINARES	45
8	DECISÕES	3

Fonte: CR – Corregedoria Regional

Considerando o volume de procedimentos, denúncias e demais responsabilidades da Corregedoria Regional, pode-se considerar bastante satisfatória a gestão burocrática de nossa Seção, sobretudo por termos conseguido efetivar uma servidora especializada na área cartorária, o que trouxe enorme agilidade e controle de nossas ações.

Para o exercício de 2014, a Corregedoria Regional buscará praticamente a manutenção das metas estabelecidas para 2013, quais sejam:

### **TABELA XVII - METAS DA ÁREA CORREICIONAL – 2014**

<b>METAS DA ÁREA CORREICIONAL</b>
1) MANTER ATUALIZADO O MAPA CARTORIAL.
2) REDUZIR O NÚMERO DE OCORRÊNCIAS GERADORAS DE AÇÕES DE CORREIÇÃO (QUANTIFICADAS PELO NÚMERO DE ENTRADA DE PROCEDIMENTOS AUTUADOS DE NATUREZA CORREICIONAL ENVOLVENDO SERVIDORES DO DPRF) EM NO MÍNIMO 10% ATÉ O FINAL DE 2012.
3) MELHORAR OS ÍNDICES DE NÍVEL DE QUALIDADE TÉCNICA DAS CORREGEDORIAS – PARTE 1
4) MELHORAR O NÍVEL DE SUPORTE LOGÍSTICO E DE RECURSOS HUMANOS.
5) REDUZIR O NÚMERO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES PENDENTES NAS CORREGEDORIAS EM ATÉ 10 % ATÉ O FINAL DE 2012.
6) MELHORAR OS ÍNDICES DE NÍVEL DE QUALIDADE TÉCNICA DAS CORREGEDORIAS – PARTE 2
7) ORGANIZAR TREINAMENTOS DE SERVIDORES PARA ATUAÇÃO NA ÁREA CORREICIONAL DE FORMA A QUE O BANCO DE TALENTOS CORRESPONDA A, PELO MENOS, 10% DO EFETIVO TOTAL DA REGIONAL.
8) MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DA GESTÃO BUROCRÁTICA

Fonte: CR – Corregedoria Regional

Abaixo seguem outras metas para o exercício de 2014, em nível de micro – objetivos:

### **INSTRUÇÃO PROCESSUAL**

Continuar utilizando o sistema de instrução atual, consectário da legislação vigente em direito disciplinar (Investigação Preliminar), em que primeiramente é realizada uma análise de admissibilidade, onde de acordo com o que consta dos autos, os mesmos podem originar procedimento disciplinar autônomo, serem arquivados, ou ser solicitada a realização de demais diligências, no âmbito do Núcleo de Assuntos Internos, a fim de colher indícios de autoria e materialidade de alguma irregularidade funcional, tudo conforme preceitua a Portaria CGU nº 335/2006.

Quando necessária a instauração de procedimentos disciplinares, vislumbramos a formação de comissões com membros com treinamento e/ou experiência na área, buscando

mesclar a utilização de todos os membros capacitados no âmbito de nossa regional. A composição das comissões leva em conta a melhor aplicação dos recursos disponíveis, seja vislumbrando economia em concessão de diárias, equilíbrio no sentido de não desfaltar o efetivo de uma seção ou delegacia, bem como na melhor distribuição logística para que a comissão tenha disponível toda a estrutura que necessitar para o desenvolvimento do apuratório.

### **INSPEÇÃO CORRECCIONAL**

Por meio dos chefes de Delegacias e Núcleos, continuaremos a realizar o programa de Acompanhamento Gerencial de Serviço em todas as unidades operacionais e administrativas da 1ª SRPRF/GO. Intentamos dar continuidade ao desenvolvimento do planejamento do ano anterior, quando estivemos presentes em praticamente todos os feriados com operações desencadeadas pela Polícia Rodoviária Federal, e ainda cumprimos considerável quantidade de AGS, cujos números serão expostos a seguir, quando for abordada a atuação do NUIAI.

Paralelamente, a CR e o Núcleo de Assuntos Internos estarão, dentro do possível, promovendo inspeções nos locais de trabalho dos servidores, e dando seguimento às diligências preliminares necessárias à instrução processual. Cumpre também observar que já foi comunicado que a Instrução Normativa nº02/2011-CG, a qual institui o AGS e as visitas correccionais, está atualmente em reformulação, sendo possivelmente alterada neste ano de 2014, o que se for confirmado ensinará a adequação do efetivo da CR e NUIAI às novas orientações.

Também planejamos continuar a participar de reuniões periódicas nas Delegacias, nas quais abordaremos as diretrizes correccionais e faremos estudos de casos, fomentando a ética profissional entre os servidores.

### **OPERAÇÕES E DILIGÊNCIAS**

Pretendemos otimizar o número de operações e diligências no sentido de investigarmos condutas possivelmente irregulares realizadas por servidores da 1ª SRPRF/GO e atendermos a demanda existente na Regional.

### **INSTRUÇÃO E TREINAMENTO**

Intencionamos realizar reuniões com os servidores participantes de comissões processantes para discutir os trabalhos a serem executados e os já executados, erros e acertos, procedimentos e resultados, buscando o aprimoramento dos trabalhos.

Há, também, a previsão de treinamento de novos servidores, que deverão participar de curso de formação de membros de PAD, geralmente disponibilizado pela CGU, bem como buscaremos disponibilizar treinamento avançado na condução de PAD, para atualização e aprimoramento dos servidores que já possuem o treinamento básico. Este treinamento avançado já teve início em 2013, com a participação de 6 (seis) servidores lotados em nossa unidade regional, entre instrutores e instruendos, nos treinamentos disponibilizados pela Corregedoria-Geral do DPRF.

### **3.5. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU**

A Portaria nº 1043/2007, da CGU – CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, estabelece a obrigatoriedade do uso do CGU-PAD, sistema de gerenciamento de processos disciplinares no âmbito do poder executivo federal.

Conforme os prazos estipulados pelo referido instrumento normativo, informamos que, no tocante aos procedimentos disciplinares, todos os processos que originaram nomeação de comissão autônoma estão devidamente cadastrados, não restando nenhuma pendência. Pode haver exceção em relação aos procedimentos disciplinares em curso, ainda em poder das Comissões, não finalizados e entregues à Corregedoria Regional com os relatórios parciais ou finais. Considerando que somente os servidores lotados na Seção possuem senha de acesso ao sistema, não é exigido das Comissões a atualização cadastral no CGU-PAD. Somente com a entrega dos relatórios parciais ou finais, os servidores lotados na Corregedoria Regional atualizam a parte cartorária.

Assim, quanto ao estabelecido na Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007 da Controladoria-Geral da União, a Corregedoria Regional da 1ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Goiás, no momento, em perfeito cumprimento.

### **3.6. INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS**

Não se aplica à UJ.

## **4. PARTE A – ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013**

Este tópico visa fornecer informações da UJ sobre a gestão da execução orçamentária e financeira. A informação estará organizada em 7 (sete) subitens. Cada subitem possui objetivo e abrangência específicos e obedece a uma forma de estruturação distinta, conforme detalhamento a seguir.

- a) Execução das despesas;
- b) Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos;
- c) Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores;
- d) Transferências de recursos mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres;
- e) Suprimento de fundos, contas bancárias tipo “B” e Cartões de Pagamento do governo federal;
- f) Renúncia de Receitas; e
- g) Gestão de precatórios.

### **4.1. EXECUÇÃO DAS DESPESAS**

Este grupo de informações devem ser fornecidas considerando os seguintes subtópicos:

- 4.1.1 – Programação;
- 4.1.2 – Movimentação; e
- 4.1.3 – Realização.

#### 4.1.1. PROGRAMAÇÃO

Não se aplica a Unidade Jurisdicionada, pois esta não é uma Unidade Orçamentária – UO, motivo do não preenchimento do Quadro A.4.1.1.

#### 4.1.1.1. ANÁLISE CRÍTICA

Não se aplica em função do contido no subitem 4.1.1. Programação.

#### 4.1.2. MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA

Os Quadros A.4.1.2.1 e A.4.1.2.2, denominados Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa e Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa, respectivamente, compreendem o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de UG não associada à UJ (ou seja, concedidos ou recebidos de UG relacionada a UJ que não componha o Relatório de Gestão) e deve ser preenchido por todas as UJ.

#### QUADRO A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	200109		30107 - 06122211220000001	---	---	2.852.492,78
			30107 - 061812070200G0001	---	---	326.131,32
			30107 - 06181207020IC0001	---	---	129.495,43
			30107 - 06181207027230001	---	---	2.719.540,40
			30107 - 06181207086980001	---	---	883.741,60
			30107 - 06181207086A10001	---	---	41.929,13
			30107 - 06301211220040001	---	---	1.484,00
			20113 - 04121212514VN0001	---	---	539.438,97
			30101 - 0618320707U230001	---	---	564.955,52
			39250 - 26125207529070001	---	---	266.118,48
			39250 - 26782207520UB0001	---	---	164.574,42
			39253 - 26122212687850001	---	---	34.958,76
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	200109	-	30107 - 06122211220000001	144.041,33	---	---

			30107 - 061812070200G5433	34.600,00	---	---
			30107 - 06181207020IC0001	4.590,00	---	---
			30107 - 06181207027230001	523.696,48	---	---
			30107 - 06181207027230052	99.867,73	---	---
			30107 - 06181207086980001	146.209,40	---	---

Fonte: NUOFI - Núcleo de Orçamento e Finanças

#### **QUADRO A.4.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA**

Não se aplica à UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.4.1.2.2.

#### **4.1.3. REALIZAÇÃO DA DESPESA**

As informações sobre a realização da despesa devem ser prestadas de acordo com a origem do crédito, se originários ou recebidos por movimentação interna e externa, por intermédio dos seguintes quadros:

- a) Despesas por Modalidade de Contratação;
- b) Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

#### **4.1.3.1. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL**

Não se aplica a UJ, pois esta não é Unidade Orçamentária, portanto, somente recebe créditos por movimentação, motivo do não preenchimento do Quadro A.4.1.3.1, conforme orientação constante do subitem 4.1.3 – Realização da Despesa, da Port. TCU nº 175, de 09/07/2013.

#### **4.1.3.2. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ**

Não se aplica a UJ, pois esta não é Unidade Orçamentária, portanto, somente recebe créditos por movimentação, motivo do não preenchimento do Quadro A.4.1.3.2, conforme orientação constante do Item 4.1.3 – Realização da Despesa, da Port. TCU nº 175, de 09/07/2013.

#### **4.1.3.3. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL**

Não se aplica a UJ, pois esta não é Unidade Orçamentária, portanto, somente recebe créditos por movimentação, motivo do não preenchimento do Quadro A.4.1.3.3, conforme orientação constante do Item 4.1.3 – Realização da Despesa, da Port. TCU nº 175, de 09/07/2013.

#### 4.1.3.4. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

Não se aplica a UJ, pois esta não é Unidade Orçamentária, portanto, somente recebe créditos por movimentação, motivo do não preenchimento do Quadro A.4.1.3.4, conforme orientação constante do Item 4.1.3 – Realização da Despesa, da Port. TCU nº 175, de 09/07/2013.

#### 4.1.3.5. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

##### QUADRO A.4.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação</b>	<b>4.302.705,29</b>	<b>4.018.618,75</b>	<b>4.302.705,29</b>	<b>4.018.618,75</b>
a) Pregão	4.302.705,29	4.018.618,75	4.302.705,29	4.018.618,75
<b>2. Contratações Diretas</b>	<b>604.731,42</b>	<b>498.784,87</b>	<b>604.731,42</b>	<b>498.784,87</b>
a) Dispensa	371.451,45	367.792,68	371.451,45	367.792,68
b) Inexigibilidade	233.279,97	130.992,19	233.279,97	130.992,19
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>2.116,17</b>	<b>1.180,97</b>	<b>2.116,17</b>	<b>1.180,97</b>
c) Suprimento de Fundos	2.116,17	1.180,97	2.116,17	1.180,97
<b>4. Pagamento de Pessoal</b>	<b>2.364.285,11</b>	<b>1.463.017,90</b>	<b>2.364.285,11</b>	<b>1.463.017,90</b>
a) Pagamento em Folha	0,00	42.176,56	0,00	42.176,56
b) Diárias	2.364.285,11	1.420.841,34	2.364.285,11	1.420.841,34
<b>5. Outros</b>	<b>127.910,53</b>	<b>64.562,49</b>	<b>127.910,53</b>	<b>64.562,49</b>
<b>6. Total</b>	<b>7.401.748,52</b>	<b>6.046.164,98</b>	<b>7.401.748,52</b>	<b>6.046.164,98</b>

Fonte: NUOFI - Núcleo de Orçamento e Finanças

Quadro Complementar ao A.4.1.3.5	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2013	2012	2013	2012
Registro de Preços (SRP) executado dentro da Modalidade de Licitação: Pregão	1.669.661,65	1.321.856,63	1.669.661,65	1.321.856,63

Fonte: NUOFI - Núcleo de Orçamento e Finanças

#### 4.1.3.6. DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

##### QUADRO A.4.1.3.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
14 - Diárias - Civil	2.364.285,11	1.420.841,34	2.364.285,11	1.420.841,34	0,00	0,00	2.364.285,11	1.420.841,34
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.311.616,06	3.536.555,14	1.930.156,16	1.690.963,83	381.459,90	1.845.591,31	1.930.156,16	1.690.963,83

<b>30 - Material de Consumo</b>	2.068.456,09	1.639.407,54	1.404.921,01	1.288.869,00	663.535,08	349.998,54	1.404.921,01	1.288.869,00
<b>Demais elementos do grupo</b>	1.780.503,55	1.550.990,79	1.659.257,95	1.407.047,55	121.245,60	143.943,24	1.659.257,95	1.407.047,55
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
<b>4. Investimentos</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>52 - Equipamento e Material Permanente</b>	918.404,94	512.829,81	38.828,29	238.443,26	879.576,65	274.386,55	38.828,29	238.443,26
<b>51 - Obras e Instalações</b>	34.600,00	251.674,47	4.300,00	0,00	30.300,00	251.674,47	4.300,00	0,00
<b>39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica</b>	0,00	8.188,00	0,00	0,00	0,00	8.188,00	0,00	0,00

Fonte: NUOFI - Núcleo de Orçamento e Finanças

#### 4.1.3.7. ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA

A análise crítica será proferida analisando as seguintes questões:

##### **Alterações significativas ocorridas no exercício**

Verifica-se que houve acréscimo significativo no montante empenhado em 2013 para o item DESPESAS CORRENTES, em relação ao ano de 2012. Veja que quanto a este grupo, o item 14 – Diárias Civil teve um sensível acréscimo o volume de recursos dispendido, bem como para o item 30 - Material de Consumo.

Para o item 30 - Material de Consumo e 52 – Equipamento e Material Permanente, note que houve um grande volume de valores inscritos em restos a pagar. Tal fato justifica-se pela descentralização dos recursos ao findar do exercício, implicando na inscrição automática destes em Restos a Pagar, sendo que os fornecimentos decorrentes são efetuados somente no início do exercício seguinte.

##### **Contingenciamento no exercício**

Houve contingenciamento tanto orçamentário como financeiro, gerando dificuldades na gestão, principalmente dos contratos em vigor, muitos dos quais tiveram atraso na sua execução orçamentária e financeira, ocasionando ainda prejuízo aos desembolsos feitos às diversas empresas contratadas para atividades de custeio. As principais demandas, principalmente para atendimento de contratos de natureza contínua, dentre os quais destacamos locação de mão de obra e manutenção da frota, foram atendidas na totalidade.

Todavia, o principal contrato de locação de mão de obra, limpeza, asseio, conservação e copeiragem, não foi repactuado em 2013 por falta de dotação orçamentária.

##### **Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade**

O volume de gastos com realização de dispensas e inexigibilidades de licitação é bastante reduzido, atendo-se basicamente naquelas situações de contratação de serviços prestados por um único executante, para os casos de fornecimento de água, luz, licenciamento anual da frota de veículos, publicações de matéria de interesse do órgão junto ao Diário Oficial

da União, aferição de radares, bafômetros e balanças perante o INMETRO, etc.

A UJ tem procurado a utilização da Cotação Eletrônica em detrimento da dispensa e inexigibilidade.

### **Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária**

Dentre as situações de caráter negativo que afetaram a execução orçamentária e financeira da 1ª SRPRF/GO, pode-se citar mais uma vez o contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros ocorridos no exercício de 2013. Embora tais contingenciamentos tenham sido menos impactantes do que o ocorrido em 2012, não deixou de proporcionar alguns transtornos à Administração, principalmente quanto aos atrasos na liquidação e pagamento das despesas de custeio, principalmente as de caráter continuado e não concessão de uma repactuação contratual para os serviços de limpeza, asseio, conservação e copeiragem.

Tais atrasos não deixaram de criar um certo constrangimento aos gestores financeiros da UJ e criam uma imagem extremamente desfavorável da instituição e até mesmo da Administração Pública perante os fornecedores e a sociedade em geral.

Referente aos eventos positivos ocorridos no exercício de 2013, destaca-se o atendimento das demandas regionais principalmente quanto às despesas de investimento com obras de reformas/adequações e custeio com serviços de manutenções prediais pontuais.

## **4.2. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS**

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.4.2.

### **4.2.1. ANÁLISE CRÍTICA**

Não se aplica a UJ.

## **4.3. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

O objetivo específico é o de obter informações quantitativas e qualitativas sobre os Restos a Pagar (RP) inscritos em exercícios anteriores, vigentes no exercício de referência do Relatório de Gestão, de modo a permitir a análise da gestão e os impactos dessas despesas no exercício.

### **QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Em R\$

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	2.874.322,11	2.093.622,90	141.252,79	639.446,42

2011	163.982,00	163.982,00	0,00	0,00
------	------------	------------	------	------

Fonte: NUOFI - Núcleo de Orçamento e Finanças

#### **4.3.1. ANÁLISE CRÍTICA**

Como pode ser observado no quadro anterior, um valor significativo do orçamento executado por esta UJ foi inscrito em restos a pagar devido principalmente à execução orçamentária acima da média na iminência do encerramento do exercício. Entretanto, cabe ressaltar, que a UJ executou as despesas conforme descentralização da unidade orçamentária.

A existência dos valores inscritos deve-se ao fato de que os fornecedores não apresentaram as notas fiscais fatura tempestivamente, como é o caso dos empenhos referentes a serviços de telecomunicações e também ao fato dos empenhos ocorridos às vésperas do encerramento do prazo limite para empenho, ocasionando a inscrição destes valores em Restos a Pagar, uma vez que os beneficiários destes empenhos não conseguiriam executar seus compromissos ainda dentro do exercício financeiro em curso.

Há eventos positivos e negativos nos processos de inscrição de despesas em restos a pagar. Como evento negativo se pode citar o volume de contratações e o consequente número de empresas que não cumprem as obrigações firmadas, cujas situações são apuradas em processos próprios e acabam gerando transtornos para a administração. O fator positivo é a possibilidade de se licitar num determinado período do ano e, pela peculiaridade do material ou do serviço, conseguir recebê-los no exercício seguinte, não deixando de ser adquirido o bem ou o serviço.

#### **4.4. TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS**

Não se aplica a UJ.

##### **4.4.1. RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO**

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.4.4.1.

##### **4.4.2. QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.4.4.2.

##### **4.4.3. INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE**

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.4.4.3.

##### **4.4.4. INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE**

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.4.4.4.

#### 4.4.5. ANÁLISE CRÍTICA

Não se aplica a UJ, motivo da não emissão de análise crítica.

#### 4.5. SUPRIMENTO DE FUNDOS

O objetivo deste tópico é o de obter informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de suprimento de fundos, contas Tipo B e Cartões de Crédito Corporativo (CPGF), utilizados por Unidade Gestora (UG) vinculada à Jurisdicionada (UJ) apresentadora do relatório de gestão, de forma a possibilitar aos órgãos de controle e à própria UJ a análise sucinta da evolução dos gastos efetuados por essas modalidades de pagamento.

#### 4.5.1. SUPRIMENTO DE FUNDOS – CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

**QUADRO A.4.5.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)**

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-	-	13	657,70	7	1.458,47	2.116,17
2012	-	-	0	0,00	4	1.180,97	1.180,97
2011	-	-	0	0,00	8	2.189,00	2.189,00

Fonte: NUOFI - Núcleo de Orçamento e Finanças

#### 4.5.2. SUPRIMENTO DE FUNDOS – CONTA TIPO “B”

**QUADRO A.4.5.2 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO (CONTA TIPO “B”)**

Não houve ocorrências no exercício, motivo do não preenchimento do Quadro A.4.5.2.

#### 4.5.3. SUPRIMENTO DE FUNDOS – CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (CPGF)

**QUADRO A.4.5.3 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR**

Código da UG 1	200121	Limite de Utilização da UG	64.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
NEWTON QUINZANI	069.017.728-31	8.000,00	0,00	0,00	0,00

LYZANDRO ONASSES RIVELINO CABRAL	509.135.571-53	8.000,00	0,00	500,00	500,00
ROGERIO DIAS EVANGELISTA MODANES	759.402.991-72	8.000,00	657,70	7,00	664,70
TIAGO DE ALMEIDA QUEIROZ	906.518.551-87	8.000,00	0,00	951,47	951,47
<b>Total Utilizado pela UG</b>			657,70	1.458,47	2.116,17
<b>Total Utilizado pela UJ</b>			657,70	1.458,47	2.116,17

Fonte: NUOFI - Núcleo de Orçamento e Finanças

#### 4.5.4. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

##### QUADRO A.4.5.4 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO "B" E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
PC não Aprovadas	---	---	---	---	---	---	2	575,90	1	395,00	---	---
PC Aprovadas	---	---	---	---	---	---	4	2.116,17	4	1.180,97	9	2.189,00

Fonte: NUOFI – Núcleo de Orçamento e Finanças

As prestações de contas indicadas como não aprovadas no quadro A.5.12 foram posteriormente aprovadas pelo Ordenador de Despesas com o devido saneamento e devolução de valores via GRU (suprido: TIAGO DE ALMEIDA QUEIROZ, CPF nº 906.518.551-87, PCSF nº 06/2013 (Fatura), RA 2013/000431, no valor de R\$ 175,90 conforme Processo nº 08662005094/2013-54; suprido: NEWTON QUINZANI, CPF nº 069.017.728-31, PCSF nº 04/2013 (Saque), RA 2013/000443, no valor de R\$ 400,00 conforme processo nº 08662005754/2013-05.

#### 4.5.5. ANÁLISE CRÍTICA

O Suprimento de Fundos, na modalidade Cartão de Pagamentos do Governo Federal, tem se revelado um importante instrumento na gestão das despesas consideradas de pequeno vulto. A estrutura predial da 1ª SRPRF/GO compreende uma sede administrativa em Goiânia/GO, 01 (uma) Delegacia Metropolitana, 06 (seis) Delegacias Regionais e 13 (treze) postos policiais a elas subordinados, todos distribuídos de forma estratégica ao longo das rodovias federais goianas.

Toda essa estrutura gera um dispêndio em sua manutenção e conservação, muitas das vezes, amparada apenas pelo uso correto do Cartão Corporativo. Mesmo assim, da análise do Quadro A.4.5.4, percebe-se um volume de dispêndio insignificante. Em 2014, acreditamos que o uso do Cartão Corporativo deva ser intensificado como ferramenta de gestão no dispêndio público.

#### **4.6. RENÚNCIAS SOB A GESTÃO DA UJ**

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento dos Quadros A.4.6.1.1, A.4.6.2.1, A.4.6.2.2, A.4.6.2.3, A.4.6.2.4.1, A.4.6.2.4.2, A.4.6.2.5.1, A.4.6.2.5.2, A.4.6.2.6, A.4.6.2.7, A.4.6.2.8, A.4.6.2.9 e A.4.6.2.11.

#### **4.7. GESTÃO DE PRECATÓRIOS**

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento dos Quadros A.4.7.1 e A.4.7.2 e subitem 4.7.3 – Análise Crítica.

### **5. PARTE A – ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013**

O objetivo do tópico é o de obter informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de recursos humanos da UJ, de forma a possibilitar aos órgãos de controle e à própria UJ a análise da gestão do quadro de pessoal, tanto na dimensão operacional quanto na dimensão estratégica, evidenciando, inclusive, a conformidade dos registros dos atos de pessoal e os controles da UJ para coibir a acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos.

Serão contempladas as seguintes perspectivas:

5.1 Estrutura de pessoal da unidade:

- a) Demonstração da força de trabalho e dos afastamentos que refletem sobre ela;
- b) Qualificação da força de trabalho de acordo com a estrutura de cargos, idade e nível de escolaridade;
- c) Custos associados à manutenção dos recursos humanos;
- d) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas;
- e) Demonstração do cadastramento, no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac), das informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria, reforma e pensão ocorridos no exercício, bem como da disponibilização das informações para o respectivo órgão de controle interno, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 55/2007;
- f) Ações adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais nos 19/98 e 34/2001);
- g) Providências adotadas nos casos identificados de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/93; e
- h) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

5.2. Terceirização de mão de obra e sobre o quadro de estagiários.

#### **5.1. ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE**

O perfil do quadro de servidores ativos da UJ deve ser demonstrado por meio dos quadros detalhados nos subtópicos a seguir:

### 5.1.1. DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

A demonstração da força de trabalho da unidade é objeto dos Quadros A.5.1.1.1 e A.5.1.1.2, os quais demonstram respectivamente a lotação e as situações que reduzem a força de trabalho da unidade.

#### 5.1.1.1. LOTAÇÃO

##### QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>376</b>	<b>376</b>	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	376	376	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	376	376	-	-
<b>2. Total de Servidores (1+2)</b>	<b>376</b>	<b>376</b>	-	-

Fonte: SRH - Seção de Recursos Humanos

#### 5.1.1.2. SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE JURISDICIONADA

##### QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Afastamentos</b>	<b>3</b>
1.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
1.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
1.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
1.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	2
<b>2. Removidos</b>	<b>11</b>
2.1. De Ofício, no Interesse da Administração	3
<b>3. Licença Remunerada</b>	<b>3</b>
3.1. Doença em Pessoa da Família	-
3.2. Capacitação	3
<b>4. Licença não Remunerada</b>	<b>2</b>
4.4. Interesses Particulares	2
<b>5. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro</b>	<b>19</b>

Fonte: SRH - Seção de Recursos Humanos

**5.1.2. QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO**

A qualificação da força de trabalho da unidade é informada por intermédio dos Quadros A.5.1.2.1, A.5.1.2.2 e A.5.1.2.3, os quais têm por objetivo demonstrar a estrutura de cargos e de funções, a qualificação do pessoal por idade e por escolaridade.

**5.1.2.1. QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO****QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ - SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	1	-	-
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>32</b>	<b>32</b>	<b>10</b>	<b>8</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	10	8

Fonte: SRH - Seção de Recursos Humanos

**5.1.2.2. QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE****QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>32</b>	<b>136</b>	<b>132</b>	<b>47</b>	<b>11</b>
1.2. Servidores de Carreira	32	136	132	47	11
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	<b>16</b>	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	1	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	15	1	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>32</b>	<b>136</b>	<b>148</b>	<b>48</b>	<b>11</b>

Fonte: SRH - Seção de Recursos Humanos

**5.1.2.3. QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE****QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE**

(situação apurada em 31/12)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

<b>1. Provedimento de Cargo Efetivo</b>	-	-	-	<b>7</b>	<b>162</b>	<b>160</b>	<b>13</b>	-	-
1.1. Servidores de Carreira	-	-	-	<b>7</b>	<b>162</b>	<b>160</b>	<b>13</b>	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	1	-	-	-
1.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	-	32	-	-	-
<b>2. Totais (1+2)</b>	-	-	-	<b>7</b>	<b>162</b>	<b>193</b>	<b>13</b>		

**LEGENDA****Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SRH - Seção de Recursos Humanos

### 5.1.3. CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

Não se aplica à UJ, tendo em vista que todas as informações concernentes à valores são centralizadas e quantificadas pela UJ 200230, a qual somos subordinados, motivo do não preenchimento do Quadro A.5.1.3.

### 5.1.4. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

A composição do quadro de servidores inativos e pensionistas da UJ somente deverá ser preenchida por aquelas que detenham, entre as suas unidades administrativas, a unidade responsável pela gestão do cadastro de servidores inativos e pensionistas. As informações sobre o Quadro de Servidores Inativos devem ser prestadas considerando dois quadros a seguir: o primeiro compreenderá a composição do quadro de servidores inativos; o segundo a composição do quadro dos instituidores de pensão.

#### 5.1.4.1. CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA

##### QUADRO A.5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>208</b>	<b>1</b>
1.1 Voluntária	184	-
1.2 Compulsória	5	1
1.3 Invalidez Permanente	19	-
1.4 Voluntária	5	-
1.5 Compulsória	2	-

1.6 Invalidez Permanente	1	-
<b>2. Totais (1+2)</b>	<b>216</b>	<b>1</b>

Fonte: SRH - Seção de Recursos Humanos

#### 5.1.4.2. DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA

##### QUADRO A.5.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>75</b>	-
1.1. Integral	46	-
1.2. Proporcional	29	-
<b>2. Em Atividade</b>	<b>1</b>	-
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>76</b>	2

Fonte: SRH - Seção de Recursos Humanos

#### 5.1.5. CADASTRAMENTO NO SISAC

As informações sobre os atos de pessoal serão prestadas somente pelas unidades jurisdicionadas que tenham na sua responsabilidade as atividades de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, cujos atos se sujeitam ao registro do Tribunal de Contas da União ou devem ser a ele comunicados, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal e da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

##### 5.1.5.1. ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.5.1.5.1. Tanto os atos sujeitos ao *registro* quanto à *comunicação* não se aplicam a UJ, tendo em vista que os processos passíveis destes atos são remetidos ao nosso órgão central em Brasília/DF para encaminhamento ao Tribunal de Contas da União.

##### 5.1.5.2. ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.5.1.5.2. Os atos sujeitos à comunicação não se aplicam a UJ, tendo em vista que os processos passíveis destes atos são remetidos ao nosso órgão central em Brasília/DF para encaminhamento ao Tribunal de Contas da União.

##### 5.1.5.3. REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS O SISAC

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.5.1.5.3.

##### 5.1.5.4. ATOS SUJEITOS À REMESSA AO TCU EM MEIO FÍSICO

Não houve ocorrências no exercício de 2013.

#### **5.1.6. ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS**

Não se aplica à UJ.

#### **5.1.7. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS**

Não se aplica à UJ.

#### **5.1.8. INDICADORES GERRENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS**

Em 2013 foi efetuado levantamentos área de saúde através das Informações de Saúde e Segurança no Trabalho – Acordo de Cooperação Técnica 1ª SRPRF/GO e Sistema Integrado de Assistência a Saúde do Servidor – SIASS.

Considerando informação da Corregedoria Regional, no ano de 2013 foram aplicadas 01 (uma) penalidade de suspensão e 01 (uma) penalidade de advertência atribuídas a policiais rodoviários federais, após regular processo administrativo disciplinar. Não foram interpostas ações trabalhistas envolvendo funcionários de prestadoras de serviço, entretanto, foi ajuizada 01 (uma) ação trabalhista por servidor da UJ.

Em termos de rotatividade de pessoal na sede da UJ, em 2013, apresentou índice de 0,07%. Ocorreram 08 remoções internas para um efetivo de 116 servidores. Ressaltamos que todas essas remoções importaram em saída ou entrada na sede da UJ, não considerando as mudanças de lotação entre as áreas internas da Administração.

Conforme dispõe o §1º do Art. 6º da referida instrução normativa, as vagas disponíveis para lotação serão oferecidas primeiramente aos servidores em exercício, mediante Processo Seletivo, e as vagas remanescentes serão oferecidas aos aprovados no Curso de Formação Profissional, segundo a classificação final do Concurso Público.

Para proceder às lotações, foi feito procedimento prescrito nos dispositivos acima mencionados, observando o número de vagas desta 1ª SRPRF/GO, foi publicada Portaria nº 01, de 22 de janeiro de 2013, removendo, “a pedido”, através de Processo Seletivo de Remoções por Remanejamento 2012-SISNAR e exposto no Edital nº 012/2012; bem como do resultado preliminar (Edital nº 014/2012, de 28/12/2012).

Segundo o Edital nº 012/2012 em seu Anexo II, o somatório do número de vagas existentes na Regional de Goiás (1ª SRPRF/GO) foi de 39 (trinta e nove), assim, as remoções foram efetivadas através da Portaria nº 01, de 22 de janeiro de 2013, modalidade “a pedido”, obedecendo à estrita ordem disposta no Anexo I da referida Portaria.

Segue abaixo planilha demonstrativa de Vagas Disponíveis, local de Lotação, Vagas Preenchidas e Remanescentes para melhor entendimento da conclusão do processo de remoção:

LOCAL DE LOTAÇÃO	VAGAS DISPONÍVEIS NO SISNAR (ED. 12 DE 19 DE DEZEMBRO)	VAGAS PREENCHIDAS	REMOVIDOS	VAGAS REMANESCENTES
1ª Delegacia Goiânia	15	9	-	6
2ª Delegacia Anápolis	6	1	2	7
3ª Delegacia Morrinhos	2	1	3	4
4ª Delegacia Rio Verde	1	-	1	2
5ª Delegacia Jataí	5	-	1	6
6ª Delegacia Catalão	1	1	-	0
7ª Delegacia Porangatu	5	-	1	6
SEDE 1ª SRPRF/SP - Goiânia	4	-	-	4
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	<b>12</b>	<b>8</b>	<b>35</b>

Fonte: Anexo II do Edital nº 12/2012 publicado no BS nº 96, de 19 de dezembro de 2012.

As 35 (trinta e cinco) vagas remanescentes foram oferecidas aos policiais aprovados no curso de formação segundo sua classificação final no concurso, como reza o Edital nº 1/2009 Concurso Público para Provimento de Vagas no Cargo de Policial Rodoviário Federal, a IN nº 07/2012 que institui e regulamenta o SISNAR, o Edital nº12/2012 que reabre o II Processo Seletivo de Remanejamento SISNAR -2012 e o Edital nº 01/2013 que divulga a lista final de classificados do respectivo processo seletivo de remanejamento. A estrutura dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal consta na tabela de remuneração dos servidores públicos federais 2012 nível intermediário para o cargo de policial Rodoviário Federal (item 10 do caderno 55 SRH/MPOG) e, para os demais cargos de nível superior, intermediário e auxiliar no item 45 do caderno 53 SRH/MPOG.

## **5.2. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS**

As informações sobre a terceirização de mão de obra no âmbito da unidade jurisdicionada devem ser tratadas considerando os quatro quadros a seguir. O primeiro trata da quantificação de servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos da unidade; o segundo contempla os atos que tenham autorizado a realização de concursos e provimentos adicionais; o terceiro trata dos contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva da unidade; o quarto trata da locação de mão de obra de terceiros em áreas não abrangidas por categorias funcionais do órgão.

### **5.2.1. INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO**

Não houve ocorrências no exercício de 2013, motivo do não preenchimento do Quadro A.5.2.1.

### **5.2.2. AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS**

Não se aplica, motivo do não preenchimento do Quadro A.5.2.2.

### 5.2.3. INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

#### QUADRO A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/GO													
UG/Gestão: 200121/00001							CNPJ: 00.394.494/0116-85						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	10/2011	08.837.257/0001-04	23/05/11	22/05/14	16	05	0	11	0	0	P
2010	L	O	13/2010	11.443.028/0001-10	23/06/10	22/06/14	35	23	0	12	0		P
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: NUSEG - Núcleo de Serviços Gerais

### 5.2.4. INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

#### QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL													
UG/Gestão: 200121/0001							CNPJ: 00.394.494/0116-85						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	7	0	14/2009	01.209.928/0001-43	04/01/10	03/01/15	-	-	1	1	-	-	P

2009	3	0	15/2009	00.588.541/0002-63	04/01/10	03/01/15	-	-	2	2	-	-	P
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b>					<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
<b>Área:</b>					<b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					<b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					<b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes													
12. Outras													

Fonte: NUSEG - Núcleo de Serviços Gerais

### 5.2.5. ANÁLISE CRÍTICA DOS ITENS 5.2.3 E 5.2.4

No âmbito da UJ, estão sendo mantidos apenas os contratos tidos como essenciais, cuja natureza está contida no §1º do Art. 1º do Dec. 2.271, de 07.07.1997. Atualmente, contamos com as seguintes contratações cuja execução é de forma indireta:

- Limpeza, asseio e conservação;
- Copeiragem;
- Técnico em Informática;
- Técnico em Telecomunicação;
- Vigilância e Segurança Armada.

A maior dificuldade na gestão dos contratos de terceirizados é a limitação orçamentária e financeira que vem impedindo a concessão das repactuações a tempo certo. Em função disto, temos que gerir as demandas suprimindo mão de obra para alocação de recursos para outro tipo de demanda com terceirização. Não temos tido problemas com execuções trabalhistas e tampouco interrupções na execução dos contratos, seja por falta de pagamento ou má gestão por parte das empresas contratadas.

### 5.2.6. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

#### QUADRO A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de	Quantitativo de contratos de estágio vigentes	Despesa no exercício
----------	---	----------------------

escolaridade	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
<b>1. Nível superior</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	-
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	4	5	5	5	-
<b>2. Nível Médio</b>	<b>26</b>	<b>34</b>	<b>36</b>	<b>35</b>	-
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	26	34	36	35	-
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>30</b>	<b>39</b>	<b>41</b>	<b>40</b>	<b>R\$ 175.430,35</b>

Fonte: SRH - Seção de Recursos Humanos

## 6. PARTE A – ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013

Neste item trataremos da Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário da UJ, compreendendo:

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros, destacando:

- a) a quantidade de veículos por categoria de uso e por regionalização;
- b) contextualização da relevância da frota de veículos para a execução da atividade-fim da unidade e a consecução dos objetivos estratégicos;
- c) as normas que regulamentam a gestão e o uso da frota;
- d) os critérios que norteiam a escolha pela aquisição de veículos ou locação;
- e) os custos envolvidos.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a responsabilidade da Unidade, contemplando:

- a) a estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade;
- b) a distribuição geográfica dos imóveis da União;
- c) a qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet;
- d) a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não. Neste caso, identificar o locador, a forma de contratação, os valores, e benefícios recebidos pela unidade em razão da locação e a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação; e
- e) os custos de manutenção.

### 6.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

Na análise, a UJ se posicionará, no mínimo, sobre os seguintes aspectos:

FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE PROPRIEDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

### **A) LEGISLAÇÃO QUE REGULA A CONSTITUIÇÃO E A FORMA DE UTILIZAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS.**

1. DECRETO Nº 6403 DE 17 DE MARÇO DE 2008 - Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

2. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 15 DE MAIO DE 2008 - SLTI MPOG - Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

3. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 07, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011 – DPRF - Disciplina a classificação, a identificação, o controle, o uso e a guarda dos veículos terrestres automotores no âmbito da Polícia Rodoviária Federal e dá outras providências.

4. PORTARIA Nº 09, DE 29 DE JANEIRO DE 2014 – 1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS – Dispõe sobre a classificação de viaturas e disciplina sua utilização, no âmbito desta 1ª SRPRF/GO.

### **B) IMPORTÂNCIA E IMPACTO DA FROTA DE VEÍCULOS SOBRE AS ATIVIDADES DA UJ.**

Nos termos do Artigo 144, § 2º da Constituição da República e Artigo 20, incisos II e IV, da Lei 9.503/97, compete a Polícia Rodoviária Federal (PRF) realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias federais, executando operações relacionadas com a segurança pública, visando preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros.

Impõe-se à PRF, ainda, efetuar o levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas.

Neste sentido, a viatura policial é o principal instrumento de trabalho do Policial Rodoviário Federal na consecução destes objetivos. A disponibilidade de viaturas em boas condições de segurança não só impacta na preservação da integridade física de seus servidores, mas, principalmente, na qualidade e eficiência dos serviços prestados à sociedade.

### **C) QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO OU NA RESPONSABILIDADE DA UJ, DISCRIMINADOS POR GRUPOS, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO QUE LHEM SEJA DADA PELA UJ (POR EXEMPLO, VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO, VEÍCULOS DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL ETC.), BEM COMO SUA TOTALIZAÇÃO POR GRUPO E GERAL.**

<b>GRUPO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
SERVIÇOS ESPECIAIS CARACTERIZADAS	182
SERVIÇOS ESPECIAIS DESCARACTERIZADAS	30
SERVIÇOS ESPECIAIS RESERVADAS	7
TRANSPORTE INSTITUCIONAL	2
<b>1ª SRPRF-GO</b>	<b>221</b>

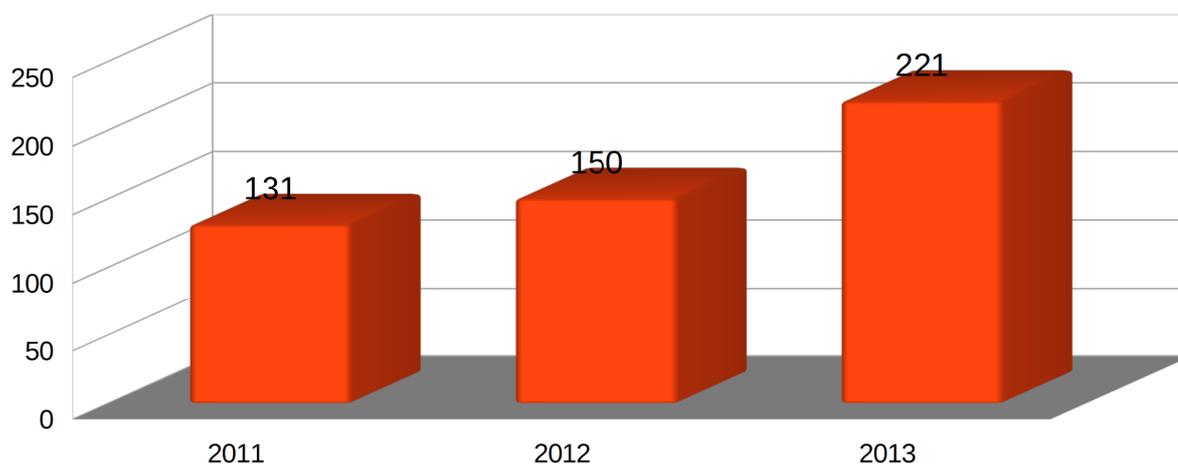
**Fonte: NUSEG – Núcleo de Serviços Gerais**

No que se refere à frota pertencente a 1.ª SRPRF/GO, em 2011 contávamos com 131 (cento e trinta e um) veículos oficiais, entre carros, motos, caminhões, vans e reboques. Em 2012, chegamos a 150 (cento e cinquenta) veículos.

Em 2013, totalizamos 221 veículos (duzentos e vinte e um veículos), o que representa um aumento 47,3% na frota de veículos oficiais. Cumpre destacar que este aumento se deve principalmente pelo recebimento de novas viaturas em razão dos grandes eventos, tais como: Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016.

A seguir, temos um gráfico que demonstra a evolução da quantidade de viaturas oficiais nos últimos três anos.

**GRÁFICO III – EVOLUÇÃO DA FROTA - 2011-2013**



**D) MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS, POR GRUPO DE VEÍCULOS, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO CONTIDA NA LETRA “C” SUPRA.**

**TABELA XVIII – INFORMAÇÕES SOBRE O USO DE VIATURAS**

GRUPO	QUANTIDADE	IDADE MÉDIA	KM RODADOS/ANO	MÉDIA KM RODADO VTR/GRUPO/ANO
SERVIÇOS ESPECIAIS CARACTERIZADAS	182	5	2.406.767	13.224
SERVIÇOS ESPECIAIS DESCARACTERIZADAS	30	7	400.479	13.349
SERVIÇOS ESPECIAIS RESERVADAS	7	8	104.139	14.877
TRANSPORTE INSTITUCIONAL	2	6	33.811	16.906
<b>1ª SRPRF-GO</b>	<b>221</b>	<b>6</b>	<b>2.945.196</b>	<b>13.327</b>

Fonte: NUSEG – Núcleo de Serviços Gerais

**E) IDADE MÉDIA DA FROTA, POR GRUPO DE VEÍCULOS.**

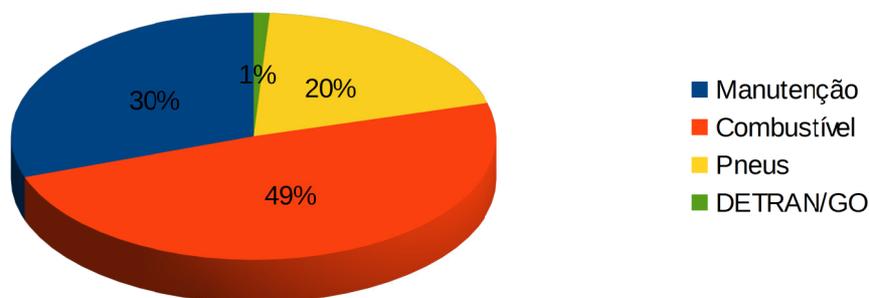
**TABELA XIX – IDADE DA FROTA**

GRUPO	QUANTIDADE	IDADE MEDIA
SERVIÇOS ESPECIAIS CARACTERIZADAS	182	5
SERVIÇOS ESPECIAIS DESCARACTERIZADAS	30	7
SERVIÇOS ESPECIAIS RESERVADAS	7	8
TRANSPORTE INSTITUCIONAL	2	6
<b>1ª SRPRF-GO</b>	<b>221</b>	<b>6</b>

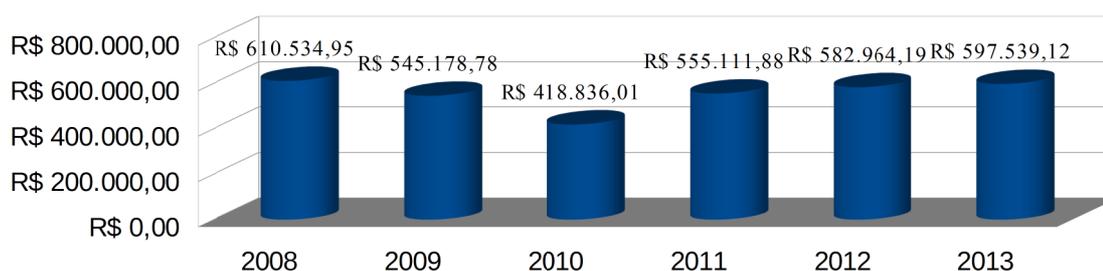
Fonte: NUSEG – Núcleo de Serviços Gerais

**F) CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA (POR EXEMPLO, GASTOS COM COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, REVISÕES PERIÓDICAS, SEGUROS OBRIGATÓRIOS, PESSOAL RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO DA FROTA, ENTRE OUTROS).**

No exercício de 2013, o total gasto na gestão da frota regional foi de R\$ 1.967.163,92 (um milhão, novecentos e sessenta e sete mil, cento e sessenta e três reais, noventa e dois centavos). Este custo, refere-se ao gasto total na gestão da frota, abrangendo valores despendidos com: combustíveis, lubrificantes, revisões periódicas, manutenções mecânicas e elétricas corretivas, aquisição de pneus, recuperação de veículos acidentados e seguro DPVAT. Deste total, o gráfico a seguir ilustra bem o fracionamento percentual de cada gasto:

**GRÁFICO IV – GASTOS COM GESTÃO DA FROTA – 2013**

A seguir, temos o gráfico da evolução dos gastos com manutenção desde 2008 até 2013.

**GRÁFICO V – GASTOS COM MANUTENÇÃO DA FROTA – 2008 – 2013**

**G) PLANO DE SUBSTITUIÇÃO DA FROTA.**

O PLANO DE SUBSTITUIÇÃO DA FROTA não cabe à UJ. Todavia, existe um planejamento anual decorrente das diretrizes do órgão central, o DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MJ. A UJ apenas repassa ao órgão central nossas necessidades em termos quantitativos e qualitativos.

**H) RAZÕES DE ESCOLHA DA AQUISIÇÃO EM DETRIMENTO DA LOCAÇÃO.**

Inicialmente, é importante destacar que a viatura policial operacional é a principal ferramenta de trabalho do policial rodoviário federal, razão pela qual apresenta características singulares em razão da atividade que exerce.

As características estabelecidas pelo Artigo 29, Inciso VII da Lei 9.503/97 (dispositivos de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitente), bem como compartimento para presos são essenciais e imprescindíveis para esta atividade. Senão por outro motivo, as viaturas policiais são classificadas como veículos especiais, o que difere do padrão dos veículos utilizados nas locações comuns. Assim, justifica-se, a aquisição em detrimento da locação dos veículos destinados ao serviço operacional.

Por fim, vale ressaltar que os critérios técnicos que justificam a escolha da aquisição em detrimento da locação são definidos por meio da Coordenação Geral de Administração do DPRF. Os editais de licitação para aquisição dos veículos são analisados pela Advocacia - Geral da União e o procedimento licitatório é analisado pela Controladoria Geral da União.

**I) ESTRUTURA DE CONTROLES DE QUE A UJ DISPÕE PARA ASSEGURAR UMA PRESTAÇÃO EFICIENTE E ECONÔMICA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE.**

O controle e gestão da frota é realizada pelo Núcleo de Serviços Gerais, subordinado a Seção Administrativa e Financeira, com atribuições regimentais específicas, tais como: manter atualizada a documentação de veículos, promover e acompanhar a manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição.

Neste passo, o NUSEG/GO dispõe de 04 (quatro) contratos administrativos vigentes e celebrados com empresas especializadas na manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores, conforme abaixo:

Contrato 017/2010 – CEVEL VEÍCULOS LTDA.

Contrato 018/2010 – VOAR MOTOS LTDA.

Contrato 022/2010 - CICAL VEÍCULOS.

Contrato 042/2012 – TICKET SERVIÇOS S/A.

Assim, a frota regional conta com processo próprio de manutenção e fiscais para os respectivos contratos, cujo trabalho visa garantir que estes veículos permaneçam em boas

condições de segurança e trafegabilidade.

Com relação à **FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES A SERVIÇO DA UJ, MAS CONTRATADA DE TERCEIROS**, informo que não houve ocorrências no exercício de 2013.

## 6.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

O objetivo específico deste tópico é analisar a gestão dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ classificados como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locados de terceiros.

### 6.2.1. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

#### QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	<b>UF GO</b>	<b>18</b>	<b>18</b>
	Anápolis	1	1
	Catalão	1	1
	Goiânia	7	7
	Hidrolândia	1	1
	Itumbiara	1	1
	Jataí	1	1
	Morrinhos	1	1
	Porangatu	2	2
	Rio Verde	1	1
	São Simão	1	1
	Uruaçu	1	1
<b>Total (Brasil)</b>		<b>18</b>	<b>18</b>

Fonte: NUPAT - Núcleo de Patrimônio e Material

A Sede da 1ª SRPRF/GO, Delegacias Regionais e Postos Policiais da PRF no Estado de Goiás são do Patrimônio da União. Os 03 (três) postos abaixo foram cedidos (sem ônus) pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, consoante o Acordo de Cooperação nº 151 – 2013, publicado no DOU – 3 – página 74, de 02.01.2014.

- 1) Posto PRF Guapó – BR 060 - Km 184, Guapó;
- 2) Posto PRF Jaraguá – BR 153 - Km 362,2, Jaraguá;
- 3) Posto PRF Santa Rita do Araguaia – BR 364 - Km 382, Santa Rita do

Araguaia.

### 6.2.2. DISTRIBUIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

#### QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200121	9221.00026.500-9	21	Regular	R\$ 1.152.153,41	AGO/2013	R\$ 1.152.153,41	-	R\$ 32.448,58
200121	9301.00012.500-4	21	Regular	R\$ 501.108,67	AGO/2013	R\$ 606.262,61	-	-
200121	9373.00214.500-0	21	Regular	R\$ 439.212,57	AGO/2013	R\$ 439.212,57	-	-
200121	9373.00207.500-1	21	Regular	R\$ 56.258,95	AGO/2013	R\$ 56.258,95	-	-
200121	9373.00081.500-8	21	Regular	R\$ 93.235,96	AGO/2013	R\$ 93.235,96	-	-
200121	9373.00208.500-7	21	Regular	R\$ 168.232,23	AGO/2013	R\$ 168.232,23	-	-
200121	9373.00083.500-9	21	Regular	R\$ 2.430.498,32	AGO/2013	R\$ 2.430.498,32	-	-
200121	9373.00085.500-0	21	Regular	R\$ 2.084.637,57	AGO/2013	R\$ 2.084.637,57	-	-
200121	9373.00412.500-6	21	Regular	R\$ 1.200.000,00	AGO/2013	R\$ 1.200.000,00	-	-
200121	9389.00002.500-3	21	Regular	R\$ 150.961,73	AGO/2013	R\$ 150.961,73	-	-
200121	9425.00006.500-5	21	Regular	R\$ 1.335.850,89	AGO/2013	R\$ 1.221.866,63	-	R\$ 39.543,37
200121	9433.00015.500-5	21	Regular	R\$ 849.538,04	AGO/2013	R\$ 849.538,04	-	-
200121	9473.00042.500-1	21	Regular	R\$ 451.495,85	AGO/2013	R\$ 451.495,85	-	-
200121	9555.00003.500-7	21	Regular	R\$ 1.042.145,11	AGO/2013	R\$ 1.042.145,11	-	-
200121	9555.00013.500-1	21	Regular	R\$ 380.964,92	AGO/2013	R\$ 380.964,92	-	-
200121	9571.00011.500-2	21	Regular	R\$ 228.612,57	AGO/2013	R\$ 228.612,57	-	-
200121	9605.00001.500-6	21	Regular	R\$ 841.787,21	AGO/2013	R\$ 841.787,21	-	R\$ 30.998,24
200121	9633.00021.500-0	21	Regular	R\$ 405.717,37	AGO/2013	R\$ 405.717,37	-	-
<b>Total</b>							-	<b>R\$ 102.990,19</b>

Fonte: NUPAT - Núcleo de Patrimônio e Material

Com relação à gestão dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ, informamos que não possuímos estes bens fora do Patrimônio da União em decorrência da existência de algum impedimento para regularização.

### 6.2.3. DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

Não houve ocorrências em 2013.

### 6.3. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

Não houve ocorrências em 2013.

## 7. PARTE A – ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013

Este tópico visa evidenciar a forma de condução da gestão da tecnologia da informação pela UJ, principalmente em relação à estrutura de governança e às estratégias de mitigação de riscos relacionados às atividades de TI.

### 7.1. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Não se aplica à UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.7.1. Toda a gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC é feita pela Alta Administração da UJ, localizada em Brasília/DF. A UJ apenas cumpre com as diretrizes impostas pelo órgão central.

### 7.2. ANÁLISE CRÍTICA

Dentro da Gestão da Tecnologia da Informação, a Estrutura de Governança, o desempenho institucional, o Plano Diretor de TI, a gestão e segurança da informação, contratação de bens e serviços e os serviços disponibilizados ao cidadão, são ações emanadas do órgão central, qual seja, o DEPARTAMENTO DE POLÍCIA Rodoviária FEDERAL/DPRF/MJ, cabendo à UJ apenas o cumprimento das metas e diretrizes estipuladas em âmbito regional, não nos permitindo realizar uma análise crítica.

## 8. PARTE A – ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013

Verificar se as aquisições de bens/produtos e contratação de obras e serviços da unidade são baseadas em critérios de sustentabilidade ambiental nos respectivos processos licitatórios, bem como se a UJ tem adotado medidas que estimulem o uso racional dos recursos, tais como: a redução do consumo de papel, energia elétrica e água, bem como de separação de resíduos recicláveis descartados.

### 8.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

#### QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Z Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			X		

4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i> ), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Z Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Z Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Z Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?				X	
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Z Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o Art. 16 do Decreto 7.746/2012. Z Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.			X		
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
<b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
<b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
<b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
<b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
<b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: SAF - Seção Administrativa e Financeira

A Unidade Jurisdicionada, na realização de licitações, tem procurado optar por exigências permitidas e exigidas por Lei com relação ao que segue:

**TABELA XX – TIPOS DE CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL**

TIPO DE CONTRATAÇÃO	EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS
Manutenção da Frota	a) Licenças Ambientais; b) Destinação adequada para resíduos sólidos (óleos lubrificantes e peças);
Aquisição de Papel A4	a) Que o papel seja de origem reciclada.
Obras e/ou Manutenções Prediais	a) Impacto Ambiental; b) Destinação adequada para resíduos sólidos resultantes das obras.
Mobiliário	a) Que a madeira seja oriunda de reflorestamento.

Fonte: SAF - Seção Administrativa e Financeira

## 8.2. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

**QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA**

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Não houve ocorrências no exercício.		-		-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
<b>Papel</b>	4500 resmas	1700 resmas	1500 resmas	R\$ 45.900,00	R\$17.935,00	R\$ 11.865,00
<b>Água</b>	4.665m3	4.705m3	5.584m3	R\$42.429,19	R\$40.437,46	R\$46.297,87
<b>Energia Elétrica</b>	286.243,30kwh	331.364,05kwh	297.887,44kw	R\$348.575,74	R\$370.832,65	R\$332.051,35
<b>Total</b>				R\$ 436.904,93	R\$ 429.205,11	R\$ 390.214,22

Fonte: NUSEG - Núcleo de Serviços Gerais

A UJ não possui nenhuma política para estimular o uso racional dos recursos, como papel, água e energia elétrica, bem como não participa de nenhum programa de gestão da sustentabilidade ambiental. Todavia, existem algumas orientações de praxe que são seguidas quanto a:

- Desligamento de equipamentos de ar-condicionado;
- Desligamento de interruptores de energia quando não há permanência de servidores no local, em horários de almoço e após o expediente;
- Desligamento de aparelhos elétricos após o expediente, tais como impressoras multifuncionais, computadores, etc.

**9. PARTE A – ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013**

O objetivo do tópico é conhecer as providências adotadas pela UJ para dar cumprimento às deliberações exaradas em acórdãos do TCU, às recomendações feitas pelo órgão de controle interno (OCI) ou pela unidade de auditoria interna, bem como levantar informações sobre o cumprimento das obrigações constantes das Leis nº 8.730/1993 e 12.708/2012, além das medidas administrativas adotadas pela UJ para apuração de dano ao erário.

**9.1. TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU**

O objetivo é conhecer as providências adotadas pelas UJ para dar cumprimento às deliberações exaradas em acórdãos do TCU.

**9.1.1. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO**

Não houve ocorrências no exercício de 2013, motivo do não preenchimento do Quadro A.9.1.1.

**9.1.2. DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO**

Não houve ocorrências no exercício de 2013, motivo do não preenchimento do Quadro A.9.1.2.

**9.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI**

O objetivo do tópico é o de conhecer as providências adotadas pelas UJ para dar tratamento às recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno - OCI a que a unidade jurisdicionada se vincula.

**9.2.1. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO ATENDIDAS NO EXERCÍCIO****QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA Rodoviária Federal em Goiás			002820
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	RA Nº 201306093	2.11	SA ° 201306093/005
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código

	<b>SIORG</b>
1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS	002820
<b>Descrição da Recomendação</b>	
Elaborar anualmente e tempestivamente o Inventário de Bens Móveis da 1ª SRPRF/GO.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Núcleo de Patrimônio e Material	010643
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
<p>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL 1ª SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL</p> <p>Memorando nº 048/2013/SAF/1ª SR/DPRF/MJ</p> <p style="text-align: right;">Goiânia/GO, 15 de Abril de 2013.</p> <p>Ao Senhor Rogério Picanço Banhos Coordenador de Equipe de Auditoria</p> <p>Assunto: SA Nº 201306093-011, de 12/04/2013 – Inventário de Bens Móveis da 1ª SRPRF/GO.</p> <p style="text-align: center;">Prezado Senhor,</p> <p>1. Em função da SA nº 201306093-011, de 12.04.2013, esclareço que a 1ª SRPRF/GO possui 02 (dois) procedimentos autuados sob os números 08662002307/2011-24 e 08662001256/2012-02, conforme cópias anexas, tratando o primeiro processo do Inventário de Bens Móveis de 2011, cujo o resultado dos trabalhos culminou com a autuação do segundo processo visando o desfazimento dos bens considerados inservíveis, ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis.</p> <p>2. Todavia, os trabalhos inerentes ao desfazimento destes bens encontram-se paralisados temporariamente, conforme informações constantes do Memorando nº 043/2013/SAF/1ª SR/DPRF/MJ, de 10.04.2013 remetido à V. Sª.</p> <p>3. Acreditamos que no início do próximo mês, com o retorno dos dois servidores a serviço do DPRF/MJ os trabalhos serão reiniciados e finalizados. A respeito do desfazimento dos bens móveis, todos os materiais já foram classificados, catalogados e separados, ou seja, praticamente a metade dos trabalhos estão finalizados, faltando apenas complementá-los com o procedimento de desfazimento.</p> <p>4. Para o Inventário Patrimonial de Bens Móveis e Imóveis de 2013, todos os procedimentos foram iniciados conforme documentação em vosso poder.</p> <p style="text-align: center;">Atenciosamente,</p> <p style="text-align: center;">MARCELO GOMES MARTINS Chefe da Seção Administrativa e Financeira</p>	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
O Inventário de Bens Móveis da UJ encontra-se completamente executado pelo Núcleo de Patrimônio e Material, conforme documentação em vosso poder.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
Embora a UJ tenha logrado êxito na conclusão do Inventário de Bens Móveis, os principais fatores que prejudicaram a adoção das providências necessárias foi a escassez de mão de obra qualificada, aliada ao fato do grande número de convocações do servidor detentor da FG do Núcleo de Patrimônio e Material da 1ª SRPRF/GO. Como os trabalhos são feitos, em vários momentos, por uma comissão composta por 3 (três) membros, houve períodos em que um ou outro estavam convocados pelo órgão central para desempenho de outras missões, prejudicando a condução dos trabalhos.	

Fonte: SAF - Seção Administrativa e Financeira

### 9.2.2. RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Não houve ocorrências no exercício de 2013.

### 9.3. INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A UJ não possui em seu organograma uma área encarregada especificamente da atuação da Unidade de Auditoria Interna. Esta estruturação se encontra presente no âmbito do Ministério da Justiça, por intermédio da Assessoria Especial de Controle Interno – AECI/MJ. Esta UJ não possui um Sistema de Controle Interno. Tal controle encontra-se estruturado no âmbito do DPRF/MJ, a qual esta UJ é subordinada. O DPRF/MJ criou o Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização – GAAF, que tem acompanhado as demandas oriundas do TCU e CGU, ainda que de forma incipiente e não concentrada, encaminhando às UJs as demandas referentes a seus atos de gestão internos.

Cabe ressaltar que a Direção do DPRF/MJ, em Brasília, nossa Alta Gerência, tem não tem poupado esforços no sentido de dotar a instituição de uma área de assessoramento de controle interno, conforme projeto de reestruturação do DPRF/MJ, cujas tratativas encontravam-se em análise na Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para posterior encaminhado à Casa Civil da Presidência da República.

### 9.4. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93

O objetivo deste tópico é o de obter informações quantitativas e qualitativas sobre o acompanhamento, pelas unidades jurisdicionadas (UJ), das obrigações referentes à entrega da declaração de bens e rendas (DBR) por autoridades, servidores e empregados públicos relacionados no Art. 1º da Lei nº 8.730/93.

#### 9.4.1. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI Nº 8.730/93

##### QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	1	-	-
	Entregaram a DBR	1	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	32	-	-
	Entregaram a DBR	32	-	-

Fonte: SAF - Seção Administrativa e Financeira

#### **9.4.2. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES**

Segundo os registros de recebimento da DBR existentes nesta UJ, todos os servidores obrigados a entregar da mesma no exercício de 2013, cabendo a execução da atividade de recebimento dos formulários à SRH/1ª SRPRF/GO. O trato com a informação de entrega das declarações de bens dos servidores da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encontra-se a cargo da Coordenação-Geral de Recursos Humanos, que criou um formulário nominado "Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física", encaminhado aos servidores.

Toda a documentação através da impressão da declaração, incluindo o recibo de envio, com os arquivos digitais da declaração e do recibo são gravados por meio digital e arquivados, conforme Estatuto dos Servidores Públicos aplicado à PRF.

#### **9.5. MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO**

Não houve ocorrências no exercício de 2013.

#### **9.6. ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV**

A finalidade do tópico é a de obter dos gestores responsáveis a declaração de que a totalidade dos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres tem seus dados inseridos e atualizados nos bancos de dados dos Sistemas Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e de Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, nos termos da Lei nº 12.465/2011. O Quadro A.9.6 que contém a DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV encontra-se disponibilizada no ANEXO I.

#### **10. PARTE A – ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013**

O objetivo do tópico é o de identificar a existência de estruturas na UJ que garantam canal de comunicação do cidadão com a unidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, bem como de mecanismos ou procedimentos que permitam verificar a percepção da sociedade sobre os serviços prestados pela unidade.

O órgão central da UJ disponibiliza no site [www.prf.gov.br](http://www.prf.gov.br) > Ouvidoria um canal para que os usuários das rodovias federais possam apresentar sugestões e até mesmo denúncias. No caso das denúncias, a mesma será recebida pela Corregedoria – Geral com total sigilo e será devidamente investigada mediante os instrumentos próprios e adequados.

No âmbito regional, a UJ não possui mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão. De igual forma, a UJ não realiza pesquisas de opinião com os cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão. Todavia, no âmbito do nosso órgão central, existe no site [www.prf.gov.br](http://www.prf.gov.br) > Serviços a Comunidade e Pesquisa de Satisfação, podendo ser acessado de qualquer parte do território nacional

**11. PARTE A – ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013**

O objetivo do tópico é o de levantar informações quanto à elaboração e à fidedignidade das informações contidas nas demonstrações contábeis elaboradas pelas UJ, bem como acompanhar a implementação dos novos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

**11.1. MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO**

Não houve ocorrência no exercício de 2013. No âmbito da UJ, a Secretaria de Patrimônio da União – SPU/GO realiza nossas avaliações dos Bens Imóveis da União, todavia, o Núcleo de Patrimônio e Material da UJ desconhece se os servidores desta Secretaria, ao realizar suas avaliações em anos anteriores, adotaram ou não as normas de contabilidade aplicáveis (NBC T 16.9 e NBC T 16.10).

A UJ não possui servidores capacitados na área e tampouco uma área gerenciada por servidores contadores. A Setorial de Contabilidade, no âmbito de nosso órgão central e UJ subordinadas, concentra-se junto ao edifício-sede do Ministério da Justiça em Brasília.

**11.2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Esta declaração visa evidenciar a responsabilidade do Contador quanto ao registro, análise e elaboração das demonstrações contábeis da Unidade Jurisdicionada.

**11.2.1. DECLARAÇÃO PLENA**

Não houve ocorrências no exercício de 2013.

**11.2.2. DECLARAÇÃO COM RESSALVA**

O Quadro A.11.2.2 que contém a DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UJ encontra-se no ANEXO II.

**11.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008**

Não se aplica.

**11.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976**

Não se aplica.

**11.5. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS**

Não se aplica.

**11.5.1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL COMO INVESTIDA**

Não se aplica, motivo pelo não preenchimento do Quadro A.11.5.1.

**11.5.2. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA UJ COMO INVESTIDORA**

Não se aplica, motivo pelo não preenchimento do Quadro A.11.5.2.

**11.6. RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE**

Não houve ocorrências no exercício de 2013.

**12. PARTE A – ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013****12.1. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ**

Este tópico se destina a colher informações que o gestor considerou relevantes e que não estão contempladas nos itens e subitens anteriores deste Relatório de Gestão.

**12.1.1. REGISTRO DE ACIDENTES, MORTOS E FERIDOS DURANTE O EXERCÍCIO**

Resumidamente, o Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária atua de forma a coordenar, planejar, orientar e executar as atividades de saúde ao longo das rodovias federais. Mesmo com atribuições extensas, um fato que ainda prejudicou substancialmente o bom desempenho do planejamento das atividades de saúde foi o baixo efetivo de policiais rodoviários federais, mesmo com concursos anuais para provimento de seus quadros.

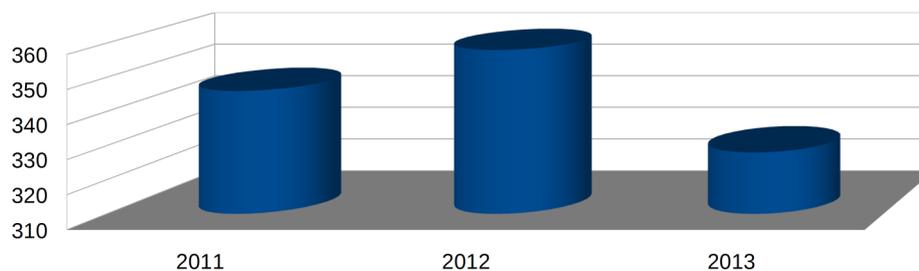
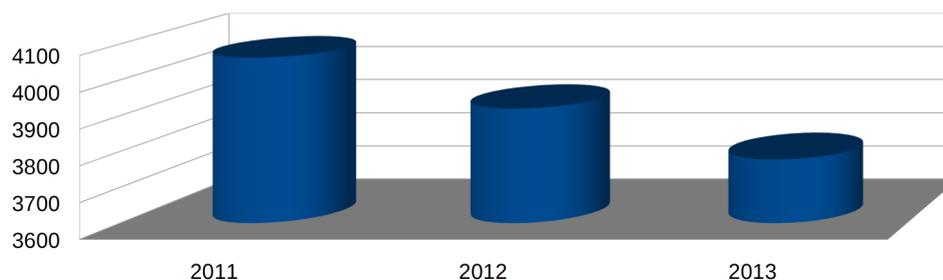
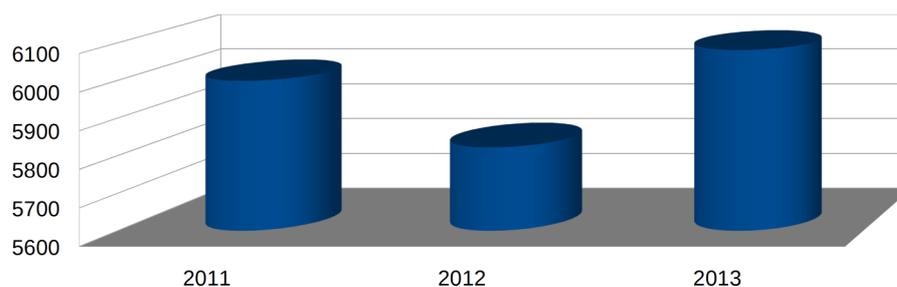
O que tem contribuído ainda para o bom desempenho da Polícia Rodoviária Federal no cumprimento da atividade-fim, além da intensificação de sua presença ostensiva nas rodovias, são os trabalhos de conscientização e educação para o trânsito, desenvolvidos junto às instituições de ensino e às empresas privadas no ramo de transporte de pessoas e de cargas, bens e valores, através das constantes palestras e seminários sobre segurança no trânsito intuito de conscientizar a população sobre sua responsabilidade no trânsito.

A intensificação dos comandos nos feriados prolongados com o apoio do efetivo da sede da 1ª SRPRF/GO e o bom trabalho da mídia regional, tem realmente colaborado com a diminuição do índice de acidente, mortos e feridos nas rodovias do estado de Goiás. Outro fator que continua contribuindo na queda do índice de acidente foi a colocação dos radares eletrônicos ao longo dos perímetros urbanos e nos pontos negros das rodovias federais/GO.

**TABELA XXI – DEMONSTRATIVO DOS ACIDENTES – 2011 – 2013**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>Variação (%): 2012/2013</b>
ACIDENTES REGISTRADOS	5999	5822	6081	<b>4,45</b>
MORTOS	346	358	328	<b>-8,38</b>
FERIDOS GRAVES/LEVES	4062	3920	3778	<b>-3,62</b>
ACIDENTES SEM VÍTIMAS	3378	3214	3505	<b>9,05</b>
ACIDENTES COM VÍTIMAS	2362	2545	2251	<b>-11,55</b>
ACIDENTES COM MORTOS	259	270	257	<b>-4,81</b>
VEÍCULOS ENVOLVIDOS	9427	9912	10498	<b>5,91</b>
OCUPANTES ENVOLVIDOS	10508	12806	13748	<b>7,35</b>

Fonte: NURAM - Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária

**GRÁFICO VI - NÚMERO DE MORTOS – 2011 - 2013****GRÁFICO VII - NÚMERO DE FERIDOS – 2011 - 2013****GRÁFICO VIII - NÚMERO DE ACIDENTES REGISTRADOS – 2011 - 2013**

**TABELA XXII - DETALHAMENTO DOS ACIDENTES – 2013**

TIPOS DE ACIDENTE		TRAÇADO DA VIA		DADOS DOS CONDUTORES	
Colisão Traseira	1779	Reta	4786	Masculino	5790
Colisão Lateral	1018	Curva	1018	Feminino	1751
Colisão Frontal	204	Cruzamento	277	Não Identificado	386
Colisão Transversal	483	Não Definido	-	<b>TOTAL</b>	<b>7927</b>
Colisão c/ Objeto Fixo	236	<b>TOTAL</b>	<b>6081</b>	<b>DADOS DAS VÍTIMAS</b>	
Colisão c/ Bicicleta	25	<b>TIPOS DE VEÍCULOS</b>		<b>MORTOS – SEXO</b>	
Atropelamento de Pessoa	92	Bicicleta	34	Masculino	250
Atropelamento de Animal	104	Motoneta	114	Feminino	76
Tombamento	166	Motocicleta	736	Não informado	2
Capotamento	293	Ciclomotor	20	<b>TOTAL</b>	<b>328</b>
Incêndio	46	Automóvel	3786	<b>MORTOS – CONDIÇÃO</b>	
Saída de Pista	1329	Camionetes	1059	Condutor	190
Danos Eventuais	25	Micro ônibus	25	Passageiro	105
Colisão c/ Objeto Móvel	56	Ônibus	211	Pedestre	33
Queda de Motocicleta	203	Caminhão	1142	Outros	-
Derramamento de Carga	22	Reboque/Semirreboque	10	<b>TOTAL</b>	<b>328</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6081</b>	Caminhão Trator	1448	<b>FASES DO DIA</b>	
<b>FATORES CONTRIBUENTES</b>		Tração Animal	3	Amanhecer	350
Velocidade Incompatível	448	Máquina Agrícola	8	Pleno Dia	3784
Ultrapassagem Indevida	197	Não Identificado	70	Anoitecer	440
Ingestão de Álcool	257	outros	327	Noite	1507
Desobediência à Sinalização	216	<b>TOTAL</b>	<b>8993</b>	Não Informado	-
efeito Mecânico no Veículo	341			<b>TOTAL</b>	<b>6081</b>
				<b>RESUMO</b>	
Defeito na Via	139	Bom	3953	<b>Total de Acidentes s/ Vítimas</b>	<b>3505</b>
Animais na Pista	113	Sol	769	<b>Total de Acidentes c/ Feridos</b>	<b>2251</b>
Falta de Atenção	1797	Nevoeiro/Neblina	18	<b>Total de Acidentes c/ Mortos</b>	<b>257</b>
Dormindo	173	Chuva	1141	<b>Total de Acidentes</b>	<b>6081</b>
Distancia de Segmento	764	Vento	14	<b>Total de Veículos Envolvidos</b>	<b>10498</b>
Outras	1636	Nublado	850	<b>Total de Feridos</b>	<b>3778</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6081</b>	Céu Claro	3184	<b>Total de Mortos</b>	<b>328</b>
<b>NURAM/1ª SRPRF/GO</b>		Ignorado	103	<b>Total de Ilesos</b>	<b>9111</b>
		Granizo	1	<b>Total Ocupantes Envolvidos</b>	<b>13748</b>
		<b>TOTAL</b>	<b>6081</b>		

Fonte: NURAM - Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária

**12.1.2. DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO REALIZADAS PELA UJ DURANTE O EXERCÍCIO**

Em 2013 foram realizadas 17 (dezesete) despesas nas modalidades Dispensa e

Inexigibilidade de Licitação. No exercício de 2012 foram realizadas 16 (dezesesseis) destas despesas, ou seja, manteve-se estável a realização destas modalidades de despesa. Ainda que sejam despesas que representam a exceção e não uma regra de contratação, devendo ser evitada ao máximo, a UJ tem adotado sempre a realização do Pregão Eletrônico.

Outra forma de despesa que temos utilizado bastante para aquisição de materiais, uma vez que para serviços ainda não há como operacionalizá-la, é a Cotação Eletrônica, instituída pela Portaria nº 306, de 13.12.01.

Para exemplificar os casos de dispensa e inexigibilidade, citamos o fornecimento de energia elétrica, saneamento básico, publicação de matérias junto ao Diário Oficial da União, licenciamento anual de veículos oficiais, aferição de equipamentos pelo INMETRO (radares, bafômetros e balanças de pesagem), serviços executados com exclusividade por estatais que detêm sua concessão e empresas privadas que detêm a exclusividade por meio de declarações registradas em juntas comerciais e congêneres. Abaixo segue a relação de todas as dispensas e inexigibilidade de licitação realizadas em 2013 pela UJ.

**TABELA XXIII - DISPENSAS DE LICITAÇÃO – 2013**

Nº	PROCESSO	FORNECEDOR - ASSUNTO	CNPJ	VALOR
001/2013	08662000219/2013-50	Hidrovale Ltda - Manutenção do poço tubular profundo do Posto PRF de São Simão, incluindo conserto de bomba d'água e quadro de comando.	09.462.196/0001-00	R\$ 3.034,13
002/2013	0866200100/2013-02	Raffas Ind e Com Ltda – Confecção de 175 pastas de couro sintético para acondicionamento de documentos e itens vinculados às viaturas pertencentes.	13.378.708/0001-22	R\$ 4.637,50
003/2013	08662004762/2013-26	A Patrícia Silva Delgado – ME	15.399.698/0001-37	R\$ 3.021,50
004/2013	08662000192/2011-33	CELG – Centrais Elétricas de Goiás.	04.543.032/0001-04	R\$ 452.092,78
005/2013	08662000252/2013-80	I9 Tecnologia e Serviços Ltda – Manutenção da estrutura de segurança orgânica da sede da 1ª SRPRF/GO.	13.484.022/0001-16	R\$ 5.747,00
006/2013	08662001481/2013-11	Vaz & Alvino Limpa Fossa Ltda – ME – Empresa especializada na limpeza de fossa séptica localizada no Posto PRF de Abadia de Goiás.	12.367.503/0001-89	R\$ 300,00
007/2013	08662002715/2013-48	Motris – Prestação de Serviços ao Trânsito e Transporte em Geral	04.236.274/0001-35	R\$ 1.350,00
007/2013	08662004762/2013-26	A Patrícia Silva Delgado – ME	15.399.698/0001-37	R\$ 3.021,50
008/2013	08662002976/2013-68	Chaveiro Bougainville Ltda – Contatação de empresa para fornecimento de carimbos, chaves, cadeados, cartões de visita e encadernações para uso da 1ª SRPRF/GO.	05.444.743/0001-74	R\$ 7.800,00
009/2013	Não ocorreu.			
010/2013	Não ocorreu.			
011/2013	08662005353/2013-47	Oliveira Ind e Com de Ferragens Porangatu Ltda – Fornecimento de equipamento bombeador, com instalação no posto PRF de Porangatu, reestabelecendo o fornecimento de água potável no local.	07.090.469/0001-08	R\$ 2.993,00
012/2013	Não ocorreu.			

013/2013	08662005570/2013-37	Global Balanças Ltda – ME – Conserto de Balança de Pesagem instalada no Posto PRF de Jaraguá, com a substituição do equipamento indicador de peso digital.	11.16.3.117/0001-02	R\$ 5.700,00
014/2013	08662001109/2013-13	RDR Engenharia Ltda – Elaboração de Projeto Elétrico da Rede Rural para a extensão da rede de energia existente a fim de atender ao funcionamento da futura Base Operacional e Delegacia PRF de Anápolis.	04.392.415/0001-09	R\$ 4.300,00
015/2013	Não ocorreu.			
016/2013	08662003642/2013-10	FAMA – Fraternidade e Assistência a Menores Aprendizizes – Aquisição de 20.000 envelopes em papel ofício e 15.000 envelopes tipo “saco” para atendimento das necessidades do Núcleo de Documentação (protocolo), referente aos serviços de envio de correspondências via correio.	01.571.471/0001-99	R\$ 3.365,50
017/2013	Não ocorreu.			
018/2013	08662007282/2013-17	A.A. Centro – Oeste Transportes Armazenagem e Locação de Veículos Ltda – ME – Serviço de mudança residencial para atender a transferências do servidor Iris Fernando da Silva da sede da 1ª SRPRF/GO.	09.471.261/0001-64	R\$ 4.780,00
019/2013	Não ocorreu.			
020/2013	08662007382/2013-43	Orbitel Telecomunicações e Informática Ltda – Aquisição de equipamentos para a implantação de enlaces de dados, via rádio digital ponto a ponto, visando a adequação do sistema de telecomunicações e possibilitando o escoamento do tráfego de dados e informações de Unidade Operacional da 1ª SRPRF/GO.	37.168.895/0001-88	R\$ 7.790,90

Fonte: SAF - Seção Administrativa e Financeira

#### TABELA XXIV - INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO – 2013

Nº	PROCESSO	FORNECEDOR – ASSUNTO	CNPJ	VALOR
001/2013	08662000191/2011-99	SANEAGO S.A – Fornecimento de Água Tratada e Esgoto	01.616.929/0001-02	R\$ 48.524,95
002/2013	08662007845/2012-96	LT COMERCIAL LTDA – Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos controladores de velocidade do tipo estáticos, bem como em ministrar curso de capacitação para utilização dos equipamentos, da marca Lasertech, modelo Marksman Ultralyte, pertencentes a 1ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal de Goiás – 1ª SRPRF/GO.	04.463.885/0001-16	R\$ 65.805,00
003/2013	08662004534/2010-11	IMPrensa NACIONAL – Publicação de matérias oficiais de interesse da 1ª SRPRF/GO junto ao DOU – Seções 1, 2 e 3.	04.196.645/0001-00	R\$ 42.315,45
004/2013	08662007768/2013-55	J CÂMARA & IRMAÕS S.A – Assinatura anual de um jornal de grande circulação no Estado de Goiás.	01.536.754/0001-23	R\$ 478,80

Fonte: SAF - Seção Administrativa e Financeira

#### 12.1.3. CONTRATOS CELEBRADOS PELA UJ NO EXERCÍCIO

No exercício de 2013 foram celebrados 39 (trinta e nove) contratos administrativos, originados de Pregões Eletrônicos deflagrados pela UJ ou por participação ou adesão a Pre-

gões Eletrônicos deflagrados por outros órgãos que integram a Administração Pública Federal, conforme detalhamento a seguir:

**TABELA XXV - CONTRATOS CELEBRADOS PELA UJ**

<b>Nº DO CONTRATO</b>	<b>OBJETO</b>	<b>CONTRATADA</b>	<b>VALOR GLOBAL</b>
001/2013	Contratação de Concessionária ou Empresa Autorizada, em regime de empreitada por preço unitário, para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), modalidade LONGA DISTÂNCIA NACIONAL - LDN, Intra - Regional e Inter - Regional, em chamadas originadas a partir de Estações Fixas das Bases Operacionais da 1ª SRPRF/GO.	COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL – ALGAR TELECOM	R\$ 24.441,48
002/2013	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de Agenciamento de Viagens, visando aquisição de passagens aéreas nacionais e internacionais, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagem, para a 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal e demais órgãos participantes, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I.	CONDOR TURISMO LTDA	R\$ 172.963,80
003/2013	Contratação de empresa especializada na recuperação de veículos acidentados, de propriedade da 1ª SUP DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL em Goiás.	IDEAUTO VEÍCULOS LTDA	R\$ 18.668,00
004/2013	Contrato tem como objeto a aquisição de <b>suprimentos de etilômetros</b> , visando atender às necessidades da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos.	RIBCO DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA – ME	R\$ 51.841,00
005/2013	Contratação da empresa LT COMERCIAL LTDA, inscrita no C.N.P.J sob o nº 04.463.885/0001-16, especializada na prestação de serviços de manutenção continuada preventiva e corretiva dos equipamentos denominados controladores de velocidade do tipo estáticos, bem como em ministrar curso de capacitação para utilização dos equipamentos, da marca Lasertech, modelo Marksman Ultralyte, pertencentes a 1ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal de Goiás – 1ª SRPRF/GO, e ainda aos equipamentos que venham a ser acrescidos ou substituídos à atual quantidade.	LT COMERCIAL LTDA	R\$ 65.805,00
006/2013	Contratação de empresa especializada para a confecção e o fornecimento de uniforme (bonês), sob demanda, para a 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, conforme especificações do Termo de Referência.	BRD INDUSTRIAL E COMERCIAL DE ARTIGOS MANUFATURADOS LTDA	R\$ 128.000,00
007/2013	O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de cópias de chaves, cadeados, fechaduras, abertura de fechaduras, troca de segredos, fornecimento de carimbos, encadernação e cartões de visita, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no PROJETO BÁSICO	CHAVEIRO BOUGAINVILLE LTDA	R\$ 7.800,00
008/2013	O objeto do presente instrumento e a contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de estruturas verticais autoportantes para radiocomunicação, com sistema de proteção de descargas atmosféricas e sistema de iluminação/balizamento, conforme especificações constantes no Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2012.	ALKCOM INDUSTRIAL LTDA	R\$ 87.000,00
009/2013	O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na execução dos serviços visando a Reforma e Adequação de Unidade(s) Operacional(is) de propriedade da 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.	MARCUS ENGENHARIA LTDA - ME	R\$ 237.298,95
010/2013	Contratação de empresa especializada para Elaboração dos Projetos Executivos de Arquitetura e Engenharia necessários às obras de construção da nova Base Operacional de Anápolis e da Sede Administrativa da 2ª Delegacia da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Goiás, no município de Anápolis, dotando de infraestrutura adequada de funcionamento e labore dos servidores administrativos bem como o atendimento ao público e usuários portadores de necessidades especiais, de acordo com as especificações	ETEC ENGENHARIA LTDA – EPP	R\$ 30.300,00

	técnicas e detalhamentos consignados neste documento e seus anexos, fornecendo os elementos necessários para posterior contratação de empresa para a execução das obras.		
011/2013	O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.	TOTAL – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA	R\$ 1.300,85
012/2013	O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.	MAXIMUM COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	R\$ 602,00
013/2013	O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.	DANIELA TULER SANTOS DE OLIVEIRA - ME	R\$ 1.793,92
014/2013	O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.	DIEGO RODRIGUES GARCIA – FERRAMENTAS - ME	R\$ 5.685,00
015/2013	O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.	MICROSENS LTDA	R\$ 2.330,00
016/2013	O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.	SP COMERCIAL ELETROELETRÔNICOS LTDA	R\$ 969,95
017/2013	O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.	TECK SHOCK COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EIRELI	R\$ 899,50
018/2013	O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.	VIPRE COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA	R\$ 22.519,00
019/2013	O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.	DMX6 COMERCIAL LTDA	R\$ 2.090,00
020/2013	O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.	IDEAL DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 3.859,98
021/2013	O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.	JOVIC COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA	R\$ 948,90
022/2013	Contratação de serviços de Leiloeiro Oficial para a administrar e operacionalizar a venda em leilão público de veículos recuperáveis e irrecuperáveis, recolhidos em virtude de abandono, retenção ou remoção pela 1ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Goiás, que será prestado nas condições estabelecidas no ANEXO I - Projeto Básico.	Ivana Abranches Jordão Costa	5% - Taxa de Comissão de Leiloeiro – a ser retido sobre o valor de cada Lote de veículos leilados.
023/2013	O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.	IDEAL DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 11.579,94
024/2013	O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.	JOVIC COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA	R\$ 1.992,69

025/2013	O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.	MAXIMUM COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	R\$ 1.204,00
026/2013	O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.	SP COMERCIAL ELETROELETRÔNICOS LTDA	R\$ 1.357,93
027/2013	O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.	TOTAL – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA	R\$ 69,69
028/2013	O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.	MICROSENS LTDA	R\$ 2.330,00
029/2013	O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.	VIPRE COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA	R\$ 20.608,50
030/2013	O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na Locação de Máquinas Impressoras Multifuncionais, com o fornecimento de acessórios, suprimentos e insumos/consumíveis ( <i>Toner</i> e outros), exceto papel, e prestação de Assistência Técnica e Manutenção, com o fornecimento de peças e componentes de reposição e de quaisquer outros elementos que garantam a perfeita operacionalidade dos equipamentos destinados a atender aos escritórios da sede da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, com sede em Goiânia, e suas áreas descentralizadas, Delegacias e Postos Policiais, localizadas em diversos pontos do interior do Estado.	SUPRICOPY SUPRIMENTOS E EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA	R\$ 77.014,08
031/2013	Manutenção e Conservação Predial da sede da 1ª SRPRF/GO e Base Operacional de Abadia de Goiás.	BARCELOS REFORMADORA LTDA-ME	R\$ 84.319,00
032/2013	O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO, consistindo no rastreamento eletrônico de mídia televisiva, visando acompanhar, conhecer e arquivar os fatos ou acontecimentos que interessem à 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL em Goiás, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.	TOTAL COMUNICAÇÃO LTDA - ME	R\$ 10.998,96
033/2013	O presente contrato tem por objeto a aquisição de coletes balísticos Nível III-A, de uso policial, conforme quantidades e especificações técnicas constantes no Edital, Proposta e Quadro abaixo:	TAURUS BLINDAGENS LTDA	R\$ 29.900,00
034/2013	O presente contrato tem por objeto a Aquisição de coletes balísticos nível II de uso policial dissimulado, na forma de Sistema de Registro de Preços, para atender ao efetivo da Coordenação de Inteligência e Corregedoria do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e suas unidades regionais, conforme quantidades e especificações técnicas constantes do Edital e seus Anexos e da Proposta apresentada pela empresa, decorrentes do Pregão Eletrônico Nº 018/2013, que se vinculam a este instrumento independentemente de transcrição.	RONTAN ELETRO METALÚRGICA LTDA	R\$ 4.590,00
035/2013	O contrato tem como objeto a aquisição de fitas reagentes e lancetadores estéreis descartáveis para uso do Órgão Gerenciador, a 17ª SRPRF/PI e dos Participantes, a Sede e demais Superintendências e Distritos Regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal nos Comandos de Saúde nas Rodovias Federais, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.	COMLAB PARTES E SERVIÇOS LTDA	R\$ 5.768,00
036/2013	O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de Sistema de Radiocomunicação Analógica, composto por rádios de comunicação (fixos, móveis e portáteis), equipamentos eletroeletrônicos (fontes de alimentação, conversores de tensão, e outros), elementos irradiantes e	NILKO TECNOLOGIA LTDA	R\$ 25.000,00

	outros materiais para telecomunicações da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/GO e todas as unidades regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.		
037/2013	O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de ferramentas elétricas, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.	AGORA – SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	R\$ 132.272,00
038/2013	Não cadastrado.	-	-
039/2013	O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de Serviço de Intermediação e Gestão de Frota, Gerenciamento dos Dados de Abastecimento e Administração de Despesas, com fornecimento de combustíveis automotivos, de forma continuada, operacionalizado por intermédio de rede credenciada e acompanhado por sistema de informação integrado, com vistas ao abastecimento dos veículos pertencentes à frota desta Unidade Contratante, conforme especificações no Termo de Referência	TICKET SERVIÇOS S.A	R\$ 1.192.639,62
040/2013	O presente contrato tem por objeto aquisição de veículos policiais caracterizados e descaracterizados, para atividades operacionais, administrativas, logísticas, de inteligência e de corredeira nas rodovias e estradas federais, contemplando a Sede do DPRF e as Unidades Regionais participantes, assim como ações de segurança pública, em conformidade com a legislação e no auxílio a outros órgãos públicos, conforme quantidades e especificações técnicas constantes do edital.	RENAULT DO BRASIL S.A.	R\$ 104.600,00

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

#### 12.1.4. PREGÕES ELETRÔNICOS DEFLAGRADOS PELA UJ NO EXERCÍCIO

No exercício de 2013, a UJ deflagrou 10 (dez) Pregões Eletrônicos, entre eles alguns para registro de preços, conforme detalhamento a seguir:

**TABELA XXVI - PREGÕES ELETRÔNICOS DEFLAGRADOS PELA UJ**

Nº PREGÃO ELETRÔNICO	OBJETO	SITUAÇÃO
001/2013	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de recuperação total, com fornecimento de peças novas e originais, serviços de mecânica em geral, funilaria, pintura, nos veículos oficiais RENAULT/ MEGANE, ano/modelo 2009/2009, placa NKL 5111, FORD/ CARGO 2422, ano/modelo 2007/2007, placa NFD 4244, FORD/ FOCUS ano/modelo 2008/2008, placa NKM 8533, NISSAN FRONTIER, ano/modelo 2010/2011, placa NWI 6355 e NISSAN/ FRONTIER, ano/modelo 2010/2011, placa NWI 6135, nas quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.	Contratado e Executado
002/2013	A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de materiais elétricos para uso da 1ª SRPRF/GO, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.	Preços Registrados e em Execução
003/2013	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de Serviços de Engenharia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.	Contratado e Executado
004/2013	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de Material de Consumo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.	Não licitado por falta de Dotação Orçamentária
005/2013	O objeto da presente licitação é o Registro de Preços de Material de Consumo (Água Mineral, Gás GLP, Café em Pó, Açúcar e Chá) conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.	Preços Registrados e em Execução
006/2013	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de engenharia, elaboração de Projetos Executivos de Arquitetura e de Engenharia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.	Contratado e Executado

007/2013	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de Serviços de Engenharia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.	Contratado e em Execução
008/2013	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação Locação de Máquinas Impressoras Multifuncionais, com o fornecimento de acessórios, suprimentos e insumos/consumíveis ( <i>toner</i> e outros), exceto papel, e prestação de Assistência Técnica e Manutenção, com o fornecimento de peças e componentes de reposição e de quaisquer outros elementos que garantam a perfeita operacionalidade dos equipamentos destinados a atender aos escritórios da sede da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, com sede em Goiânia, e suas áreas descentralizadas, Delegacias e Postos Policiais, localizadas em diversos pontos do interior do Estado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.	Contratado e em Execução
009/2013	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO ( <i>clipping eletrônico</i> ), consistindo no rastreamento eletrônico de mídia televisiva, visando acompanhar, conhecer e arquivar os fatos ou acontecimentos que interessem à 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL em Goiás.	Contratado e com dificuldades na execução – sugestão para aplicação de penalidades
010/2013	O objeto da presente licitação é o Registro de Preços de Material de Consumo – Pneus de Uso Automotivo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.	Preços Registrados e em Execução
011/2013	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa de engenharia especializada para fornecer à 1ª SRPRF/GO projetos de engenharia, projetos auxiliares e peças técnicas que, com nível de precisão adequada, contemplando todos os itens enumerados no Termo de Referência, permitam, posteriormente, a realização de uma licitação para a reforma e adequação das instalações elétricas, dados e telefonia, SPDA e a implementação de instalações preventivas de proteção contra incêndio, explosão e pânico.	Não contratado, pois licitantes foram inabilitados e não houve prazo legal para repetição do edital

Fonte: SAF - Seção Administrativa e Financeira

### 12.1.5. ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO DESENVOLVIDAS PELA UJ

Com relação à área de capacitação de servidores, atividade esta desenvolvida pelo Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal – NUCAP, verificou-se que os recursos recebidos em 2013 foram muito inferiores ao necessário, motivo pelo qual vários projetos não foram colocados em prática e que estavam previstos. Os Módulos de Atualização, exigidos pela COEN – COORDENAÇÃO DE ENSINO de nosso órgão central, não foram implementados pelos seguintes motivos:

- Falta de recursos financeiros;
- Falta de recursos humanos (reduzido número de Instrutores e baixo efetivo do NUCAP – apenas 1 servidor para Capacitação); e
- Falta de recursos materiais.

Na área de capacitação dos servidores, o Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal atuou em duas frentes de trabalho: 1) treinamento, capacitação e desenvolvimento dos policiais da sede da Superintendência Regional; 2) execução e apoio a vários cursos nas mais variadas atividades, determinados pela Coordenação de Ensino – COEN, seja na propositura de diárias, passagens aéreas e rodoviárias, reservas de viaturas, apoio humano e logístico, bem como, demais providências para que tudo ocorresse dentro da normalidade. Abaixo elencamos os cursos realizados no exercício 2013.

**TABELA XXVII - ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO – 2013**

PLANO INTERNO	NOME DO EVENTO DE CAPACITAÇÃO	CARGA-HORÁRIA	QUANTIDADE DE SERVIDORES CAPACITADOS	INVESTIMENTO
FRT3CP	WORKSHOP PREPARATÓRIO PARA O CURSO DE	32	01	1.148,33

	FORMAÇÃO DE INSTRUTORES – CFI/2013			
ADM2CP	CURSO BÁSICO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL	80	02	8.332,92
ADM2CP	CURSO DE FORMAÇÃO DE MOTOCICLISTA POLICIAL E BATEDOR – CFMB/2013	192	01	5.762,25
FRT3CP	CURSO DE FORMAÇÃO DE INSTRUTORES – CFI/2013	152	10	42.239,92
FRT3CP	VIII ENCONTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS – VIII ENARH	40	02	4.279,40
POLECP	CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR	40	03	4.117,59
ADM2CP	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OS CHEFES DO NÚCLEO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	40	01	2.706,14
ADM2CP	CURSO DE HABILITAÇÃO EM ARMAMENTO E TIRO	8	257	11.050,96
ADM2CP	X SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	40	01	3.186,60
ADM2CP	WORKSHOP TPCC E COCD	44	01	1.148,33
FRT3CP	WORKSHOP DE ARMAMENTO E TIRO	44	05	10.366,45
FRT3CP	CURSO DE ANÁLISE DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	80	02	9.670,37
ADM2CP	CURSO ASPECTOS DA ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES - CAAPD	40	02	3.084,28
ADM2CP	CURSO ESAF – LEI 8112	40	01	1.372,53
ADM2CP	CURSO ESAF – BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	40	01	1.372,53
FRT3CP	WORKSHOP DAS COMISSÕES REGIONAIS DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL – CNIS	16	02	1.467,68
ADM2CP	CURSO AVANÇADO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES - CAPD	40	02	6.513,40
ADM2CP	CURSO DE FORMAÇÃO DE INSTRUTORES - CFI	160	05	30.514,48
ADM2CP	CURSO SISTEMA SCDP	8	02	638,70
ADM2CP	CURSO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA	144	01	4.135,54
FRT3CP	CURSO DE TÉCNICAS POLICIAIS DE COMBATE AO CRIME – TPCC	144	02	11.888,53
ADM2CP	CURSO LEI 8.112 – 1º DRPRF/DF	16	01	655,50
POLECP	V E VI CURSO DE TÉCNICAS POLICIAIS DE FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE – TPFT (02 instrutores)	00	00	6.047,04
ADM2CP	CURSO DE FORMAÇÃO DE MOTOCICLISTA POLICIAL E BATEDOR – CFMB/2013 – 2 (03 instrutores)	00	00	11.184,54
FRT3CP	REVISÃO DE APOSTILA DA DISCIPLINA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA ATIVIDADE POLICIAL – TIC	40	01	1.372,53
FRT3CP	ATUALIZAÇÃO PEDAGÓGICA E APOIO – VII EVENTO DE CAPACITAÇÃO EM OPERAÇÕES DE CONTROLE DE DISTÚRBIOS – VII COCD/2013	40	01	3.260,98
POLAAH	CURSO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR – APH/2013 (01 instrutor)	00	00	336,30
POLAAH	CURSO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR – APH/2013 – 2ª TURMA (01 instrutor)	00	00	336,30
ADM2CP	CURSO NOVA VERSÃO DO SISTEMA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS	8	2	638,70
ADM2CP	CURSO LEI 8112	16	1	655,50
_____	CURSO DE AÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS – 4º CATE/2013 – PM-GO	516	01	0,00

_____	CURSO GESTÃO POR COMPETÊNCIA – ENAP GOIANIA	21	01	0,00
_____	TREINAMENTO REGIONAL DE CONDUÇÃO POLICIAL	16	14	0,00
_____	CURSO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DISCIPLINAR	27	7	0,00
_____	ÉTICA E TRANSPARÊNCIA	8	1	0,00
_____	CURSO CARABINA IMBEL MD-97	8	7	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>2140</b>	<b>341</b>	<b>R\$ 178.433,36</b>
Percentual de servidores da Regional capacitados neste exercício conforme o disposto na Portaria Interministerial nº 4.226/2010 – Atualização em Armamento e Tiro.				<b>75%</b>
Percentual de servidores da Regional capacitados conforme o disposto na Resolução nº 168/2004-CONTRAN – Condução de Veículos de Emergência.				<b>4%</b>
Percentual de servidores habilitados em Língua Brasileira de Sinais.				<b>0%</b>
Quantidade de vagas em capacitações disponibilizada pela Regional (Memorando 133/13-NUAD/COEN)				<b>365</b>
Quantidade de vagas em capacitações disponibilizada pela COEN na Regional (Convocações)				<b>50</b>

Fonte: SRH – Seção de Recursos Humanos

### 12.1.6. ATIVIDADES DE SAÚDE DESENVOLVIDAS PELA UJ

No exercício de 2012, a UJ contou com a colaboração de vários parceiros na execução das atividades de saúde ao longo das rodovias e estradas federais, quais sejam:

ÓRGÃO PARCEIRO	ÁREA DE ATUAÇÃO
ASSOCIAÇÃO DOS CAMINHONEIROS DO ESTADO DE GOIÁS	COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS
SENAT – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE	COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS
PREFEITURAS MUNICIPAIS	COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS
HDT – HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS	COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS
SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE	COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS
SINDICATO DAS EMPRESAS DE ÔNIBUS DE GOIÁS	COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS

Fonte: NUCOM – Núcleo de Comunicação Social

Das atividades de saúde nas rodovias e estradas federais, resultou na Tabela a seguir, lembrando que o público-alvo destas ações foram os motoristas profissionais:

**TABELA XXVIII - COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS FEDERAIS – 2013**

MODALIDADE DE EXAME (*)	DATA DO EVENTO	DATA DO EVENTO	DATA DO EVENTO	DATA DO EVENTO	TOTAIS	Variação (%) (**)
	10042013	15052013	14082013	06112013		
Efetivo de PRFs	20	20	20	20	-	
Efetivo Externo	24	22	20	24	-	

Motoristas Examinados	153	165	158	109	585	
Acima do Peso	121	129	101	75	426	72,8
Circunferência Abdominal	100	107	91	68	366	62,5
Gordura Corporal	68	68	106	47	289	49,4
Hipertriglicédeos	95	96	-	-	191	
Hiperglicemia	26	36	26	11	99	16,9
Hipertensos	30	31	27	26	114	19,4
Carga Horária Excessiva	80	102	108	48	338	57,7
Medicamentos Impróprios	25	39	21	14	99	16,9
Etilismo	67	75	68	52	262	44,7
Acuidade Auditiva	19	01	34	04	58	9,9
Tabagismo	31	40	36	18	125	21,3
Acuidade Visual	70	69	61	24	224	38,2
Visão Estereoscópica (não)	22	0	0	0	22	3,7
Visão Cromática	0	0	01	0	01	0,17
Ofuscamento	02	15	03	21	41	7,0
Campimetria	0	0	0	0	0	0
Envolvidos em Acidentes	30	37	33	29	129	22,0
Força Manual D	14	21	27	21	83	14,1
Força Manual E	-	-	-	-	-	-
Hipercolesterolemia	26	23	-	-	49	-
Grau de Sonolência	01	11	04	02	18	3,0
Tontura/Desmaio	0	02	02	0	04	0,6
Intercorrências	07	0	0	03	10	1,7

Fonte: NURAM - Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária

Observações Importantes:

(\*) - Os motoristas examinados podem ser enquadrados em mais de um fator de risco. Algumas modalidades de exame deixaram de ser realizados pela carência de equipamento adequado.

(\*\*) - A variação percentual foi obtida dividindo-se o número total de cada modalidade de exame pelo total de Motoristas Examinados multiplicando o índice por 100.

Ex.: Número de Motoristas Hipertensos/ Número de Motoristas Acima do Peso =  $(299/446) \times 100 = 67,04\%$

## 13. CONCLUSÃO

A realidade sócio - econômica no Brasil é marcada pelas tensões sociais, inovações tecnológicas, novas estruturas organizacionais e também pela ascensão da criminalidade, conflitos sociais e o conseqüente nervosismo fruto deste contexto de inseguranças, agravado ainda pela expectativa que gera uma nova relação entre o Estado, a sociedade e os indivíduos. Neste cenário de mudanças e riscos, as organizações policiais têm que reestruturar seus processos gerenciais e suas metas estratégicas que são cuidadosamente planejadas, orçadas, controladas e acompanhadas em sua execução e avaliação.

Neste cenário de mudanças e riscos, as organizações policiais têm que reestruturar seus processos gerenciais e suas metas estratégicas que são cuidadosamente planejadas, orçadas, controladas e acompanhadas em sua execução e avaliação. Os gestores em geral, aqui compreendidos na 1ª SRPRF/GO, que objetivam dar maior eficiência e eficácia ao agregar valores aos re-

sultados operacionais do programa, persistem no objetivo social de primeiro satisfazer as demandas por segurança e restauração do equilíbrio de convivência harmônica, regulado pelos direitos de manutenção da propriedade e integridade física.

Neste sentido, as instituições de segurança são obrigadas a se adaptarem às exigências da sociedade, com contínua renovação de seus métodos operacionais e sistemas de organização do trabalho, devendo estabelecer modelos de suporte gerenciais capazes de gerar informações tempestivas para tomada de decisão, que satisfaçam as necessidades dos diversos usuários, com segurança e confiança, de formas ágeis, rápidas e satisfatórias. De outro modo, o impacto social e econômico dos acidentes de trânsito impõe a necessidade de nova metodologia de atuação voltada para a segurança viária, para o que se faz essencial o incremento tecnológico e de recursos humanos especialmente voltados para a fiscalização de trânsito.

Compete a 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Goiás realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais. Mesmo com a capacidade física organizacional insuficiente para atender a demanda por segurança, destacando-se a necessidade de ampliação da capacidade física instalada e o aumento do efetivo operacional que está aquém da capacidade laborativa do Órgão, podemos classificar como apenas satisfatório o desempenho organizacional com base nos resultados obtidos pelos Programas e Ações de Governo afetos ao DPRF/MJ e suas Unidades Desconcentradas.

Assim, considerando que os indicadores de eficiência estabelecem relação entre resultados alcançados e insumos utilizados e que se destinam a dimensionar o rendimento operacional da organização e de seus processos, a fim de possibilitar melhorias operacionais, a 1ª SR-PRF/GO, no exercício 2013, obteve um grau satisfatório de eficiência de suas ações, haja vista as limitações orçamentárias e financeiras, bem como o reduzido quadro de pessoal.

As principais metas traçadas para o exercício de 2013 foram as seguintes:

- a) Diminuição do número de acidentes registrados, de feridos graves/leves e de mortos;
- b) Reforçar as ações de combate à criminalidade; e
- c) Modernizar a infra-estrutura das unidades operacionais, bem como de seu aparelhamento operacional (armamento, parque de informática, rádio-comunicação, viaturas, capacitação do policial rodoviário federal, etc).

Analisando o desempenho da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal a partir dos princípios da eficácia, correspondente ao atingimento das metas estabelecidas no exercício de 2013, podemos considerar que o órgão foi bastante eficaz na implementação de suas ações.

Com relação ao resultado operacional da UJ, o aumento do número de acidentes durante o ano de 2013 ocorreu, principalmente pela redução significativa do efetivo devido a convocações para a Copa das Confederações e jornada Mundial da Juventude, que refletiu não só durante a realização dos eventos, mas durante todo o segundo semestre com acúmulos de horas trabalhadas e remarcação de férias para participação nos eventos. Mesmo com a redução do efetivo conseguimos conter o avanço dos índices de gravidade dos acidentes devido a vários fatores tais como: estado de conservação das rodovias; intervenções pontuais no traçado da via, em pon-

tos com alto índice de acidentes; intensificação da fiscalização com os etilômetros e o uso de radares fotográficos de última geração a partir de novembro/13; intensificação da fiscalização nos períodos de feriados e férias e escolares; com ênfase na região metropolitana da capital goiana. O resultado poderia ter sido melhor senão fosse pelo baixo efetivo de policiais rodoviários federais das Delegacias Regionais, com algumas aposentadorias e afastamentos por licenças médicas, bem como a vacância de polícias que assumiram outros cargos públicos em função de aprovação em concurso público, além das convocações como citado anteriormente.

Por outro lado, houve uma diminuição na taxa de mortalidade. A utilização dos radares influenciou muito na diminuição desta taxa, por promover a limitação da velocidade e por consequência a diminuição da gravidade do acidente. Além do uso dos radares, a fiscalização direcionada e focada em situações e locais de maior risco foram fundamentais para essa redução. Houve também a intensificação do uso dos equipamentos tipo etilômetro no combate aos crimes decorrentes de embriaguez ao volante.

As principais dificuldades na gestão operacional do órgão:

- a) Aumento do número de veículos e pessoas transitando nas rodovias federais;
- b) Melhoria no estado geral das rodovias federais, principalmente devido às duplicações, o que ocasiona aumento da velocidade dos veículos e, por consequência, um maior número de acidentes (principalmente saídas de pista, excesso de velocidade e colisões traseiras);
- c) Melhoria do poder aquisitivo de determinada classe da sociedade brasileira, o que acarretou melhores condições ao cidadão para realizar suas viagens de veículo próprio;
- d) Aumento expressivo da frota circulante de veículos em função da melhoria do poder aquisitivo, longos prazos de financiamento e baixas taxas de juros no mercado, por vezes até juro “zero”;
- e) Baixo valor das multas de trânsito que estimulam o desrespeito ao Código de Trânsito Brasileiro; e
- f) Baixo efetivo de policiais rodoviários federais.

Quanto com a atuação direta na área de segurança pública, a Polícia Rodoviária Federal foi, de uma forma geral, em 2013, uma das instituições que mais apreendeu drogas, armas e contrabando, bem como a que obteve altos índices de combate a prostituição infantil em todo o país.

Como já mencionado, as atividades operacionais da Polícia Rodoviária Federal são difundidas em todo o território nacional, dada a sua estruturação que contempla uma unidade Administrativa Central, sediada em Brasília, com unidades administrativas regionais representadas por 21 (vinte e uma) Superintendências e 5 (cinco) Distritos, além de aproximadamente 151 (cento e cinquenta e uma) subunidades administrativas, denominadas Delegacias, e aproximadamente 416 (quatrocentos e dezesseis) bases operacionais fixas de fiscalização, totalizando, deste modo, uma estrutura com aproximadamente 593 (quinhentos e noventa e três) pontos de atendimento ao cidadão em todo o território nacional.

Com relação à modernização da infraestrutura das Unidades Operacionais, bem como de seu aparelhamento operacional (armamento, parque de informática, rádio - comunicação, viaturas, capacitação do policial rodoviário federal, etc), acreditamos que o ano de 2013 foi bastante proveitoso.

No que tange à efetividade da ação institucional, podemos assinalar que o público-alvo passou a sentir a transformação da área de atuação da PRF/GO num ambiente mais seguro, portanto, uma transformação social que marca o modo de vida da sociedade. É importante destacar que esse impacto promovido pela Polícia Rodoviária Federal trouxe mudanças no público-alvo, que conta com a PRF não como uma polícia de trânsito, mas como um braço do Estado atuante na Segurança Pública em todos os pontos do país, afeiçoando-se, por vezes, como o único representante do Poder Público em determinados municípios.

No ano de 2013, a Polícia Rodoviária Federal demonstrou mais uma vez sua importância dentro do contexto nacional e consagrou-se como órgão imprescindível à consecução da Segurança Pública, o que ficou largamente demonstrado nas operações de segurança da Copa das Confederações na Jornada Mundial da Juventude.

Pelo desenvolvimento de ações integradas, embora com grandes restrições orçamentárias, a instituição obteve sucesso em boa parte de suas ações de governo frente a criminalidade, possibilitando uma situação de mais segurança aos usuários das rodovias federais goianas. Por meio da intensificação das ações de prevenção e de repressão ao tráfico ilícito de armas, entorpecentes, crimes contra o patrimônio, foram realizadas operações complexas, de grande vulto e abrangência, as quais contaram com a integração dos esforços das Unidades Regionais e de outras forças de segurança no Estado de Goiás.

O exercício de 2013 foi encerrado com louvor, permeado pelo sentimento do dever cumprido e a certeza de que, a cada dia, a Polícia Rodoviária Federal reafirma-se como uma instituição de credibilidade nacional, trabalhando pela verdade e justiça.

É nosso Relatório de Gestão,

Goiânia/GO, 31 de Março de 2014.

JÚLIO SÉZAR GOMES FERREIRA  
Superintendente Regional

## ANEXOS

### ANEXO I - DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

#### DECLARAÇÃO

Eu, Marcelo Gomes Martins, CPF nº 471.987.451-72, Policial Rodoviário Federal, exercido na 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Goiânia, 31 de Março de 2014.



MARCELO GOMES MARTINS  
471.987.451-72  
Policial Rodoviário Federal/1ª SRPRF/GO

**ANEXO II - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UJ**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
1º SUPERINTEND. DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	200121
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, NBC T 16.9 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.136/2008 e NBC T 16.10 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.137/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) 634 - FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS/IMÓVEIS/INTANGÍVEIS/OUTROS;  b) 642 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVOS IMOBILIZADO.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e</li> <li>• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li> </ul> <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades cívicas e profissionais desta declaração.</p>	
Local	Brasília/DF
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES
Data	22 de janeiro de 2014
CRC n.º	DF - 9.261/O-7

*José Carlos Gomes*  
CCONT/PROG/SEMJ  
Coordenador